

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS- UNISINOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

LUCIANA VIVIAN DA CUNHA

**“LIBERDADE PEQUENA”:
memórias do período da ditadura civil-militar no Colégio Júlio de Castilhos
(Porto Alegre/ RS)**

São Leopoldo

2016

Luciana Vivian da Cunha

“LIBERDADE PEQUENA”:
memórias do período da ditadura civil-militar no Colégio Júlio de Castilhos
(Porto Alegre/ RS)

Trabalho apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Educação, pelo Programa de Pós-Graduação
em Educação da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos – UNISINOS
Linha de Pesquisa I: Educação, História e
Políticas

Orientadora: Prof^a. Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin

São Leopoldo

2016

C9721 Cunha, Luciana Vivian da.
“Liberdade pequena”: memórias do período da ditadura civil-militar no Colégio Júlio de Castilhos (Porto Alegre/ RS)/ Luciana Vivian da Cunha. – 2016.
123f. : il.; 30 cm.

Dissertação(mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.
“Orientadora: Profª. Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin.”

1. Colégio Estadual Júlio de Castilhos (RS) – História. 2. Brasil – Política e governo – 1964-1985. 3. Educação – Aspectos políticos – Brasil. 4. Resistência ao governo. I. Título.

CDU 37

Luciana Vivian da Cunha

“LIBERDADE PEQUENA”:
memórias do período da ditadura civil-militar no Colégio Júlio de Castilhos
(Porto Alegre/ RS)

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS

Aprovado em 26 de fevereiro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
(UNISINOS)

Prof^ª. Dra. Clarícia Otto – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof^ª. Dra. Isabel Bilhão – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

AGRADECIMENTOS

De fato o momento de finalização de um trabalho como este é quando temos muito a agradecer a diversas pessoas que contribuíram para a sua construção.

Dentre aqueles que compartilham comigo a caminhada nesta vida, tenho muitos nomes a lembrar. Assim, em primeiro lugar, agradeço àqueles que me escutam quase que diariamente e fazem parte da minha vida, desde os primórdios dos meus estudos, a minha família. Agradeço a minha mãe, uma pessoa incansável em mostrar a importância de estudar, ler, conhecer, motivando-me constantemente a continuar e ser persistente. A minha irmã Carolina, companheira de mestrado, de angústias e alegrias, parceria para conversas intermináveis, ao meu irmão Ricardo pela companhia e tentativa de responder aos meus questionamentos sobre a vida.

Agradeço aos professores e aos funcionários do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, especialmente, Ione Garcia, Ruth Bulhões, Neiva Schäffer, Ilze Hahn, Jaime Sichinel, pela recepção, acolhida e disponibilidade.

Agradeço a professora Luciane Grazziotin, pela dedicação na orientação deste trabalho, e aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa “Educação no Brasil: memória, instituições e cultura escolar”, pelos encontros produtivos e partilhas de conhecimento, assim como, a meus colegas da turma de mestrado.

E, por fim, a CAPES pela bolsa de mestrado que permitiu o desenvolvimento deste trabalho.



Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
Ou foi o mundo então que cresceu
A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mais eis que chega a roda-viva
E carrega o destino pra lá

Roda mundo, roda-gigante
Roda-moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração

A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
[...]

(HOLANDA, 1968, p. 51)

Imagem: Não calo. Grito! Wilson Cavalcante (1974)

RESUMO

Este estudo versa sobre a construção de uma possível história do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, da cidade de Porto Alegre (RS), no período da ditadura civil-militar, a partir da memória de quatro ex-professoras que atuaram na Instituição nesse período e de documentos escritos. As memórias das ex-professoras são compreendidas sob a perspectiva de memória coletiva de Halbwachs (1990), memória e identidade de Pollak (1992) e memória de trabalho de Bosi (1995). Por meio da metodologia História Oral e da análise documental refletiu-se sobre o período estudado. As fontes produzidas são analisadas e discutidas à luz dos conceitos: tática de Certeau (1996), representações e práticas de Chartier (2002). Assim, a partir das memórias das professoras e dos documentos escritos foi possível identificar diferentes elementos relacionados à história do Colégio Júlio de Castilhos, durante o período da ditadura civil-militar, como também compreender, a partir desses elementos, os distintos aspectos relacionados às práticas do cotidiano escolar e sua relação com um contexto social de repressão política, vigente na época pesquisada. Quanto às memórias referentes ao Colégio Júlio de Castilhos constatou-se ser uma Instituição de significativa representatividade para quem lá estudou ou atuou como professor. Sobre as práticas, evidenciaram-se aspectos referentes a táticas construídas pelos professores em relação a situações impostas pelo governo ditatorial. As práticas organizavam-se através de movimentos ambientalistas, do manejo de uma aula, da seleção de conteúdos, de uma seleção diferenciada para professores. Percebe-se, que mesmo quem não reconhecia suas lutas políticas, lutou pelos seus ideais, e alguns que frequentaram o Colégio em um período tão atribulado conforme alguns relatos, pouco perceberam.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Memórias. Colégio Júlio de Castilhos. História Oral.

ABSTRACT

This study deals with the construction of a possible history of State School Julio de Castilhos, in Porto Alegre (RS), the period dictatorship, from the memory of four teachers who worked in the institution during this period and written documents. Teachers' memories are understood from the perspective of collective memory Halbwachs (1990), memory and identity Pollak (1992) and working memory Bosi (1995). Therefore, through an Oral History methodology and documentary analysis was reflected about the study period. The results are analyzed and discussed through these concepts: tactical by Certeau (1996), representations and practices by Chartier (2002). Thus, from the memories of teachers and written documents was possible to identify different elements related to possibility to compose a history of School Julio de Castilhos, during the period dictatorship, and understand, from these elements related, the different aspects related to the practices of school life and its relationship to the social context of politics, current repression in the researched period. About memories of School Julio de Castilhos it was found to be a significant institution, for those who studied or worked as a teacher. In the practices showed up aspects related to tactics by teachers in relation to situations imposed by the dictatorial government. Some practices were constituted by environmental movements, the management of a class, the selection of content, a differentiated selection for teachers. Perceive itself, that who did not recognize their political struggles, fought for their ideals, and some who attended the School in a period as troubled as some told, little noticed.

Keywords: Dictatorship. Memoirs. State School Júlio de Castilhos. Oral History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização de Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul.....	13
Figura 2- Arquivo do Colégio Estadual Júlio de Castilhos	26
Figura 3- Material selecionado para a pesquisa.....	27
Figura 4- Livro <i>Memórias do Julinho</i>	29
Figura 5- Livro <i>A Guerrilha Brancaleone</i>	29
Figura 6- Livro <i>Julinho – 100 anos de história</i>	29
Figura 7- Livro <i>Eu vivi esta história no Julinho</i>	29
Figura 8- Livro <i>O Julinho sempre foi notícia</i>	29
Figura 9- Prédio à direita – Faculdade de Engenharia. Porto Alegre, 1901	35
Figura 10- Instituto Júlio de Castilhos – Vista do Edifício	36
Figura 11- Prédio atual do Colégio Estadual Júlio de Castilhos	38
Figura 12- Produção de jornal do Grupo Kaa-eté.....	63
Figura 13 - Concursos realizados pelo Grupo Kaa-eté.....	64
Figura 14 - A juventude na década de 1960: as saias encurtam. Charge de Sampaulo...70	
Figura 15- A juventude na década de 1960: os cabelos crescem. Charge de Bendati.....72	

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Relação dos sujeitos da pesquisa.....	22
Quadro 2- Materiais identificados no arquivo institucional do Colégio Estadual Júlio de Castilhos	27
Quadro 3- Livros sobre o Colégio Estadual Júlio de Castilhos.....	30

LISTA DE SIGLAS

CFE	Conselho Federal de Educação
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
DOPS	Departamento de Ordem Política Social
ENE	Encontro Nacional dos Estudantes
EUA	Estados Unidos da América
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OSPB	Organização Social e Política do Brasil
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RS	Rio Grande do Sul
UDN	União Democrática Nacional
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UMESPA	União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 PROPOSIÇÕES TEÓRICAS METODOLÓGICAS.....	20
2.1 O ato de lapidar memória e História Oral.....	20
3 O COLÉGIO ESTADUAL: CONTEXTOS, MEMÓRIAS E HISTÓRIA.....	34
3.1 Contexto de Porto Alegre e a criação do Colégio.....	34
3.2 O Júlio era uma situação diferenciada.....	39
3.3 A ditadura civil-militar no espaço do Colégio Júlio de Castilhos.....	42
4 “UM MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA MAIOR”: O COLÉGIO JÚLIO DE CASTILHOS NO PERÍODO DE REPRESSÃO.....	50
4.1 Reflexos da ditadura civil-militar no currículo juliano.....	52
4.2 “A razão e a hora de quem vive um ideal”: o ativismo dos alunos julianos na ditadura civil-militar.....	65
4.3 “Eu honestamente não senti nenhuma pressão”: práticas pedagógicas e espaço de subversão.....	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
FONTES.....	91
REFERÊNCIAS.....	92
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	96
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	97
APÊNDICE C – REVISÃO DE LITERATURA (REVISTAS).....	98
APÊNDICE D – REVISÃO DE LITERATURA (TESSES E DISSERTAÇÕES).....	107
ANEXO A – DOCUMENTO DE AFASTAMENTO – DÉCIO FLORIANO.....	115
ANEXO B – DOCUMENTO DE AFASTAMENTO – EUGÊNIA GRIMBERG.....	116
ANEXO C – CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA.....	117
ANEXO D – CONTEÚDOS DE OSPB.....	119
ANEXO E – FINALIDADES, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS.....	120
ANEXO F – HABILITAÇÕES DO COLÉGIO JÚLIO DE CASTILHOS.....	121
ANEXO G – CONTEÚDOS DE ENSINO RELIGIOSO.....	122
ANEXO H – ATIVIDADES CEIJUC.....	123

1 INTRODUÇÃO

Difícil de contar
 Mas fácil de entender
 A razão e a hora
 De quem vive um Ideal

(Nei Lisbôa)¹

A minha caminhada na educação pública está diretamente relacionada à escolha e seleção da instituição investigada nesta dissertação. Constitui toda a minha Educação Básica em escolas públicas, o que possivelmente me orientou, motivou no momento de construir a minha carreira profissional em instituições públicas, desde o primórdio, visto que trabalhar com educação exige crença no ser humano, e em nossas ideologias. Atuo profissionalmente em instituições públicas desde o ano de 2004, quando comecei a minha carreira docente em séries iniciais, permutando para as séries finais do ensino fundamental e ensino médio após a minha graduação em Letras na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

A oportunidade de concluir a minha graduação na PUCRS me trouxe à cidade de Porto Alegre. No segundo semestre de 2006, fixei residência na capital, concluindo minha graduação em 2010. Ao longo da minha jornada em Porto Alegre tive a oportunidade de realizar concursos na área da educação, tornando-me assim, professora da rede estadual e do município de Porto Alegre.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, a primeira decisão tomada foi que a instituição estudada deveria ser pública. Após conversas e orientações, decidiu-se pelo Colégio Estadual Júlio de Castilhos, situado na cidade de Porto Alegre, tanto pela importância da instituição no âmbito educacional do Estado do Rio Grande do Sul, como pela parca existência de estudos acerca da história da escola.

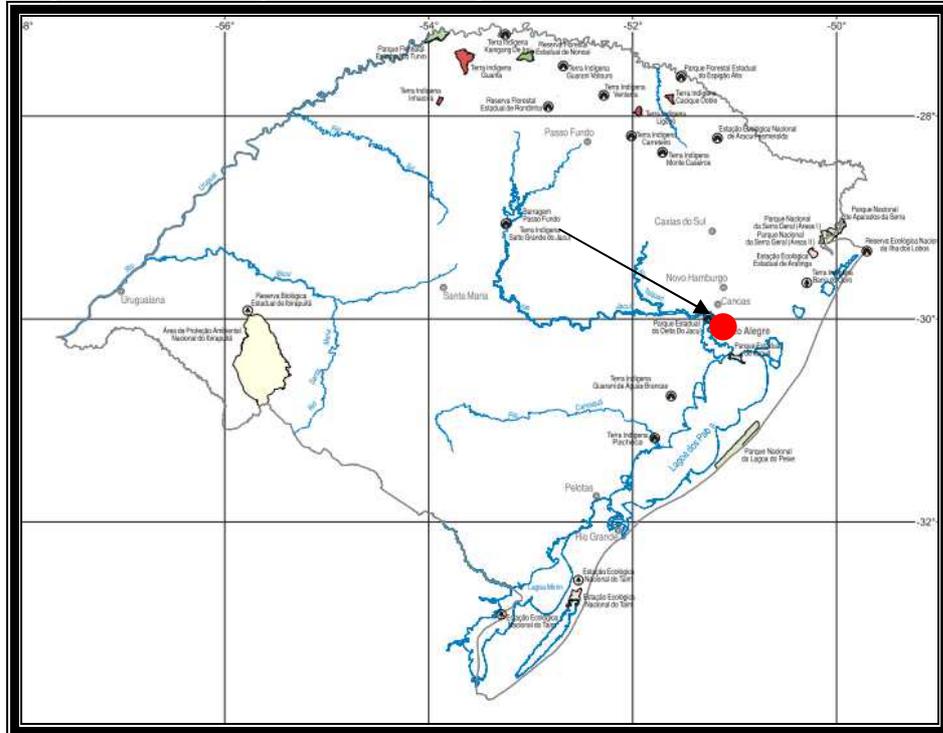
A cidade de Porto Alegre, a qual abriga a instituição estudada, é a capital do Estado do Rio Grande do Sul, possui uma área de 500 km². Atualmente, conta com uma população estimada em 1.472.000 milhões de habitantes. No âmbito educacional público há aproximadamente 1.269 escolas de educação infantil, ensino fundamental e médio, 13.750 docentes e 248.000 alunos matriculados nos três níveis de ensino da educação básica². A

¹ Trecho da música “E a revolução” de Nei Lisbôa. A música refere-se ao período da ditadura civil-militar, outras estrofes da música aparecerão ao longo da dissertação como epígrafes ou títulos. Nei Lisbôa é irmão de Luiz Eurico Lisbôa, aluno do Colégio Júlio de Castilhos, e militante e desaparecido no período da ditadura civil-militar.

²FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em:

figura 1 indica a localização de Porto Alegre, dentro do Estado do Rio Grande do Sul, conforme demonstrado pela seta.

Figura 1: Localização de Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: IBGE (2015).

O Colégio Júlio de Castilhos, conhecido como “Julinho”, foi selecionado para a pesquisa, em virtude de sua longa trajetória como referência no campo da educação estadual, além disso, percebeu-se o potencial de estudo existente.

Ao longo do século XX, o Colégio tinha uma representação muito significativa no cenário educacional gaúcho, tornando-se conhecido pela sua excelência acadêmica e luta política. Contudo, essa representação do Colégio, transformou-se ao longo do tempo, e atualmente, a Instituição estudada, não apresenta tais características. A dicotomia histórica dessa Instituição pública, apesar de não ser o foco dessa pesquisa, também, instigou a escrita deste estudo, visto que é de conhecimento da maioria dos professores que atuam não somente na rede pública, mas de uma forma geral.

No entanto, apesar de ser uma escola com uma extensa história, não preservou muitos documentos que auxiliem na reconstrução de sua trajetória, assim como há poucas

publicações acadêmicas referentes à história do Colégio.

Em um primeiro momento, antes de iniciar este estudo, realizou-se uma busca para identificar possíveis trabalhos acerca do Colégio Júlio de Castilhos de Porto Alegre. Ao realizar-se o estado da arte no Banco de Teses da Capes com o descritor: *Colégio Estadual Júlio de Castilhos*, encontra-se a dissertação intitulada: “O ensino de matemática no Instituto Júlio de Castilhos: um estudo sobre as provas do curso complementar”, de Antônio Esperança, defendida no ano de 2011, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como único estudo acadêmico relacionado à história da educação da Instituição.

O tema deste estudo se constituiu durante uma visita ao Colégio Júlio de Castilhos no ano de 2014, a fim de obter conhecimento dos documentos existentes na escola para uma possível investigação. A presidente da Fundação do Colégio, professora Ione Osório, me recebeu cordialmente, apresentou-me toda a estrutura física da escola e relatou-me brevemente sua história como professora na década de 1970, como suas vivências com o Grêmio Estudantil, sua prática docente, entre outras. Segundo Bosi (1994, p.18), “a função social do velho é lembrar e aconselhar – *memini, moneo* – unir o começo e o fim, ligando o que foi e o porvir.”

Conheci a professora Ione³ ao entrar em contato com a Fundação, da qual tive conhecimento através de um informativo na parede da escola. A Fundação de Apoio ao Colégio Estadual Júlio de Castilhos é instituída e composta por alunos, ex-alunos, ex-professores e funcionários e ex-funcionários do Colégio, criada no ano 1999. A Fundação é uma instituição sem fins lucrativos que tem entre suas finalidades a de colaborar no desenvolvimento e aprimoramento do ensino, conservar e divulgar a história da Instituição, buscando assegurar boas condições de estudos aos atuais alunos.

A partir dessa conversa, questionamentos surgiram: Quem foram os sujeitos que vivenciaram a época da ditadura? O que se vivenciava dentro dessa escola nesse período? O que significou esse passado para uma das maiores escolas públicas de Porto Alegre?

Após a delimitação do tema, uma das primeiras escolhas em relação à escrita desta dissertação foi o título, “Liberdade pequena”, tal verso estava guardado em minha memória há tempos e remete a fatos vivenciados no período ditatorial, caracterizando esse momento na área cultural, educacional, social e política. O verso compõe o poema “Dois e dois: quatro”, de Ferreira Gullar, poeta militante durante o período da ditadura.

³ Os nomes das professoras foram preservados por se tratar de uma historiografia, e nesse sentido seus relatos orais são documentos, em um processo de triangulação com documentos escritos, produz a história de uma Instituição em determinado período, assim as narrativas tratam de sujeitos significativos nessa história.

"Dois e Dois são Quatro"

*Como dois e dois são quatro
Sei que a vida vale a pena
Embora o pão seja caro
E a liberdade pequena
Como teus olhos são claros
E a tua pele, morena
como é azul o oceano
E a lagoa, serena*

*Como um tempo de alegria
Por trás do terror me acena
E a noite carrega o dia
No seu colo de açucena*

*- sei que dois e dois são quatro
sei que a vida vale a pena
mesmo que o pão seja caro
e a liberdade pequena.*

No auge da militância, Gullar escreve um dos seus estudos teóricos mais importantes: *Cultura posta em questão*. O livro havia sido publicado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1963, mas teve sua edição queimada pelos militares após o golpe de 1964, e foi mais uma vez editado pela Civilização Brasileira em 1965.

Dessa forma, considerando a importância do engajamento desse autor no movimento cultural não somente no período ditatorial, mas na atualidade, reproduzo um de seus versos no título desta dissertação, tanto em homenagem aos militantes que lutaram pela liberdade de expressão em uma época de tanta repressão e censura, como para sintetizar os dias vividos por muitos brasileiros no período da ditadura civil-militar.

Escolhido o tema e o título, partiu-se para a seleção das fontes para compor este estudo. Para a análise documental, após a pesquisa no Arquivo e na Biblioteca da escola, selecionaram-se dispositivos legais, como regimentos do Colégio, Leis e Pareceres vigentes no período estudado e livros publicados nas décadas de 1990 e 2000, com narrativas de ex-professores e ex-alunos que destacam a importância do Julinho, enquanto Instituição. Tais registros escritos contêm rastros de histórias do Colégio ao longo do século XX.

Para a produção de dados utilizou-se como metodologia a História Oral, compondo-se assim com as narrativas de quatro professoras do Colégio que vivenciaram o período da ditadura civil-militar.

Esta pesquisa analisa relatos de professoras, que exerceram a docência no Julinho, lecionaram na escola por quinze, vinte anos e retornaram após a sua aposentadoria como voluntárias. Essas professoras trabalham semanalmente na Fundação, em prol do Colégio, dessa forma seus relatos foram importantes para compor esta história. Cabe ressaltar o significado especial que o Colégio tem na constituição da história profissional dessas professoras, visto que não é comum encontrarmos professoras atuando dentro de seu local de trabalho, após a sua aposentadoria, mais raro ainda a criação de uma Fundação em busca de melhorias para o local. Segundo Bosi (1995, p.60), para o adulto ativo,

vida prática é vida prática, e memória é fuga, arte, lazer, contemplação. É o momento em que as águas se separam com maior nitidez.
 Bem outra seria a situação do velho, do homem que já viveu sua vida. Ao lembrar do passado ele não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida.

A presente dissertação é produzida com base na História Cultural, visto que essa “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.” (CHARTIER, 2002, p.16-17).

Dessa forma, este estudo pretende contribuir com a construção de uma possível história do Colégio Júlio de Castilhos, especificamente do período da ditadura civil-militar⁴, conferindo assim, uma identidade cultural e educacional, uma interpretação do itinerário histórico dessa instituição. (MAGALHÃES, 1996). Assim, a partir da análise de documentos orais e escritos, observa-se em que medida ocorreu a repercussão do período ditatorial em diferentes dimensões do cotidiano da Instituição.

O período da ditadura civil-militar apesar de ser considerado um período muito marcante no Brasil, e atualmente ser visado com investigações como da “Comissão Nacional da Verdade⁵”, eventos, relatos, publicações, protestos, pouco foi investigado no meio acadêmico quando relacionado à educação.

Carlos Fico (2004, p.31) em seu artigo intitulado “*Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*”, expõe que “a abordagem propriamente histórica da ditadura militar é

⁴ Essa expressão vem sendo cada vez mais utilizada para designar o período, por reconhecer a participação e o apoio de civis, de diferentes áreas, tanto na deflagração quanto na manutenção do regime, ver, por exemplo: FERREIRA, Jorge (2008). “O governo Goulart e golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Orgs.). *O Brasil republicano 3: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 343-404.

⁵ BRASIL. Lei nº 12.528- 2011, com a finalidade de apurar graves violações de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/26491901/artigo-3-da-lei-n-12528>> Acesso em: Abril de 2015.

recente”, também, diz que grande parte da produção de estudos recentes desse período é feita sob o contexto da Nova História.

Assim, buscou-se por meio do estado da arte, pesquisar, investigar outros estudos pertinentes que constavam no Banco da Capes, construindo assim, um maior conhecimento e entendimento acerca desse campo de pesquisa em diferentes universidades. A partir dos trabalhos encontrados⁶, descrevem-se brevemente alguns, a fim de exemplificar estudos já produzidos no meio acadêmico, acerca da ditadura civil-militar e a educação.

O trabalho denominado: “*Ditadura militar e educação: uma análise do centro cívico escolar (1971- 1986)*”, dissertação escrita em 2011, por Karina Clecia da Silva Guilherme, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, analisa a implantação e o funcionamento dos Centros Cívicos Escolares (CCE) criados durante o período da ditadura militar. Utiliza como fonte a legislação, a documentação escolar e relatos orais de sujeito. A pesquisa é uma abordagem utilizando documentos legais, assim como são utilizados nesta pesquisa, abordando o período histórico estudado, a ditadura civil-militar, relacionando-os a escolas públicas.

A dissertação de mestrado de Devyson Carvalho Duarte Pereira, defendida na Universidade Federal Fluminense, datada no ano de 2011, e intitulada: “*Memórias negociadas: o regime militar no livro didático de história do Ensino Médio (1967-1988)*”, analisa os LDS de História do Brasil produzidos durante o regime militar, a partir da hipótese de que esses materiais podem ser considerados “lugares de memórias.” Como neste estudo, Pereira utiliza na fundamentação teórica de seu trabalho Halbwachs e Le Goff.

No trabalho “*O Colégio Canadá nos arquivos do DEOPS-SP*”, defendida na Universidade Católica de Santos, no ano de 2011, José Esteves Evagelidis analisa as atividades do Colégio, por meio dos registros descritos nos arquivos da “polícia política”, a pesquisa é de natureza documental, descritiva e analítica, realizada nos arquivos do extinto Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo. Portanto, a análise documental é a metodologia utilizada, assim como nesta dissertação.

A partir da delimitação do tema, título e a seleção dos documentos, a questão que permeou este estudo foi: é possível perceber, através dos relatos de ex-professoras e dos documentos escritos analisados, as repercussões da ditadura civil-militar em determinadas práticas cotidianas no Colégio Estadual Júlio de Castilhos?

Dessa forma, o objetivo definido, com base nos documentos escritos e orais foi

⁶ As tabelas, com o resultado das pesquisas que compõem o estado da arte, encontram-se nos apêndices C e D.

identificar diferentes elementos relacionados à possibilidade de compor uma história do Colégio Júlio de Castilhos de Porto Alegre durante o período da ditadura civil-militar, compreendendo a partir desses elementos, os distintos aspectos relacionados às práticas do cotidiano escolar e sua relação com um contexto social de repressão política, vigente na época pesquisada.

Além disso, outros aspectos puderam ser percorridos ao longo da pesquisa, constituindo-se assim uma história da instituição investigada, como: compreender os dispositivos legais empregados no período estudado, a fim de controlar determinadas ações de alunos e professores no contexto da Instituição; analisar determinadas práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores do Colégio Júlio de Castilhos na década de 1970 e as possíveis repercussões dessas práticas em um contexto de repressão produzido pela ditadura; compreender a repercussão do processo de repressão, nas diferentes formas de ativismo estudantil, que os alunos tenham organizado nesse processo.

Assim, com o intuito de sistematizar um possível itinerário histórico do Colégio Júlio de Castilhos no período da ditadura civil-militar, analisando determinadas práticas, compreendendo repercussões ditatoriais dentro do espaço escolar, esta dissertação estrutura-se em quatro partes. O primeiro capítulo apresenta a delimitação do tema, assim como demais aspectos da pesquisa.

No segundo capítulo intitulado “*Proposições teóricas e metodológicas*”, explora-se o conceito *memória*, principalmente com base na leitura de Halbwachs (1990) e Pollak (2001), apresenta-se também, a História Oral como metodologia, e os sujeitos que participaram para a produção de dados, assim como, os documentos escritos analisados. Ainda, discutem-se os conceitos de prática e representação de Chartier (2002) e tática de Certeau (1996), e a problematização dos estudos que envolvem as instituições escolares.

No terceiro capítulo “*O Colégio Estadual: contextos, memórias e história*” através dos subtítulos “O Júlio era uma situação diferenciada” e “A ditadura civil-militar no Colégio Júlio de Castilhos” apresenta-se a cidade de Porto Alegre, onde se encontra o Colégio Júlio de Castilhos, após o panorama histórico da cidade, expõe-se a trajetória da escola, mostrando fatos marcantes relacionados à instituição no século XX e no período ditatorial.

No quarto capítulo “*Um movimento de resistência maior*”: o Colégio Júlio de Castilhos no período de repressão, através de uma exposição de documentos legais produzidos no período da ditadura, analisam-se tais materiais relacionando-os às memórias das professoras e a documentos escritos, observando repercussões da ditadura em algumas

práticas cotidianas que determinam a forma como a escola se insere no ambiente de repressão, construindo assim, uma possível história dessa instituição nesse período.

Ainda nesse capítulo têm-se dois subtítulos: “*A razão e a hora de quem vive um ideal*”: o ativismo dos alunos julianos na ditadura civil-militar” e “*Eu, honestamente, não senti nenhuma pressão*”: práticas pedagógicas e espaços de subversão” desenvolvendo-se, respectivamente, a caracterização do aluno juliano, e observando-se as práticas pedagógicas das professoras no período ditatorial.

2. PROPOSIÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

2.1 O ato de lapidar memórias e História Oral

“O passado não reconhece o seu lugar: está sempre presente.”

(Mário Quintana)

O entendimento sobre o passado de Mário Quintana, descrito na epígrafe acima, torna-se essencial na composição de uma história. Segundo Sarlo (2007, p.9-10) “o retorno do passado nem sempre é um momento libertador da lembrança, mas um advento, uma captura do presente [...] Poderíamos dizer que o passado *se faz presente*.”

Revisitar memórias para compor uma história, requer que olhemos no tempo presente um período passado. Nossa memória permite que rememoremos constantemente fatos que já vivenciamos, Sarlo (2007) afirma que a lembrança insiste, pois de certo modo é soberana e incontrolável. Contudo, a memória não nos concede que tais lembranças sejam sempre as mesmas, pois olhamos para o passado com os olhos do presente. Segundo Amado (1995, p.132),

ao trazer o passado até o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que o projeta no futuro; graças a essa capacidade da memória de transitar livremente entre os diversos tempos, é que o passado se torna verdadeiramente passado, e o futuro, futuro, isto é: dessa capacidade da memória brota a consciência que nós, humanos, temos do tempo.

Conscientizando-se dos vestígios do tempo passado, ao investigar uma instituição, procuram-se rastros, unindo-os, separando-os, catalogando-os, produzindo dados para compor uma possível versão da história. Luchese ratifica tal afirmação expondo,

compreendo a história como um processo que, em suas multiplicidades, descontinuidades, brechas e atravessamentos constitui os momentos do passado-presente. Penso a história como narrativa, como trama do passado, como fios que se intersectam na construção do passado. (LUCHESE, 2014, p.147).

Dessa forma, este capítulo estrutura e organiza a opção metodológica que orienta a escrita deste estudo, apresenta, também, a fundamentação teórica e instrumentos, que conduziram a elaboração desta pesquisa. Assim, documentos legais, narrativas orais e histórias presentes em livros possibilitam a produção desta dissertação, interligando-as em pontos comuns ou não, compondo-se assim, a partir da triangulação de fontes, uma possível

história do Colégio Estadual Júlio de Castilhos no período da ditadura civil-militar.

Como já mencionado, as memórias de quatro ex-professoras do Colégio Estadual Júlio de Castilhos da década de 1970 são documentos que auxiliaram a construção de uma história dessa Instituição. A formação do grupo de professoras inseridas na pesquisa constituiu-se no decorrer do tempo em que as entrevistas eram realizadas.

A primeira professora entrevistada foi a professora Ione Osório, uma vez que se percebeu o potencial da professora em participar dessa pesquisa, no primeiro contato que obtive com ela, conforme relatado na Introdução deste estudo. Então, em outro momento entrou-se em contato com a professora, convidando-a a participar da pesquisa. No primeiro contato com Ione, questionei se era do conhecimento dela, outra professora que havia atuado na escola no período ditatorial, dessa forma foi mencionada a professora Ruth Bulhões.

A professora Ruth ao longo do seu relato mencionou diversas vezes a professora Neiva, visto que ambas desenvolveram projetos juntas no final da década de 1970, casualmente, ou não as três professoras atuam na Fundação do Colégio como voluntárias, o que facilitou o contato com elas.

A professora Ilse foi convidada por mim a participar da pesquisa ao ser citada na entrevista da professora Ruth, pois as duas ingressaram no Colégio no mesmo período, a professora Ilse não participa da Fundação, mas continua frequentando o Colégio, participando de uma oficina de Inglês oferecida na escola.

Ao entrar em contato pela primeira vez com as professoras, elucidou-se brevemente sobre a pesquisa. Contudo, no dia da entrevista se conversou mais detalhadamente sobre o tema estudado, esclarecendo possíveis dúvidas. Após isso, apresentou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), uma cópia para a entrevistada e uma para a entrevistadora.

Para a entrevista foi elaborado um roteiro com um cabeçalho e questões norteadoras (Apêndice A). Seguindo as orientações de Alberti que afirma: “os dados do roteiro servem apenas para orientar-nos e ajudar-nos a acompanhar sua narração; não são perguntas prontas que devem ser respondidas à risca.” (ALBERTI, 2005, p.94).

O quadro 1 apresenta dados organizados a partir do cabeçalho do Roteiro de Entrevista, os quais foram preenchidos ao longo da realização das entrevistas.

Quadro 1: Relação dos sujeitos da pesquisa

Entrevistada	Formação	Período de trabalho no Colégio	Tempo de entrevista	Local e data da entrevista
Ione Osório	História	1975 -1988	68 min	Colégio Júlio de Castilhos – 02 de julho de 2014
Ruth Bulhões	História Natural (Biologia)	1971 – 1994	40min	Colégio Júlio de Castilhos – 09 de julho de 2014
Neiva Schäffer	Geografia (Mestrado em Arquitetura)	1969 – 1986	40min	Colégio Júlio de Castilhos – 17 de setembro de 2014
Ilse Lindemann Hahn	Biologia	1971 – 1995 1997 – 2011	35 min	Colégio Júlio de Castilhos – 24 de novembro de 2014

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Observou-se que as entrevistas fossem guiadas pelos objetivos da pesquisa, priorizando desta forma a qualidade, valorizando as lembranças e as vivências do período da ditadura civil-militar no Colégio de cada sujeito. (ALBERTI, 2005, p.31). Considerando que “o trabalho com a História Oral exige conhecimento de quem se propõe a fazê-lo. Soma-se a isso, cumplicidade, escuta sensível e respeito à fala do outro. ” (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012, p.36).

Nesse sentido, as questões foram elaboradas, com o intuito de iniciar a narrativa sobre o período estudado. A primeira questão já instigava as entrevistadas a relatarem suas vivências, incluindo as demais. Algumas intervenções eram feitas pela pesquisadora, a medida que as narrativas iam se desenvolvendo, uma vez que “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. ” (BOSI, 1994, p.55).

As entrevistas foram gravadas em um aparelho gravador digital, e repassadas logo em seguida para outros suportes de memória, evitando assim possíveis transtornos, considerando

o valor das gravações para a composição do estudo. As transcrições das entrevistas foram realizadas ao longo do ano de 2014 e início do ano de 2015 pela pesquisadora, posteriormente foram organizadas e catalogadas para a realização da análise.

A especificidade proposta em estudo nesta dissertação são as memórias de docentes do Colégio Estadual Júlio de Castilhos acerca do período da ditadura civil-militar. Apesar de não ter sido determinado durante as entrevistas um período específico de relato, as professoras ao longo de sua narrativa contavam, principalmente, os fatos que ocorriam durante a década de 1970, relatando a greve de 1979 como um fato marcante, por exemplo.

Até iniciar o processo de produzir memórias eu ainda estava em dúvida se entendia de fato uma pesquisa que abordasse a metodologia História Oral. Como eu não conhecia a escola e nenhum professor que lá atua, essa angústia me acompanhou até a primeira entrevista.

Na primeira entrevista realizada em julho de 2014, ocorreu o que Grazziotin e Almeida (2012) chamam de momento de catarse, foi nesse momento que percebi que eu tinha uma pesquisa, ou melhor, eu tinha meios para investigar o que me propus. Tal fato refere-se à memória da professora Ione, que na medida em que ia relatando suas lembranças, ia criando um contexto, um cenário, lembrando fatos, datas, elementos que reunidos e analisados comporiam uma história.

Uma relação de entrevista é, em primeiro lugar, uma relação entre pessoas diferentes, com experiências diferentes e opiniões também diferentes, que têm em comum o interesse por determinado tema, por determinados acontecimentos e conjunturas do passado. (ALBERTI, 2005, p.101).

Lapidar as memórias de outrem em meio a tantos relatos, emoções, sensações e lembranças fundamenta este estudo, foi a partir das narrativas do que foi vivido em um passado não tão longínquo, que quatro professoras sentadas em uma cadeira no mesmo cenário profissional da década de 1970, revisitaram suas lembranças e as externalizaram no presente. Revelaram-me as suas memórias, construindo suas lembranças através da voz e das palavras.

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo 'atual' das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas como também empurra, 'desloca' estas últimas, ocupando o espaço da consciência. (BOSI, 1994. p.46-47).

Pollak (1992) argumenta que, *a priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa, suposição considerável se cogitarmos a

individualidade das lembranças, do ato de lembrar, no entanto, ao longo de uma entrevista percebemos o envolvimento com o outro, o aporte nas recordações dos demais envolvidos na situação. A composição das memórias do indivíduo, portanto, é feita com o meio social, com o coletivo, como destacado por Halbwachs (1990, p.25):

Nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre as dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias [...]

Pollak (1992, p.201) ainda destaca elementos constitutivos da memória individual ou coletiva:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de ‘vividos por tabela’, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela não consiga saber se participou ou não.

O segundo elemento citado por Pollak pode ser presenciado no estudo de Janaina Amado (1995), a autora percebe com grande surpresa que as dezesseis horas de histórias narradas por Fernandes não passavam de uma história inventada, baseada no livro “Dom Quixote”, história que Fernandes ouvira em sua infância. No entanto, Amado considerou que no material havia dimensões simbólicas importantes, e valeu-se do mesmo para organizar um estudo acerca da tradição, imaginação e cultura erudita e popular.

Halbwachs (1990, p.26) diz que nunca estamos sós, nossas lembranças são coletivas, uma vez que nossas lembranças são compartilhadas, lembradas mesmo quando não estamos presentes na situação de recordação, ou seja, não se faz necessária a presença física dos indivíduos ou dos objetos para serem recordados. Assim, a composição do grupo inicial de entrevistadas desta pesquisa deu-se a partir da lembrança de professoras que não estavam presentes no momento do relato, mas que faziam parte da memória da professora entrevistada.

O conteúdo das lembranças se explicaria “pelo fato de que elas se encontram no ponto de cruzamento de duas ou várias séries de pensamento, pelas quais elas se relacionam a tantos grupos diferentes. ” (HALBWACHS, 1990, p.42). Ainda, segundo o autor, a memória individual está estritamente correlacionada à memória coletiva, metamorfoseando-se conforme o lugar social que o indivíduo ocupa nos distintos grupos dos quais faz parte.

Cabe ressaltar que as entrevistadas estão atualmente, vivenciando outro lugar social dentro da instituição, então, ao serem convidadas a narrar suas experiências, o olhar, as memórias, as lembranças são do passado, perpassadas pelo presente.

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 1990, p.71).

Apesar das características flutuantes, mutáveis da memória tanto individual quanto coletiva, as professoras entrevistadas, apresentaram ao narrarem suas lembranças, pontos relativamente imutáveis, invariantes, que são elementos comuns a toda entrevista considerada longa, como a ordem cronológica não obedecida, e a repetição de acontecimentos. (POLLAK, 2001).

Em relação às lembranças, Bosi (1995, p.81) destaca que:

Uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição.

Quanto aos documentos escritos que compõem este estudo, buscou-se localizar e identificar documentos que contribuíssem na construção deste trabalho, focando no objetivo proposto. O primeiro contato, no Colégio, para ter acesso a documentos escritos foi com a professora Ana Julieta, que me mostrou o material do Acervo, mas, o acervo da escola não continha material pertinente para o desenvolvimento desta pesquisa. Então, entrei em contato com o professor responsável pelo Arquivo Permanente, o Jaime.

Primeiramente, eu queria investigar cadernos de chamada de professores da década de 1970. E após muita busca e investigação no Arquivo da escola, descobri que cadernos de chamada realmente não havia, mas existiam diversos outros materiais passíveis de pesquisa, lá mesmo dentro do Arquivo. Bacellar (2008, p.49) afirma que “aventurar-se por arquivos, portanto, é sempre um desafio de trabalhar em instalações precárias, com documentos mal acondicionados e preservados, e mal organizados.”

Passando a desconfiança inicial da “estranha no ninho”, Jaime me deixou sozinha no arquivo, disponibilizando uma cópia da chave na secretaria, para que eu pudesse investigar, consultar o material quando quisesse.

Nessa primeira visita, constatei que a maioria dos documentos da escola até o início da década de 1960 estão empoeirados, mas passíveis de uma possível consulta e pesquisa, e a partir da década de 1970 até os dias atuais, muitos documentos estão espalhados pelo chão, desorganizados, em condições precárias e desprotegidos⁷. Segundo Bacellar (2008, p.49) “todas essas dificuldades, no entanto, não são o suficiente para desencorajar o pesquisador.”

Observa-se na figura 2 o Arquivo Permanente atual do Colégio Júlio de Castilhos, é um espaço muito amplo, a imagem do lado esquerdo é a parte frontal do espaço, a visão é a partir da porta de entrada, as caixas expostas são fichas com dados de ex-alunos, há dois corredores com esse material, a lateral da sala, e alguns arquivos de aço. A segunda imagem, lado direito, é a parte dos fundos do local, dois corredores após a primeira imagem, o material ali exposto, são cadernos de chamada, Plano Global, Plano Curricular, correspondências, entre outros, datados principalmente, a partir da década de 1960.

Figura 2: Arquivo do Colégio Estadual Júlio de Castilhos em 2014.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2014).

⁷ Tem-se consciência que a situação da maioria das escolas públicas brasileiras é precária, faltando recursos materiais e também de RH (recursos humanos), e que muitas vezes tal setor como o Arquivo Permanente é desvalorizado e desprestigiado, não sendo designada especificamente, uma pessoa para zelar, cuidar e organizar esse espaço, causando dessa forma, a situação exposta na imagem e descrita no texto. No Colégio Júlio de Castilhos a situação não é diferente, não há uma pessoa responsável pelo espaço, sendo um funcionário aposentado o portador da chave do local, conforme descrito neste capítulo. Inclusive, a secretária da escola, ao saber que eu utilizaria documentos do Arquivo Permanente, perguntou se não havia a possibilidade de organização do local.

A pesquisa em arquivos nos reserva surpresas (BACELLAR, 2008, p.61), então coloquei minhas luvas e fui atrás de registros escritos existentes nesse local escolar.

Investigando, lendo, separando, subindo em cadeira, tirando arquivos do lugar, consegui catalogar duas décadas de história desta Instituição tão emblemática. O quadro 2 sintetiza o material produzido nessa etapa de pesquisa:

Quadro 2: Materiais identificados no arquivo institucional do Colégio Estadual Júlio de Castilhos.

DOCUMENTOS	PERÍODOS
Cadernos de chamada	1964, 1971, 1973
Regimentos	1975, 1976
Planos Curriculares	1962, 1974, 1980, 1981
Atas de registro de supervisão (visitas)	1973, 1974, 1976
Regulamentação operacional do colégio	1979
Fundamentação estrutural do colégio	1975
Plano Global	1975, 1976, 1977, 1978, 1979
Plano de Curso: Comunicação e Expressão	1983, 1984, 1985
Correspondências	1964, 1966, 1970, 1971

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

Os itens encontrados descritos no quadro 2 é o resultado de dias de busca e investigação realizados no Arquivo do Colégio. Bacellar (2008, p.49) lembra que “encontrar os documentos que servem ao tema trabalhado é uma sensação que todos que passaram pela experiência recordam com prazer.” A figura 3 registra na íntegra o material selecionado para esta pesquisa, descrito no quadro 2, julgou-se pertinente separá-los do local original, para o registro fotográfico, os documentos que comporiam esta pesquisa.

Figura 3: Material selecionado para a pesquisa.



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2014).

Ao final de uma coleta de dados, olhar uma foto como a exposta na Figura 3, talvez não traduza toda a trajetória do que é uma pesquisa, mas Bacellar (2008, p.24) afirma que: “Essa é a vida da pesquisa: dura, cansativa, longa, mas gratificante acima de tudo.”

Na semana seguinte a seleção, comecei a fotografar os materiais, apesar de ainda não selecioná-los. No meio do registro da Ata de Supervisão, acabou a pilha da máquina fotográfica, passado o “autoflagelo” pelo meu despreparo como pesquisadora de arquivo documental, comecei a ler o material disponível, todo aquele acervo de material que eu havia selecionado.

Em virtude desse contratempo pude explorar melhor o campo empírico, assim, por meio de documentos escritos, conheci um pouco daquela escola na década de 1970, pude através de papéis, refletir sobre aquele local, do qual eu só tinha “ouvido” falar e ainda parcamente sabia.

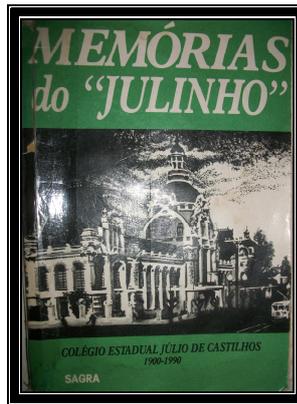
A partir da leitura dos documentos, selecionei o que mais seria adequado para esta pesquisa, de acordo com os objetivos. Desse modo selecionei os seguintes documentos escritos: Plano Global de 1976 – 1977; Plano Curricular de 1978 e de 1979, nos quais constam: as disciplinas ministradas, conteúdos, projetos desenvolvidos, quadro de professores, número de alunos, planejamento geral de cada setor, entre outros. Regimento de 1976; Regimento de 1979, nos quais constam, de modo geral, a organização escolar, a organização curricular, a organização disciplinar, composto por 70 páginas em média cada.

Nesse processo selecionei muitos documentos, e por uma questão de “apego” ao material “descoberto”, li, superficialmente, os outros tantos. Por mais que não consiga utilizar esse material nesta dissertação, registro aqui, o meu “enamoramento” científico, linguístico pelas correspondências, seja pela linguagem, seja pelo conteúdo. Bacellar (2008, p.24) afirma que “com o passar dos dias, ganha-se familiaridade, ou mesmo certa intimidade, com os escrivães ou personagens que se repetem nos papéis.”

Além dos documentos encontrados no Arquivo, uma possível história do Julinho também pode ser construída através de literatura escrita acerca do colégio. São livros que foram produzidos por universidade (UFRGS), por iniciativa privada, em comemoração a datas específicas, ou pela Fundação da escola.

Os livros são utilizados neste estudo como documentos por evocar a história da Instituição por meio das memórias de ex-alunos e ex-professores. As figuras 4, 5, 6, 7, e 8, são as capas dos livros utilizados como documentos nessa pesquisa:

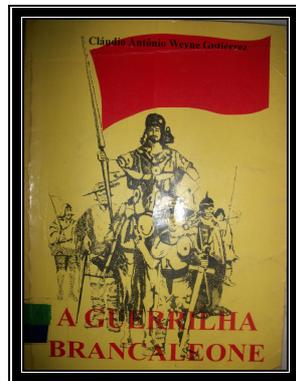
Figura 4: Livro *Memórias do “Julinho”*



1)

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015).

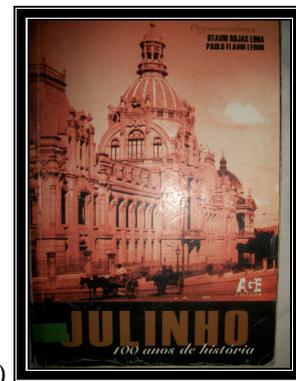
Figura 5: Livro *A Guerrilha Brancaleone*



2)

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015).

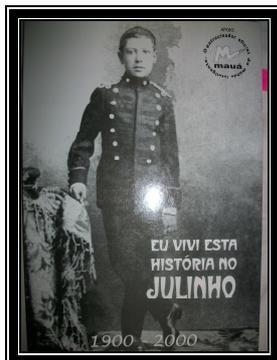
Figura 6: Livro *Julinho – 100 anos de história*



3)

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015).

Figura 7: Livro *Eu vivi esta história no Julinho*



4)

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015).

Figura 8: Livro *O Julinho sempre foi notícia*



5)

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2015).

O quadro 3 apresenta, brevemente, os livros expostos nas figuras da página anterior, são dados retirados a partir da leitura desses materiais.

Quadro 3: Livros sobre o Colégio Estadual Júlio de Castilhos

TÍTULO	AUTOR	EDITORA	ANO	FINALIDADE DA PUBLICAÇÃO
1) Memórias do “Julinho”	Otávio Rojas Lima (org.)	SAGRA	1990	Comemoração dos 90 anos do colégio
2) A guerrilha Brancaleone	Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez	Proletra	1999	Narrativa acerca de um grupo de alunos militantes políticos no período da ditadura civil-militar.
3) Julinho – 100 anos de história	Otávio Rojas Lima e Paulo Flávio Ledur (Orgs.)	AGE	2000	Comemoração aos 100 anos do colégio
4) Eu vivi esta história no Julinho	Cora Schilling Copstein (Org.)	Didática Sul	2000	Comemoração aos 100 anos do colégio
5) O Julinho sempre foi notícia	Cora Schilling Copstein Márcia Ivana de Lima e Silva Neiva Otero Schäffer (Orgs.)	Núcleo de Integração Universidade e Escola	2001	Acontecimentos na vida do Colégio, nos últimos 50 anos, que foram notícias na imprensa.

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Os livros que compuseram a documentação utilizada chegaram até mim de diversas formas, uns foram doados pela professora Ione, outro pela professora Neiva e após a realização das entrevistas fui até a biblioteca do Colégio para pesquisar sobre a escola e lá encontrei outros tantos. Todavia, ao explorá-los, analisá-los, conhecê-los percebi que poderiam ser incorporados a este estudo como documentos escritos compondo esta pesquisa.

Para compor a produção de dados desta pesquisa, portanto, recorreu-se a fontes escritas como livros, atas, relatórios, jornais, leis, regimentos e narrativas, considerando documento como monumento (LE GOFF, 1994). Uma vez que, para o autor o documento “não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo.”(1994, p.545).

Os documentos não são mais considerados somente pelas informações que fornecem, mas são também estudados em si mesmos, em sua organização discursiva e material, suas condições de produção, suas utilizações estratégicas. (CHARTIER, 2002, p.13).

Cunha (1999, p.42) destaca a importância de observarmos e explorarmos as potencialidades dos textos memorialísticos, sem, entretanto, descartarmos a perspectiva de que todo documento deve ser utilizado com cuidado.

Ao utilizar múltiplas fontes documentais como as citadas anteriormente, não está se procurando uma verdade única vivenciada no período ditatorial, algo que represente a ditadura civil-militar, dado que, temos “regimes de verdade, e não certezas absolutas”. (PESAVENTO, 2004, p.51).

Construir uma versão de um Colégio emblemático do século XX, a partir de memórias e de documentos escritos é somente uma escolha, dentre inúmeras alternativas de como realizar tal feito. Nesse sentido, Justino Magalhães (1996, p.2) esclarece que:

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida [...], conferindo um sentido histórico.

Dessa forma, utilizam-se os documentos descritos nesta seção, com o intuito de contextualizar e sistematizar a existência histórica do Colégio Júlio de Castilhos no período ditatorial, observando e analisando as representações que essa Instituição tinha no sistema educacional gaúcho.

Para a compreensão dos documentos orais e escritos, no processo de entendimento dos documentos produzidos pelas fontes consultadas, opera-se com o conceito de táticas a partir do entendimento que dele tem Michel de Certeau, que o define:

Chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha. (CERTEAU, 1996, p.100).

Com isso Certeau (1996, p.39) esclarece que tática “é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua [...], silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas *maneiras de empregar*⁸ os produtos impostos por uma ordem [...] dominante.”

⁸ Grifo do autor.

A tática é a arte dos fracos, pois, segundo Certeau (1996), quanto maior o poder, tanto menos pode permitir-se mobilizar uma parte de seus meios para produzir efeitos de astúcia; o poder se acha amarrado a sua visibilidade. Portanto, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele consegue momentos oportunos, que em uma escola para o professor poderiam ser os recursos materiais, quadro, giz, a disposição do aluno em aprender, os conteúdos a serem trabalhados. No entanto, a síntese intelectual tem por fama não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ocasião, por isso, com a tática joga-se constantemente com os acontecimentos, com o terreno que lhe é imposto, a tática é movimento.

A partir desse movimento em que se constitui a tática, questiona-se “qual a tática da escola se converteu em uma prática? ” Visto que, as “maneiras de fazer” cotidianas constituem as diversas práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-cultural. Diante de uma situação imposta pelo governo ditatorial, as professoras utilizam-se das táticas, transformando-as muitas vezes em práticas, no momento em que se organizaram, e reconfiguram o estabelecido, dessa forma, as práticas tornam-se uma multiplicidade de táticas articuladas sobre os detalhes do cotidiano.

Opera-se também, com o conceito de representações, de Roger Chartier, como um meio de compreender as práticas estabelecidas no cotidiano do Colégio em tempos de repressão e pouca liberdade de expressão, observando quais representações as professoras utilizavam para atitudes consideradas subversivas na época.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 2002, p.17).

Assim, as narrativas das professoras, que compõem este estudo, são representações referentes ao período estudado, “são esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e o espaço decifrado. ” (CHARTIER, 2002, p. 17) ou seja, as representações como o grupo de professoras, de acordo com os seus interesses pedagógicos e ideológicos, percebem, compreende e forja o mundo social que integra.

Quanto às práticas, elas estão presentes nas percepções feitas por todos do grupo, seja por aceitação ou imposição. Para Chartier (1991) não há prática que não seja representada.

Assim, as representações são incorporadas através de práticas coletivas, são construções que os grupos fazem sobre as suas práticas que não são possíveis de serem percebidas em sua integridade plena, elas somente existem enquanto representadas.

As práticas existentes no Colégio como a seleção de um professor, a criação de um projeto, a forma de conduzir uma aula, organizaram-se no trabalho e na perspectiva social do tempo, a partir de como as professoras perceberam as suas práticas e as narraram durante as entrevistas, expondo assim, como agiam diante de mudanças curriculares, novos pareceres, ou em atividades extraclasse.

A intenção desse capítulo foi explicitar a metodologia utilizada nesta pesquisa, a História Oral e a análise documental, descrevendo as fontes utilizadas e como foi o processo de seleção do material utilizado nesta investigação. Apresentou-se, também, o aporte teórico e suas implicações com o estudo realizado.

No capítulo a seguir apresenta-se um breve histórico da cidade Porto Alegre, unindo sua história a criação do Colégio Estadual Júlio de Castilhos e o desenvolvimento da instituição ao longo do século XX, assim como os fatos que ocorreram no estado do Rio Grande do Sul no período ditatorial e repercussões desse momento no Julinho.

3 O COLÉGIO ESTADUAL: CONTEXTOS, MEMÓRIAS E HISTÓRIA

O texto a seguir propõe-se, de maneira sucinta, apresentar a fundação da cidade de Porto Alegre, para que assim, possa-se compreender a inserção do Colégio Júlio de Castilhos neste cenário porto-alegrense, sabe-se que mais detalhes e fatos ocorreram, todavia aqui são apresentados apenas fragmentos desta vasta história da Capital gaúcha. Uma vez que, o estudo das instituições escolares tem implicações diretas com o local onde elas se iniciam e as relações sociais que estabelecem com o mesmo.

A cidade de Porto Alegre tem como data oficial de fundação dia 26 de março de 1772, como Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, um ano após altera-se o nome para Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. Em 24 de julho de 1773, Porto Alegre se tornou a capital da capitania, com a instalação oficial do governo de José Marcelino de Figueiredo.

O povoamento, contudo, começara já no ano de 1752, com a chegada de casais portugueses açorianos trazidos por meio do Tratado de Madri, para se instalarem nas Missões, região do Noroeste do Estado que estava sendo entregue ao governo português em troca da Colônia de Sacramento, nas margens do Rio da Prata. A demarcação dessas terras demorou e os açorianos permaneceram no então chamado Porto de Viamão, primeira denominação de Porto Alegre.

Em 1821, Porto Alegre ganha o status de cidade pelo Imperador Dom Pedro II devido a sua expansão, no século XX, e a partir de 1824, passou a receber imigrantes de todo o mundo, em particular alemães, italianos, espanhóis, africanos, poloneses, judeus e libaneses.

Com o aumento da população houve um grande crescimento urbano, sendo implantada uma série de serviços públicos urbanos, reorganizando e modernizando dessa forma, o espaço urbano central da cidade. (MONTEIRO, 2012, p.26).

3.1 Contexto de Porto Alegre e a criação do Colégio

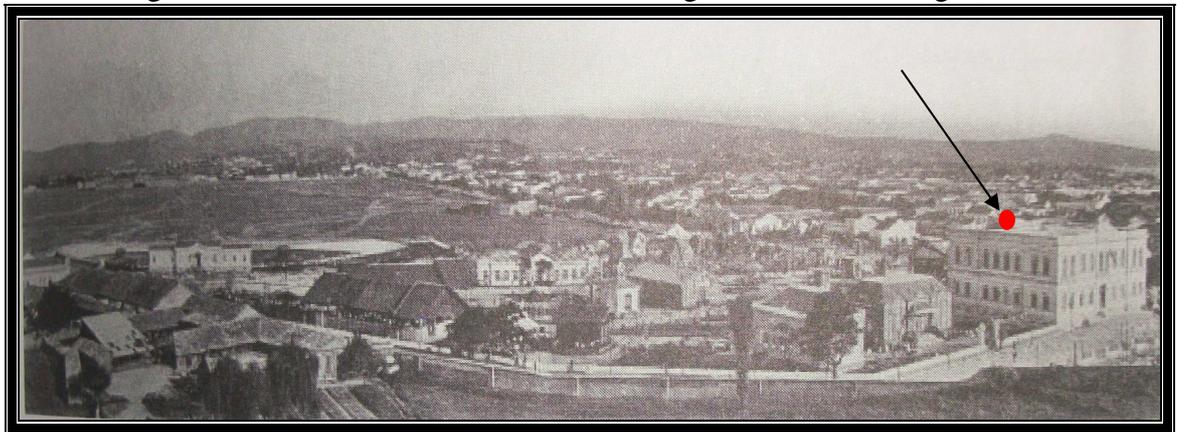
Embora este estudo, seja focado no período da ditadura civil-militar, narra-se, a seguir, a criação do Colégio Júlio de Castilhos, e o seu desenvolvimento ao longo do século XX. Essa historicidade é importante para uma compreensão adequada sobre a importância dessa instituição no cenário educacional gaúcho.

Em 1890, a população de Porto Alegre era de aproximadamente 52 mil habitantes e os melhoramentos urbanos tornam-se mais visíveis na área central. As reformas urbanas obedeciam à nova concepção burguesa da cidade, em que o Centro deveria ser o lugar das formas de sociabilidade e conduta moral “civilizada”. (MONTEIRO, 2012, p.29). Tais mudanças ocorriam com a Proclamação da República, decorrentes da reestruturação política, social e econômica brasileira⁹.

A história do Colégio Júlio de Castilhos funde-se ao desenvolvimento e história de Porto Alegre, uma vez que, o Colégio foi uma das primeiras instituições educacionais criada no início do século XX.

No dia 23 de março de 1900, a Escola de Engenharia de Porto Alegre transforma em Ginásio um Curso Preparatório de apoio de ensino de Engenharia, intitulado tal instituição de Gymnasio do Rio Grande do Sul, funcionava inicialmente no setor térreo do edifício-sede da Escola de Engenharia. O Regimento do “Gymnasio” foi expedido em 5 de janeiro de 1903, assinado pelo então Reitor, Engenheiro Militar Professor Manoel Theophilo Barreto Viana. A figura 9 registra a primeira localização do Colégio Júlio de Castilhos, no início do século XX, junto à Faculdade de Engenharia.

Figura 9: Prédio à direita - Faculdade de Engenharia. Porto Alegre, 1901



Fonte: Monteiro (2012).

Em 1905, o estabelecimento passou a designar-se Instituto Gymnasial do Rio Grande do Sul. A Escola de Engenharia, prestando homenagem a Júlio Prates de Castilhos, no dia 07 de março de 1908, denomina o estabelecimento com o nome Instituto Gymnasial Júlio de

⁹ Para saber mais sobre a cidade de Porto Alegre consultar: MONTEIRO, Charles. *Breve História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Letra & Vida, 2012.

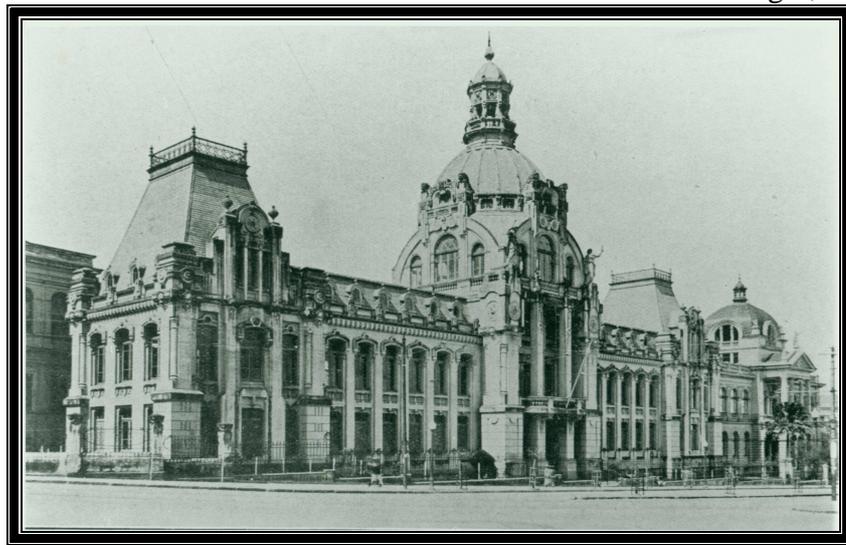
Castilhos¹⁰.

Com a demanda crescente de alunos, em 1908, decide-se dotar o Instituto de prédio próprio. Era uma imponente obra arquitetônica, projetada pelo Engenheiro Manoel Itaquí, situado no Centro da capital, próximo ao prédio da Engenharia. Segundo Tietböhl, ex-professor da escola, o prédio do Colégio era:

Uma imponente obra arquitetônica, um palácio, com um bloco central, ladeado por dois outros, que terminava em zimbório de telhas metálicas, encimado por um lanterim de vidros vermelhos, iluminados minutos antes das 20 horas, dando todos os dias a hora certa à população de Porto Alegre. Os blocos laterais tinham telhados em forma de troncos de pirâmides quadradas, revestidos de placas metálicas e terminados por gradil na parte superior. A monumental escadaria de mármore era guarnecida por dois grifo-leões de cobre oxidado. No patamar da escadaria estava o busto do patrono do Instituto, em bronze. (TIETBÖHL, 1990, p.12).

Observa-se na figura 10, a arquitetura monumental do primeiro prédio do Colégio Júlio de Castilhos.

Figura 10: Instituto Júlio de Castilhos – Vista do edifício. Porto Alegre, 1927-1928



Fonte: Acervo Museu da UFRGS (2015).

¹⁰ Tal homenagem rendeu-se pela carreira política traçada por Júlio de Castilhos. Em 1890, Júlio de Castilhos foi eleito deputado no Congresso Constituinte Republicano, em São Paulo, defendendo o projeto de organização estatal positivista, o que lhe garantiu prestígio entre os militares. Em 1891, no Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos foi eleito pela Assembleia Estadual o primeiro Presidente do Estado sulino após a proclamação da República, e redigiu o projeto da Constituição Gaúcha, baseada nos princípios positivistas, e que foi promulgada nesse mesmo ano. Júlio de Castilhos faleceu em Porto Alegre, como chefe do Partido Republicano Rio-grandense no ano de 1903. No início do século XX, os políticos republicanos trataram de afirmar a nova ordem política de forma simbólica no espaço urbano, alterando nomes de ruas, avenidas, praças e espaços públicos da capital. As antigas denominações desses espaços estavam ligadas a fatos, personalidades do período imperial. A nova identidade política republicana e castilhista perseverou-se em nomes de avenidas, como Avenida Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, na construção de monumentos em homenagem aos chefes republicanos, como o monumento a Júlio de Castilhos e a nome de prédios públicos, como no caso do Instituto. (MONTEIRO, 2012, p.33).

Nas duas primeiras décadas do século XX, surge no Centro de Porto Alegre com a construção de novos prédios públicos federais, estaduais e municipais, uma nova arquitetura monumental de influência eclética. Em tais prédios, “observa-se uma arquitetura de inspiração clássica com frontões, colunas e simetrias de elementos. No conjunto escultório do prédio existem várias referências à República e ao Positivismo.” (MONTEIRO, 2012, p.40).

Com o regulamento expedido pela Escola de Engenharia no dia 24 de março de 1923, passou-se a nomear Instituto Júlio de Castilhos, entre 1930 e 1942, ocorreram diversas alterações no sistema educacional, extinguido inclusive, temporariamente o Instituto. Vieira (2007, p.298) atenta a essas alterações na educação pública brasileira, ao explicitar a educação na Constituição de 1937.

O dever do Estado para com a educação é colocado em segundo plano, sendo-lhe atribuída uma função compensatória na oferta escolar destinada ‘a infância e a juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares’ (art.129).

Em 1942, através do Decreto Estadual nº 588¹¹, de 11 de agosto de 1942, foi criado o Colégio Estadual Júlio de Castilhos, incorporando-se o então Colégio Universitário e o Ginásio Júlio de Castilhos, e conforme o Regimento, aprovado em fevereiro de 1956, sendo ministradas as disciplinas do Curso Ginásial e dos Cursos Clássico e Científico.

No mês de novembro de 1951, um incêndio de causas desconhecidas destrói completamente o imponente prédio do Colégio, as aulas, então, são transferidas para o prédio do Arquivo Público do Estado, situado no Centro da capital. Do incêndio salvaram-se os dois grifos-leões e o busto de bronze do patrono Júlio de Castilhos, que ornaram a entrada principal do prédio atual.

No dia 29 de junho de 1958, o novo e atual prédio do Colégio foi entregue à comunidade, desta vez o prédio foi assinado pelos renomados arquitetos Demétrio Ribeiro e Enilda Ribeiro, localizando-se na Avenida Piratini, do Bairro Santana.

O prédio apesar de imponente, já apresentava características bem diferentes do primeiro prédio do Colégio, observa-se uma arquitetura mais moderna, acompanhando a transformação urbana da cidade de Porto Alegre na década de 1950. A imponência do prédio, que contém um auditório com 500 lugares, um anfiteatro com 100 lugares, entre outras

¹¹ BRASIL. Decreto Estadual nº 588, de 11 de agosto de 1942. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/115716/DECRETO%20588%20DE%201942.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: abril de 2015.

locações pode ser observada na narrativa da professora Neiva, a qual rememora esse fato como algo significativo, pois junto à excelência acadêmica reconhecida na época, a arquitetura ampla, com diferentes setores do Colégio, também se destacava, visto que era uma instituição pública privilegiada em infraestrutura:

“O Júlio é uma situação diferenciada, ele tem um prédio monumental, ele tem prédio que ganhou um concurso público em 58, um prédio de um arquiteto famoso – Demétrio Ribeiro e a mulher dele, um prédio que tem camarim pra teatro, tem a sala pra marcenaria, é um prédio para sete mil alunos. ” (Neiva Schäffer. Porto Alegre, 17 de setembro de 2014).

A figura 11 registra a parte externa do Colégio, nota-se a imensidão do prédio construído na década de 1950 e descrito pela professora Neiva. Apesar de o estilo arquitetônico modificar-se, apresentar traços mais modernos, retos, menos detalhistas, de acordo com as características arquitetônicas da época, a infraestrutura imponente e grandiosa do primeiro prédio do Colégio permaneceu.

Figura 11: Prédio atual do Colégio Estadual Júlio de Castilhos



Fonte: Almanaque Gaúcho (2015).

3.2 O Júlio era uma situação diferenciada

O Colégio Estadual Júlio de Castilhos por ser um dos primeiros Colégios do Estado do Rio Grande do Sul estabeleceu uma longa e significativa história na educação escolar gaúcha durante o século passado.

Um Colégio muito requisitado por alunos até o início da década de 1980, por sua fama tanto de estrutura física, como de qualidade de ensino, possibilitando o ingresso dos alunos que lá estudavam nas melhores universidades porto-alegrenses. Portanto, uma vaga no Colégio era sinônimo de prestígio social, uma vez que quem ingressava lá, ao concluir o 2º grau, geralmente obtinha vagas nas melhores universidades rio-grandense. O ensino público oferecido no Julinho era de qualidade, propagando-se além das fronteiras da capital, atraindo assim, alunos de variadas cidades do interior do Rio Grande do Sul.

Entende-se na narrativa da professora Ione, o espaço social que o Julinho representava na época, os alunos citados em sua fala não foram seus alunos, no entanto, o Colégio representava um espaço de estudo e de formação política.

“Eles (os alunos) vinham do interior principalmente para poder cursar uma universidade, para se preparar intelectualmente, e aqui claro, era uma escola, que tinha alunos de todos os rincões do Rio Grande do Sul, com ideias políticas, também, não pode esquecer que São Borja foi o berço de Getúlio e têm várias outras lideranças. Brizola foi nosso aluno, saiu de Carazinho, veio estudar no Julinho. ” (Ione Osório. Porto Alegre, 03 de julho de 2014).

Em uma relação aleatória do grupo de alunos de destaque no contexto porto-alegrense e que estudaram no Colégio Júlio de Castilhos pode-se citar: Paixão Côrtes, fundador do CTG –Centro de Tradições Gaúchas, dando origem ao CTG 35; Lasier Martins, atual Senador do Estado do Rio Grande do Sul; Antônio Britto, ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul; Leonel Brizola, político; Luciana Genro, política; Roberto Robaina, político; Moisés Velinho, político e jornalista; Barbosa Lessa, escritor e historiador; Moacyr Scliar, médico e escritor; Tânia Carvalho, jornalista.

Citam-se esses nomes de ex-alunos, entre tantos outros personagens do cenário gaúcho que passaram pela escola, estabelecendo a sua história como estudante, e a história do Colégio Júlio de Castilhos, principalmente até a década de 1980, época em que o Colégio era muito prestigiado no âmbito educacional, fazendo parte do imaginário de uma geração.

Assim como para os alunos, a representação de um Colégio importante e de prestígio, também se caracterizava para os professores que lá atuavam ou não. A prática de ingresso no Colégio Júlio de Castilhos, na época, configurava-se de uma forma diferenciada da maioria das escolas estaduais, realizava-se uma seleção especial, motivo de orgulho para os professores que exerciam sua docência em uma Instituição de excelência acadêmica e reconhecido pela sociedade, como expresso no relato de Ione, que demonstra a sua satisfação em integrar uma instituição que selecionava alunos e professores:

*“Tinha seleção para o aluno e para o professor.
O professor tinha que dar uma aula para uma banca e era entrevistado pelos professores da casa, se fosse aprovado o professor fazia parte do quadro de professores da escola.
Então, isso era uma escola de excelência que seleciona alunos com prova para entrar e selecionava professores.” (Ione Osório, 02 de julho de 2014).*

Essa situação diferenciada de seleção estava no Regimento de 1976 e no Regimento de 1979¹², apesar de estar expresso que a seleção se realizava somente em caso de não haver “número suficiente para o preenchimento de vagas no Corpo do Colégio”, a situação de falta de professores comum no ensino público, também atingia o Julinho, mesmo considerada uma escola qualificada em termos de ensino:

Art. 156 – Não havendo professores concursados pela SEC, em número suficiente, para o preenchimento de vagas no Corpo Docente do Colégio, a Direção Geral, ouvido o CTAP, promoverá uma entrevista seletiva de candidatos, adotando, para isso, critérios não conflitantes com a legislação em vigor. (Regimento de 1979, p. 58)

No entanto, quem não ingressasse no Colégio, passando por uma seleção no período da ditadura, gerava desconfiança entre os profissionais, devido a situações decorrentes do período ditatorial em que eram designadas pessoas ligadas ao governo, geralmente sem uma formação específica, para trabalharem em escolas, principalmente àquelas que geravam conflitos contra o governo.

A professora Ilse ao narrar o seu ingresso no Colégio, através de uma inscrição via uma publicação de edital pela Secretaria de Educação, relata seu entusiasmo ao ser designada para uma escola com a credibilidade do Julinho e sua surpresa ao ser aceita em uma escola de

¹² O mesmo texto consta no Regimento de 1976, na página 54, artigo 153.

tamanha importância, apesar de sua parca experiência como docente:

“Um dia eu vi no jornal, pequenininho assim, em agosto de 70, que estavam abertas as inscrições de professores que quisessem lecionar no Estado [...] Eu fui lá e me inscrevi [...] Quando foi em junho ganhei fono pro Júlio de Castilhos, gente eu quase tive um negócio, porque era o melhor Colégio do Estado, o que mais aprovava no vestibular na UFRGS e era uma referência nacional. [...] Entramos sem concurso de ingresso especial, eu e mais duas colegas fomos as três primeiras (ela, a professora Ruth que havia sido sua colega de faculdade e a outra não foi citado o nome) a entrar no Júlio, então todos os professores nos receberam friamente, porque acharam que nós tínhamos algum vínculo com os militares, o que não era; nós tínhamos entrado na santa inocência.” (Ilse Hahn. Porto Alegre, 24 de novembro de 2014).

A excelência acadêmica existente no Colégio refletia nas práticas das professoras, que se esmeravam em dominar o conteúdo a ser ensinado, principalmente no início da docência na escola, como Ilse recorda *“eu estudava muito, eu botava meus filhos na cama às dez horas e estudava até as duas da manhã, às seis eu levantava.”* Tal esforço em ser uma boa profissional também aparece nas lembranças de Ruth *“eu estava nova na escola, preocupada com o conteúdo, estudando, estudando muito mesmo.”*, justificando assim, o porquê de não sentir tanto o impacto da ditadura em seu cotidiano escolar, pois estava envolvida em seu aprimoramento como profissional.

Entende-se tanto no relato de Ione, como no de Ilse a representação que o Colégio Júlio de Castilhos tinha para ambas, um Colégio de renome, com qualidade de ensino, um local, onde todo o profissional tinha o desejo de trabalhar, pois era conhecido como um ambiente educacional público diferenciado e privilegiado, tanto em aspectos físicos como em questões pedagógicas.

A representação de um Colégio de significativo ensino, politizado foi construída ao longo do século XX, por professores e alunos que lá atuaram e constituíram práticas, como a realização de uma seleção para alunos e para professores, o aprimoramento e esforço em ser um bom profissional.

Compreende-se que, no decorrer dos anos, ocorreram mudanças educacionais no Rio Grande do Sul e no Brasil, leis foram modificadas, o foco educacional transformou-se, a educação expandiu-se, e a instituição investigada não é mais tão prestigiada pela sociedade como antigamente.

3.3 A ditadura civil-militar no espaço do Colégio Júlio de Castilhos

Como o Colégio Júlio de Castilhos insere-se no contexto gaúcho, neste texto explana-se acerca da ditadura civil-militar no cenário do Rio Grande do Sul. Nesta seção tem-se por objetivo expor de forma sucinta, a partir de fatos recorrentes na época, por vezes narradas por autores que vivenciaram, situações que ocorreram no período ditatorial no Rio Grande do Sul e no Julinho.

O período da ditadura civil-militar eclodiu de diferentes formas no território brasileiro, apresentando-se mais impactante em alguns lugares a outros. Assim, no estado do Rio Grande do Sul, não foi diferente. Composto por um extenso território, o Estado possui diversos municípios, onde diferentes manifestações foram percebidas e vivenciadas.

Inicia-se pela Legalidade, movimento liderado pelo então Governador do ano de 1961 (eleito em 1958) Leonel Brizola, que lutava pelo cumprimento da Constituição, no qual determinava a posse do vice-presidente, João Goulart, uma vez que o então Presidente da República Jânio Quadros havia renunciado, e de resistir militarmente à tentativa de golpe em curso.

Esse movimento agitou a cidade de Porto Alegre, pois se instalou no centro da cidade o Comitê Central do Movimento de Resistência Democrática, onde milhares de voluntários se inscreveram. Além disso, formaram-se os Batalhões Operários Populares, que se propunham a defender a cidade em caso de invasão de tropas golpistas. Também, a União Nacional dos Estudantes deslocou a diretoria para o Rio Grande do Sul e decretou greve nacional em repúdio ao golpe.

No ano de 1964, Ildo Meneghetti foi eleito Governador do Estado do Rio Grande do Sul, derrotando assim, Brizola. Meneghetti venceu a eleição com o apoio de diversas empresas, por intermédio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), entidade financiadora de governadores opositores a João Goulart.

No mês de abril de 1964, ocorreu o Golpe Militar e logo após o golpe, ocorreram expurgos, afastando funcionários públicos estaduais, professores universitários, membros da Brigada Militar, funcionários públicos de Porto Alegre e de Caxias do Sul, da Rede Ferroviária Federal e da Refinaria Alberto Pasqualini.

Com o decreto do Ato Institucional I¹³, o Governador Ildo Meneghetti nomeou a Comissão de Expurgos, divulgando no dia 18 de abril a primeira lista com os nomes de 54

¹³ Ato Institucional I – Foi assinado no dia 9 de abril de 1964 pela junta militar, legitimando o Golpe civil-militar.

servidores a serem afastados. No mesmo mês, publica-se uma lista com 40 oficiais da Brigada Militar, diversos desses estavam envolvidos com o Movimento da Legalidade. Durante o período ditatorial ocorreram três Auditorias: a de Porto Alegre, a de Santa Maria, e a de Bagé, tais auditorias estavam geralmente, relacionadas à existência de fortes núcleos trabalhistas. (RODEGHERO, GUAZZELLI e DIENSTMANN, 2013).

Com o intuito de combater os pretensos inimigos do poder, variadas medidas foram tomadas pelo Governo. Após alguns dias do golpe, a primeira lista de pessoas detidas era repassada à imprensa, em que uma lista extensa de nomes era indicada pelo DOPS¹⁴ por apresentarem atividades subversivas durante o governo de João Goulart.

Além de prisões, expurgos, cassações, intervenções, o Estado brasileiro utilizara sistematicamente práticas como o sequestro, a tortura, a morte e o desaparecimento de seus opositores. Tem-se como exemplo desse ato, a morte do preso político o ex-sargento Manoel Raimundo Soares¹⁵, conhecido como “o caso das mãos amarradas”. Soares havia participado do Movimento dos Sargentos e da luta pela aprovação das reformas de base.

Então, após o golpe, Soares foi expurgado de seu cargo e teve sua prisão decretada. Segundo as hipóteses levantadas pela Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande Sul, o que ocasionou a morte de Soares foi a prática de tortura de afogamento realizada no rio Guaíba. O corpo foi encontrado, no dia 24 de agosto de 1966, próximo à Ilha da Pintada, boiando no rio Jacuí, com as mãos amarradas às costas e com sinais de tortura. (RODEGHERO, GUAZZELLI e DIENSTMANN, 2013). O Comitê Carlos de Ré¹⁶ conseguiu traçar uma cartografia da tortura em Porto Alegre e região metropolitana, através de relatos, apontando 49 locais onde a ditadura operou, citado alguns lugares como: Aeroporto Salgado Filho, penitenciária feminina Madre Pelletier, localizada no bairro Teresópolis; Avenida Cauduro, no bairro Bom Fim da cidade de Porto Alegre.

¹⁴ O Departamento de Operação Política e Social (DOPS), criado pós-ditadura para manter o controle do cidadão e vigiar as manifestações políticas, na cidade de Porto Alegre situava-se à Avenida João Pessoa, onde hoje é o Palácio da Polícia. Transformaram uma ala localizada entre a Avenida João Pessoa e Avenida Ipiranga em prisão, havia, também, uma sala apropriada para abafar o som, onde se obtinham informações rápidas dos presos. (GARCIA, 2012).

¹⁵ Sob o processo nº 2345-1200 98-4, Manoel Raimundo Soares (falecido) foi indenizado no valor de R\$ 30.000,00, Manoel foi preso de 11-03-1966 a 13-08-1966 no Quartel da PE, DOPS e na Ilha das Pedras Brancas; não consta motivo da prisão; não citou companheiros de prisão; não indicou testemunhas; alegou ter sofrido sevícias e maus-tratos; mencionou como consequência da prisão: morte por afogamento, seu corpo foi encontrado com as mãos amarradas às costas, boiando no Rio Jacuí. (Resistência e Memória – Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil – 1961 – 1979, p. 411).

¹⁶ Comitê *Carlos de Ré*, tem como objetivo divulgar notícias relacionadas à questão dos Direitos Humanos e da Justiça de Transição, contribuindo na luta por Verdade e Justiça, assim como lembrar, revelar, revisar e fixar na cultura de todos os cidadãos do Brasil os atos de violência praticados contra o povo brasileiro pelo Regime Cívico-Militar. Disponível em: < <https://comitedaverdadeportoalegre.wordpress.com> > Acesso em: novembro de 2015.

Durante a ditadura, dois movimentos sofrem forte repressão: o movimento sindical e o movimento estudantil. Visto que, os sindicatos haviam sido atuantes nas mobilizações pelas reformas de base, durante o governo de João Goulart. Nos primeiros anos, a ditadura interveio em diversos sindicatos em todo o país.

No ano de 1966, ocorreram algumas greves no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre criou-se o “Movimento Antiarrocho Salarial”, realizando-se diversas manifestações. Já no ano de 1979, no mesmo ano em que ocorreu a anistia¹⁷, milhares de trabalhadores brasileiros entraram em greve em todo o Brasil, e o Estado do Rio Grande do Sul foi um dos protagonistas no movimento.

Em 1978, os ferroviários de Santa Maria, juntamente aos trabalhadores das confecções Wollens S. A. em Porto Alegre, já haviam paralisado. No mês de março de 1979, ocorreram pelo menos quatro greves no Estado: a dos trabalhadores da indústria do fumo, as greves dos médicos residentes da Santa Casa de Misericórdia, dos lixeiros e a greve dos professores do ensino público estadual, em Porto Alegre e em diversos municípios do interior. Como rememora Neiva, narrando o quão foi significativo para ela participar de um ato em conjunto com os seus colegas, em um momento de pouca liberdade de expressão e de opressão:

“O fato do governo manter contratado por dez anos professores. Por exemplo, eu fiz um concurso para entrar no Júlio, mas eu não sou uma efetivada, eu sou uma contratada, aquele concurso era para me dar o direito de ter uma vaga aqui, mas não efetivada, e o concurso não saía, e o concurso saiu, mas a nomeação não. Então, havia uma massa de professores trabalhando no estado, ganhando como contratados, sem vínculo, sem direito, e o concurso feito, realizado, só precisava a assinatura do governador, foi a primeira grande greve do magistério, foi em março de 79, aquela greve, ela explodiu uma sensação de que a gente pode tudo, sabe, ela é muito boa para a autoestima, porque colocou a sociedade junto aos professores, que era a primeira categoria a gritar no momento de fechamento político.” (Entrevista Neiva Schäffer. Porto Alegre, 17 de setembro de 2014).

Os estudantes, assim como os trabalhadores, também foram ativos contra a repressão imposta pela ditadura. Todavia, as atitudes eram vistas e coibidas constantemente pelo governo. Através da Lei Suplicy de Lacerda, no ano de 1965, a UNE foi considerada ilegal, o que não impediu a entidade reunir muitos estudantes nos porões da Igreja de São Francisco de Assis.

¹⁷ BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Essa Lei concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm> Acesso em: novembro de 2015.

No ano de 1964, a sede da Federação dos Estudantes da UFRGS, foi tomada pelos interventores do governo, aumentando o valor do Restaurante Universitário, até então administrado pela Feurgs. Assim como o prédio da entidade, que se localizava em frente ao Colégio Júlio de Castilhos, passou abrigar a Academia de Polícia. (BORTOT, GUIMARAENS, 2008).

Em 1968, o Julinho liderou o movimento secundarista. Como resultado, seis alunos foram expulsos, dentre eles Luiz Eurico Tejera Lisboa¹⁸. Em virtude dessas lutas, o Colégio adotara desde então um forte esquema repressivo, com a presença de policiais e informantes no interior da escola. (BORTOT, GUIMARAENS, 2008).

No ano de 1977, houve uma grande manifestação na cidade de Porto Alegre deflagrada pela repressão ao 3º Encontro Nacional dos Estudantes (ENE), as punições ocorridas na Universidade de Brasília e prisões realizadas no Rio de Janeiro. O dia 23 de agosto ficou denominado como Dia Nacional das Lutas.

Além disso, os estudantes utilizavam-se de meios de comunicação impresso, para divulgar os seus ideais, como os jornais: o *Grampo*, do Diretório Central dos Estudantes da PUCRS, *PSIU*, do Curso de Psicologia da UFRGS, sendo o único jornal ainda em atividade, o *Arreio no ovo*, do DCE da UFRGS, *Supositório*, jornal dos alunos do I Ciclo da UFRGS, entre outros.

Esses jornais exploravam temas de diversas esferas como o exposto na capa do jornal *Grampo*, de outubro de 1976, nº8, ano II traz: “*Dependência, Ensino, Transportes*”, abaixo uma imagem subscrita: “*Um jornal que não usa grampos*”, uma suposta referência à vigilância do governo. Outro jornal denominado: *Supositório* apresentava em sua capa os seguintes temas: entrevista, ecologia, literatura, arte e música, faculdades, editorial, apelo, charges, e ao lado uma charge sobre “o estudante e a liberdade de expressão”, demonstrando as consequências de quem se expressava na época. (BORTOT, GUIMARAENS, 2008).

Um evento que teve significativa repercussão no cenário gaúcho foram os festivais musicais, onde os artistas utilizavam-se desses espaços para protestarem e exporem a sua opinião em relação as imposições do governo. Assim, no âmbito cultural, desde o início da década de 1960 o movimento musical crescia em Porto Alegre.

¹⁸ Sob o processo nº 7008 – 1200 98-7, Luiz Eurico Tejera Lisboa (falecido) foi indenizado no valor de R\$ 30.000,00 por ter sido preso diversas vezes, por motivos políticos, sendo indiciado, após a prisão de maio de 1968, em IPM pela tentativa de reabertura do Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos, por esse motivo foi condenado a seis meses de prisão; citou como companheiro de prisão, Cláudio Antônio Weyne Gutierrez, não indicou testemunhas, alegou ter sofrido sevícias e maus-tratos, mencionou como consequências da prisão: a clandestinidade e o desaparecimento de Luiz Eurico. (Resistência e Memória – Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil – 1961 – 1979, p.399).

Têm-se como momentos marcantes para a música sul-rio-grandense os Festivais da Faculdade de Arquitetura da UFRGS (1968-1969) e os Festivais Sul-brasileiros da Canção, da TV Gaúcha (1967-1969), despontando artistas como Túlio Piva, Alcides Gonçalves, Lupicínio Rodrigues, entre outros. A partir de 1968, vários artistas foram exilados, visto que a maioria das músicas que promovessem contestações de ordem política ou moral foi censurada pelo regime, sendo assim, os Festivais da Canção entraram em decadência.

No ano de 1971, cria-se o Musipuc, dando visibilidade a vários artistas regionais, como Nei Lisboa. Também, havia as Rodas de Som produzidas por Carlinhos Hartlieb, no Teatro Arena, o programa vivendo a vida de Lee, apresentado por Julio Fürst, o Mister Lee, na Rádio Continental.

O Teatro da Arena, localizado em Porto Alegre, nas escadarias da Avenida Borges de Medeiros, foi palco de atuações relevantes cultural e politicamente, sofrendo forte repressão após o AI-5. Em geral, a década de 1960 foi marcada pelo fortalecimento das artes dramáticas na capital e em cidades do interior do Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, assim como em outros estados, as especificidades políticas configuraram um cenário singular para o período. No entanto, importa neste momento, identificar as distintas formas de repercussão que esse período pode ter apresentado no contexto educacional do Colégio Júlio de Castilhos. Para essa análise, foram fundamentais as memórias dos professores Décio Floriano e Eugênia Grimberg que atuaram na escola no final da década de 1960.

Nos primeiros anos de ditadura, repercussões do período ditatorial já refletiam no Colégio Júlio de Castilhos, e afastamentos ocorriam na Instituição. Tais fatos foram apenas mencionados pelas professoras participantes desta pesquisa, visto que elas ingressaram no Colégio após o ocorrido, mencionaram, mas não vivenciaram e nem conviveram com os professores.

Na narrativa do professor Décio Nunes Floriano no livro *Memórias do Julinho* (1990), intitulada *Depoimento* composta por subtítulos como “Atividade no Colégio Júlio De Castilhos”; “A Greve dos Professores em março de 1964”, lê-se situações relacionadas à repressão ditatorial

Décio¹⁹ ingressou no Colégio como professor de Matemática e Física no ano de 1951,

¹⁹ Sob o processo nº 6766-1200 98-2, o professor Décio Nunes foi indenizado no valor de R\$ 20.000,00, por ter sido preso de 20-03-1975 a 24-03-1975 na cidade de Porto Alegre, não constando o motivo da prisão; além disso não citou companheiros, não indicou testemunhas, alegou ter sofrido sevícias e maus-tratos; mencionou como consequências da prisão: perda de seu emprego como professor, aposentado compulsoriamente por tempo de serviço, abalo moral e psicológico. Essas informações constam, na página 170, do catálogo “Resistência e

segundo seu relato era um militante da Paz, atuando no Movimento Mundial em favor da Paz, participando de movimentos políticos, como no Congresso Nacional de Estudantes, promovido pela UNE (União Nacional de Estudantes).

Décio discorre, em sua escrita, como ocorreu a greve de 1964, medida de pressão para o pagamento dos professores contratados referente ao mês de janeiro e de fevereiro, e a atuação do Centro de Professores do Colégio Júlio de Castilhos durante a greve. Além disso, escreve como se instaurou o golpe de Estado do dia 1º de abril, e sua punição e afastamento da função de professor sob a alegação de “Atentar contra o regime democrático e a segurança nacional”. (FLORIANO, 1990, p.33).

No documento de afastamento (Anexo A) percebem-se os motivos dessa ação do professor da sua função docente, como: reação contra a Revolução Democrática, elemento ligado a líder comunista, promotor de movimentos subversivos, como a Greve de 1964, ou seja, ações que limitavam sua liberdade de expressão como cidadão.

No livro *Noventa anos do Colégio Júlio de Castilhos*, Eugênia Grimberg, também escreve situações de repressões. Eugênia ingressou na escola como professora de Geografia e História no ano de 1945.

Eugênia conduz a sua escrita por tópicos como: “Conclusão do curso de licenciatura e ingresso no Colégio Júlio de Castilhos”; “A primeira aula”; “Dos alunos”; relatando suas primeiras aulas e os desafios de ser professora, abordando as complexas relações de gênero, em uma época em que a área educacional, principalmente a de segundo grau, era prioritariamente composta por homens.

Eugênia escreve que foi recebida pelos alunos com a palavra “Professorinha” escrita no quadro, sentindo-se desafiada pelos alunos que compunham a turma. Salienta-se que, o Colégio Júlio de Castilhos começou a ter suas primeiras turmas femininas na década de 1940; mesmo período de ingresso da professora no Colégio.

Nos subtítulos, do referido texto de Eugênia, “As razões de nosso afastamento como professores do Colégio Júlio de Castilhos”; e o “Ato Complementar nº 75”, é escrito pela professora como ocorreu o Golpe e como “os que se beneficiaram com o golpe, não tiveram escrúpulos em apontar colegas, que se destacavam no colégio, como responsáveis por atos que não praticaram.” (GRIMBERG, 1990, p.61)

No documento de afastamento professora Eugênia (Anexo B) notam-se fatos pontuais

relacionados aos alunos, como no item 4, em que é citada suas ideias expostas em aula, a partir desse fato podemos nos questionar quem relatava de dentro da sala de aula para o Governo ou DOPS, o que e como estava sendo tratado determinado assunto, ou seja, a professora estava sendo fiscalizada, vigiada em seu trabalho.

Percebe-se, também, que a cada ato havia alguém observando as atitudes da professora, como o argumento número 2, por exemplo, em que é descrito que Eugênia “aplaudiu a promoção de solidariedade a Cuba”, ou seja, a vigilância era constante dentro e fora da escola e qualquer atitude relacionada a outra perspectiva ideológica era entendida como uma atitude transgressora.

Essa vigilância das práticas cotidianas da escola, também foi constatada pela professora Ione, que em virtude disso, regulava a sua prática dentro da sala de aula, conforme ela afirma:

“Era um período de revolução, de ditadura, vamos ser bem francos, eu tive um fato assim: veio um estagiário, e eu disse pra ele “olha eu digo muita coisa em sala de aula, que não poderia dizer, mas eu não escrevo, eu não dou nada escrito”.(Ione Osório. Porto Alegre, 03 de julho de 2014).

Ione utilizava-se do fato de não produzir registros escritos, como forma de subversão, ou seja, ela infringia uma imposição trabalhando os conteúdos que julgava pertinentes, segundo os seus princípios ideológicos e pedagógicos, mas não os registrava na forma escrita, o registro era oral e na memória. Sendo assim, professora Ione valeu-se de uma tática, isto é, sua ação foi calculada para contornar as estratégias do governo.

A instauração da ditadura civil-militar no Brasil em 1964, repercutiu nos mais variados setores como exposto neste texto, seja no âmbito social, educacional ou cultural. No Colégio Júlio de Castilhos, nota-se que práticas dos professores logo foram observadas, vigiadas e que alguns professores que lá atuavam, sofreram as consequências do período ditatorial, demonstrando que a liberdade de expressão estava reduzida, também, nos bancos escolares.

Neste capítulo objetivou-se explicar acerca da criação do Colégio Júlio de Castilhos no contexto da cidade de Porto Alegre, na tentativa de compreender como a representatividade de uma Colégio diferenciado foi formada, unindo-se a esse fato a ditadura civil-militar no estado do Rio Grande do Sul e como repercussões do período ditatorial eclodiu dentro da Instituição, refletindo nas práticas de professores que lá atuavam.

No capítulo a seguir analisam-se documentos legais vigentes no período da ditadura

civil-militar, relacionando-os quando possível, às memórias das professoras e a documentos escritos. O capítulo desdobra-se em três subtítulos, primeiramente analisa-se os reflexos da ditadura no currículo do Colégio Júlio de Castilhos, em seguida escreve-se sobre a caracterização do aluno juliano e por último analisa-se repercussões da ditadura nas práticas pedagógicas docentes.

4. “UM MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA MAIOR”²⁰: O COLÉGIO JÚLIO DE CASTILHOS NO PERÍODO DE REPRESSÃO

Plena ditadura
Plena resistência
Plena tropicália
Plena confusão

(Nei Lisbôa)

Como a instauração da ditadura no Brasil, normas foram baixadas, decretos, leis, reformas foram criadas, estabelecidas. Neste cenário de imposição, o Colégio Júlio de Castilhos mostra-se, em algumas situações, resistente, demonstrando que através de algumas táticas, driblam-se imposições determinadas nesse período de repressão e censura.

Para a professora Ione, o Colégio Júlio de Castilhos representava, no período, um movimento de resistência maior, devido a características atribuídas no Colégio, anteriormente ao período ditatorial, afirmando:

“No Julinho tinha um movimento de resistência maior, até porque o colégio sempre se caracterizou por ser uma herança e uma resistência tanto de alunos como de professores e por isso o colégio tinha aqui dentro delegados ou o pessoal do DOPS que entraram aqui como funcionários ou professores. Alguns a gente sabia e os alunos também sabiam. ” (Ione Osório. Porto Alegre, 02 de julho de 2014).

Dessa forma, com o intuito de contextualizar o Colégio Júlio de Castilhos em uma realidade mais ampla, neste capítulo apresentam-se documentos legais, relacionando-os a documentos do Colégio, como o Plano Curricular de 1978, o Plano Global de 1976-77, assim como os Regimentos de 1976 e 1979, as narrativas das professoras e escritas de alunos. Considerando-os fragmentos importantes no processo desta pesquisa, para a compreensão dos dispositivos legais empregados no período estudado, a fim de controlar determinadas ações de alunos e professores no contexto da Instituição, bem como perceber o reflexo desses dispositivos no contexto do Julinho.

Sobre a ditadura civil-militar no Brasil sabe-se que, no ano de 1964, ocorreu a intervenção das Forças Armadas na política do Brasil, por meio de uma implantação política ditatorial, momento em que os militares e os civis aliados estiveram à frente do Estado, essa

²⁰ Entrevista concedida à Luciana Vivian da Cunha. Ione Osório. Porto Alegre, 02 de julho de 2014.

intervenção teve apoio das classes dominantes do país, em conjunto com as multinacionais, Governo dos EUA, e da UDN (União Democrática Nacional).

O movimento de 1964 representou uma reação ao quadro de crise de hegemonia do Estado brasileiro. A intervenção das Forças Armadas assumiu um significado de contestação da dominação burguesa, foi uma ruptura institucional com o objetivo de reconstituir a organização estatal sobre outras bases. (ASSIS, 2012, p.323).

Nesse processo de reorganização do Estado, a educação se reconfigura, desse modo, durante o período da ditadura civil-militar houve iniciativas de normatizar a educação no país. Decretos, pareceres foram implantados, reforma universitária foi realizada, constituindo-se assim, a legislação um processo histórico, como exposto abaixo:

A legislação constitui o resultado de um processo histórico, que deve ser analisado nas suas particularidades, o que nos obriga a fazer uma história que entenda a legislação como resultado de um processo de lutas iniciadas na sociedade civil, que perpassa o Estado em toda sua extensão. (LIRA, 2010, p.11).

Exemplo de tal mudança na legislação é que, no mesmo ano do golpe, institucionalizou-se o salário-educação (Lei nº4.440/1964), que se consistiu em uma contribuição obrigatória das empresas aos seus funcionários e filhos desses para a escolarização, esse foi um dispositivo herdado da Constituição de 1934, a qual obrigava as empresas com mais de cem empregados a investirem no ensino primário.

No ano de 1966, sob a gestão de Raimundo de Castro Moniz de Aragão à frente do Ministério da Educação, foram lançadas as bases da Reforma Universitária com o Decreto-lei nº53, de 18 de novembro de 1966, com o objetivo de estabelecer princípios e normas de organização para as Universidades Federais.

No ano de 1967, destaca-se a criação do MOBREAL²¹, Movimento Brasileiro de Alfabetização – estabelecido pela Lei nº5.379, de 15 de novembro de 1967, iniciando suas atividades somente em 1970 com a promessa de erradicar o analfabetismo no Brasil, alfabetizando a população urbana de quinze a trinta e cinco anos, e o lançamento do Plano Decenal de Educação de 1967 – 1976,

Em 1968, mais especificamente no dia 28 de novembro, instituiu-se a Lei nº 5.540, determinando normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação

²¹ A taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 a 19 anos era de 24%, no início da década de 1970, no Brasil. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/137/137>>. Acesso em: fevereiro de 2015.

com a escola média. Essa Reforma Universitária instituiu, também, a unificação do vestibular por região e a fragmentação do grau acadêmico de graduação através de licenciaturas curtas. Neste mesmo ano, foi criado o FNDE, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, sob a Lei nº 5.537 de 21 de novembro.

Citam-se algumas das leis criadas no início do golpe, leis com objetivos específicos e variados, como restringir a criação de entidades estudantis, a criação de novas disciplinas, e pode-se dizer a mais significativa, a que gerou a reforma do ensino básico, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº5.692 de 1971.

Nas seções a seguir abordam-se os dispositivos legais como: leis, pareceres, decretos e como tais mudanças na educação refletiram no Colégio Júlio de Castilhos.

4.1 Reflexos da ditadura civil-militar no currículo juliano

Um currículo reflete a organização do conhecimento de uma escola, assim como pode ser um espaço conflitivo de interesses e culturas diversas. O currículo escolar, geralmente, está expresso em um Plano Global, Plano Curricular, que a princípio é construído de forma personalizada em cada escola, respeitando as singularidades de cada instituição.

No entanto, o Colégio Júlio de Castilhos, caracterizando-se por ser uma Instituição pública, deve seguir as normas, pareceres, leis estabelecidas pela sua mantenedora, a Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. A implantação de uma nova disciplina, o fechamento de um Grêmio Estudantil, a designação de um Diretor, a aprovação de um Regimento Escolar, passa pelo crivo da mantenedora, que trabalha de acordo com os seus interesses políticos e ideológicos.

Nesse sentido, o objetivo dessa seção é analisar determinadas práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores do Colégio Júlio de Castilhos na década de 1970 e as possíveis repercussões dessas práticas em um contexto de repressão produzido pela ditadura; analisando mais detalhadamente essas práticas no currículo da instituição.

Algumas repercussões da ditadura no currículo do Julinho avançam por medidas, que tem por objetivo interferir diretamente na educação e, através delas, produzir um espaço escolar que reproduza a ideologia em questão. Desse modo, sob o Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969 ocorreu a inclusão obrigatória da disciplina de Educação Moral e Cívica²². Dispondo a disciplina da seguinte finalidade:

²²BRASIL. Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: fevereiro de 2015.

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Sobre a disciplina de Educação Moral e Cívica consta no Plano Curricular do Colégio Estadual Júlio de Castilhos²³ implantado de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4024 de 20 de dezembro de 1961, nos anos de 1962 a 1974, em todas as séries do estabelecimento e extinto gradativamente, a partir de 1972, quando teve início a implantação da Lei 5692/71, as seguintes informações:

- Ensino Médio – Curso Secundário – Ciclo Colegial – Orientação Científica – 1970 - Educação Moral e Cívica começou no 2º semestre, com dois períodos semanais, nas 1ª e 2ª séries, diurno e noturno. (p.44)
- Ensino Médio – Curso Secundário – Ciclo Ginásial – Orientação Científica – 3ª série – 1970 – Educação Moral e Cívica foi estudada somente no 2º semestre, dois períodos semanais, diurno e noturno. (p.45)
- Ensino Médio – Curso Secundário – Ciclo Colegial – Orientação Clássica – 1970 – 3ª série – Educação Moral e Cívica começou em agosto, diurno e noturno, com dois períodos semanais. (p.43)
- Ensino Médio – Curso Secundário – Ciclo Ginásial – 1970 - Diurno – Educação Moral e Cívica começou no 2º semestre, dois períodos semanais. (p.41)
- Ensino Médio – Curso Secundário – Ciclo Ginásial – 1971 – Diurno – A 4ª série H não estudou Educação Moral e Cívica por falta de professor, verificar of. Circ. Nº 20-71 do D.E.M. de 28-6-71. (p.46)

²³ O referido Plano Curricular faz parte de uma pesquisa do Setor de Currículos da Coordenação Pedagógica, realizado pelas professoras Maria Thereza Lago e Sybilla Simões no período de abril de 1976 a outubro de 1977.

A partir desses dados, observa-se a frequência da carga horária semanal da disciplina, constantemente oferecida em dois períodos semanais, além disso, tornou-se obrigatório o oferecimento da disciplina a partir do segundo semestre do ano de 1970. No entanto, no ano seguinte, em 1971, a disciplina já sofreu um desfalque com a falta de professor para suprir a demanda, talvez, isso ocorresse pelo fato do posto ser ocupado muitas vezes por pessoas designadas segundo os interesses do governo.

Eram pessoas que mais, na minha percepção, que mais nos orientavam a não nos movimentar, a ficar calmos. Falava-se e ouvia-se muito a respeito de pessoas infiltradas na época, em diversos meios sociais, para a observação dos passos dos cidadãos, para que não fossem subversivos ou imorais, atentando assim contra o regime.

Para isso, existiam os chamados censores, pessoas que analisavam como eram tratados os bons costumes ou algo que pudesse ameaçar o regime. E assim, em suas memórias, as professoras confirmaram, ou não a suposta presença de tais pessoas em suas aulas, como dito por Neiva no relato abaixo, acerca de professores de OSPB:

“ (Essas pessoas) eram da sala de aula, eu poderia dar nomes, mas não tem o porquê, eram pessoas que estavam vinculadas a OSPB, porque eram pessoas que poderiam ser colocadas pelo governo dentro da escola, mesmo sem ter titulação, não eram nem de História, nem de Geografia, estavam dando aula. Eram pessoas que mais, na minha percepção, que mais nos orientavam a não nos movimentar, a ficar calmos, muitas vezes nos aconselhavam, porque na medida em que eles assumiam como professores, eles se tornavam também colegas. ”
(Neiva Schäffer. Porto Alegre, 17 de setembro de 2014).

Como relatado por Neiva, a disciplina de OSPB, assim como a Moral e Cívica, também era ministrada por pessoas designadas pelo Governo. Então, em relação a esse fato, Ione utiliza-se de uma tática para reverter essa situação, propondo que os professores responsáveis pela disciplina deveriam ser alguém com a formação em História e Geografia, afastando assim da docência das disciplinas, pessoas vinculadas ao governo, já que a maioria dessas pessoas não tinha essa formação, como explicitado em sua fala:

“Eu fui coordenadora de História e tinha a coordenação de Geografia também. E a gente fez todo um trabalho para tirar estas pessoas das disciplinas de OSPB e Moral e Cívica. Então, a gente resolveu que Moral e Cívica ficava dentro da coordenação de História. OSPB dentro da coordenação de Geografia. E aí, nós conseguimos que só professor de História poderia lecionar Moral e Cívica. Só professores de

Geografia poderiam lecionar OSPB, para tirá-los fora da sala de aula. E a gente conseguiu, até porque eles estavam tendo dificuldades com os alunos, porque o aluno rejeitava de uma forma, então havia assim, uma integração com os alunos, também. ” (Ione Osório. Porto Alegre, 03 de julho de 2014).

Ione também recorda acerca do conteúdo trabalhado em Moral e Cívica, e como se utilizou de uma tática que se transformou em prática, ao inserir no currículo conteúdos que julgava pertinentes, no entanto, sem deixar de ensinar parte do conteúdo estabelecido no Plano Curricular.

“A gente tinha que ter muito cuidado e quando nós conseguimos passar Moral e Cívica para História e OSPB para a Geografia, porque os livros que vinham para Moral e Cívica eram doutrinários, a gente tinha que mostrar o outro lado. Então, nós resolvíamos essa situação fazendo praticamente história do Brasil, como Moral e Cívica, e claro a gente usava aquela coisa “quais são os símbolos da nação? ” “Quais são as datas? ” Isso tudo a gente dava”. (Ione Osório. Porto Alegre, 03 de julho de 2014).

Talvez essa forma de contornar a intervenção do governo tenha acontecido em outras escolas. Aqui, o foco é justamente explicitar como o Julinho produziu práticas que geraram táticas, rendendo assim, singularidades do contexto analisado.

Ainda, sobre a disciplina de OSPB e Moral e Cívica, observa-se os conteúdos a serem trabalhados nessas disciplinas citados pela professora Ione em seu relato como “doutrinários”, nota-se que mesmo sofrendo alterações, os conteúdos de Moral e Cívica, presentes no Plano Curricular de 1978, apresentam características como o homem deve ser responsável “consigo, com os outros, com Deus e com a Pátria”, modifica-se, mas a essência do governo permanece, como se caracteriza um regime ditatorial. (Anexo C).

As alterações no documento foram realizadas por professores que ministravam a aula de Moral e Cívica, salientando que neste período, em 1978, conforme relatado por Ione, a disciplina já estava sendo ministrada por professores de História e Geografia. Além disso, tais alterações foram feitas de acordo com a flexibilidade do Conselho Nacional de Educação Moral e Cívica (CNEM), introduzindo assim, alguns tópicos mais diretamente pertinentes ao homem em si.

Compreende-se nos conteúdos a atenção dada a tópicos como: a família, a Pátria, ao trabalho e a ecologia. Os conteúdos são citados sequencialmente, indicando a ordem de estudo a ser observada pelos professores que realizassem tal feito, ou seja, a rigidez existia no conteúdo a ser trabalhado e na didática de sua aplicação.

Os conteúdos de OSPB também estavam descritos no Plano Curricular de 1978, é

possível perceber uma descrição mais enxuta aos conteúdos de Moral e Cívica. Constando apenas uma página de descrição e seis itens a serem trabalhados. (Anexo D).

Dentre os conteúdos relacionados à Pátria, o aluno deveria desenvolver o respeito, um olhar positivo em relação ao desenvolvimento do país, e o fato de ser útil à sua nação, ou seja, o professor deveria proporcionar um reconhecimento da importância da Pátria à vida dos alunos, entende-se assim, que o amor ao país era vislumbrando de forma significativa tanto na disciplina de Educação Moral e Cívica, como em OSPB.

Segundo Bortot e Guimaraens (2008, p.34) as disciplinas de Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Educação Moral e Cívica eram fundadas:

Em princípios como preservação do espírito religioso, fortalecimento dos valores espirituais, culto aos grandes vultos da História, e preparo do cidadão para as atividades cívicas, como fundamento na moral e no patriotismo. Na prática, as duas disciplinas reproduziriam, no âmbito estudantil, a propaganda ufanista da ditadura.

No ano de 1971, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 5.692) para o ensino de 1º e 2º graus em 1971, ocorreu a obrigatoriedade da educação básica. Esta lei foi o marco principal da reforma da educação brasileira no que se refere ao ensino fundamental e médio, uma vez que, fixou suas diretrizes e bases.

Um dos aspectos principais da Lei foi a ampliação do 1º grau de quatro para oito anos e o ensino profissionalizante no 2º grau.

A divisão entre os dois graus de ensino constituía-se basicamente da seguinte forma: O ensino de 1º grau (obrigatório), com 8 anos de duração e carga horária de 720 horas anuais, destinada à formação da criança e do pré-adolescente da faixa etária dos 7 aos 14 anos; e o ensino de 2º grau, destinado à formação integral do adolescente deveria ter três ou quatro séries anuais, conforme previsto para cada habilitação, compreendendo, pelo menos, 2.200 ou 2.900 horas de trabalho escolar efetivo.

A Lei nº5.692/1971 no que tange o 2º grau tinha por objetivos: promover a autorrealização do educando; a qualificação visando o exercício de uma atividade profissional; a atuação consciente da cidadania, além disso, cabia à escola prover-se de conteúdos e métodos que dessem conta desses aspectos. Ressalta-se, ainda, o 2º grau com a função de habilitação profissional de grau médio.

O Plano Global de 1976, já refletia a lei implantada em 1971, os objetivos propostos na Lei podem ser observados no Colégio, pois estão descritos no Plano Global do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, datado dos anos de 1976 e 1977, notando-se o item A –

autorrealização; o item B – profissionalismo e item C – a consciência cidadã diante da família, de si mesmo e da sociedade, como consta no documento do Anexo E. A Lei nº5.692 causou significativas mudanças dentro das escolas de 2º grau, principalmente quanto no quesito profissionalização.

Acerca do currículo do 1º e 2º graus cabe ressaltar a formação especial, apresentando como objetivo no primeiro grau a sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho e no 2º grau a habilitação profissional em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, surgindo assim, as disciplinas de “técnicas” – técnicas industriais, técnicas agrícolas, técnicas comerciais, técnicas domésticas, destaco aqui, a parceria do Governo com multinacionais e a influência do Banco Mundial nas decisões educacionais, repercutidas especialmente no currículo escolar²⁴.

A respeito dos cursos técnicos existentes no Colégio Júlio de Castilhos no ano de 1976, presentes no Plano Curricular de 1976-77, percebe-se uma vasta diversidade de áreas profissionais oferecidas na escola, através de cursos técnicos, como Técnico em Publicidade, Técnico em Estatística, Tradutor e intérprete, Instrumentista musical, Técnico em Laboratórios Médicos, entre outros. (Anexo F).

Constando ainda, nesse mesmo Plano Curricular, o seguinte objetivo específico: “dar continuidade à Reforma de Ensino, readaptando-se face à experiência obtida em anos anteriores.” (s.p.), ou seja, o Colégio ainda estava moldando-se as novas adaptações determinadas pela implantação da Lei de 1971.

Essa influência econômica no ensino de 2º grau remete a ideia de Popkewitz (1997), de que a educação, tanto formalmente quanto informalmente, desde a Revolução Francesa (1789) assume a tarefa de reprodução e produção da sociedade, vinculando as questões do Estado e do mundo do trabalho à construção da identidade dos indivíduos.

Quanto a relação da educação com o mundo do trabalho, observa-se abaixo os objetivos das 1ª, 2ª e 3ª séries, nos planos curriculares de 1978 e 1979 do Colégio Júlio de Castilhos, mais especificamente, os objetivos da 3ª série em que apresenta essa relação:

²⁴ Para mais informações acerca do assunto: SANFELICE, José Silvério Baia. **O Estado e a política educacional no regime militar**. In: SAVIANI, Dermeval (Org.). Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira. Vitória: EDUFES, 2010, P.319 – 344.

Plano Curricular 1978 (s.p.):

Objetivos por série:

- 1ª série – garantir a continuidade, o aprofundamento e o encadeamento lógico das experiências de aprendizagem do aluno no 1º grau levando em consideração suas capacidades e aptidões e sua adaptação à nova escola.
- 2ª série – proporcionar ao aluno um conjunto de situações de aprendizagens que o levem a sistematizar conhecimento e criticar e confrontar fontes de informação.
- 3ª série – oportunizar e favorecer a continuidade do processo educacional do aluno bem como instrumentá-lo para que, se necessário, ingresse na força nova do trabalho, de acordo com suas aptidões e possibilidades individuais ou de prosseguimento a seu estudo em nível posterior.

Plano Curricular 1979 (s.p.):

Objetivos por série:

- 1ª série – garantir a continuidade e o aprofundamento das experiências de aprendizagem do 1º grau, considerando as capacidades e aptidões do aluno.
- 2ª série – proporcionar ao aluno um conhecimento sistemático através de situações que o levem a confrontar e criticar fontes de informação.
- 3ª série – através da continuidade do processo educacional, oportunizar ao aluno a aquisição de instrumentos para o trabalho ou para o prosseguimento de estudos a nível superior.

Compreende-se assim, que o ensino de 2º grau, na teoria, deveria voltar-se a três objetivos em um processo educacional: garantir, proporcionar e oportunizar, e que ao final de um ciclo de três, ou quatro anos de estudo estivesse apto para uma profissão, ou seguisse o seu estudo no nível superior. Nota-se que no 1º ano o aluno é individualizado, considerando-se suas aptidões e capacidades, no 2º ano o aluno é crítico, através de um conhecimento sistemático, no 3º ano o aluno está apto para ingressar o mercado de trabalho, ou em sua habilitação, curso técnico, ou em seus prosseguimentos de estudos.

Ainda sobre a criação da Lei nº 5.692/1971, Assis (2012, p.334, 335) ressalta a distância da teoria da prática, afirmando:

O que parece visível é que o Governo age e pensa muito em plano exclusivamente teórico. Planeja e cria superestruturas que estão condicionadas a infra-estruturas limitadas, nem sempre muito conhecidas. Embora os documentos elaborados apresentem certo nível de reflexão, por outro lado pecam pela falta de clareza, simplicidade, ou simples desconhecimento da realidade. Por exemplo, quando o ensino de 8 anos tornou-se obrigatório no país, o número de vagas nas escolas era insuficiente para atender à demanda, excluindo parte da população do cumprimento de um direito assegurado por lei.

Direito esse, *citado* pela autora, previsto na Lei nº 4.024²⁵, de 20 de dezembro de 1961, que fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e continuou vigorando após a criação da Lei 5.692/1971:

TÍTULO II

Do Direito à Educação

Art. 2º **A educação é direito de todos** e será dada no lar e na escola.

Parágrafo único. À família cabe escolher o gênero de educação que deve dar a seus filhos.

Art. 3º O direito à educação é assegurado:

I - Pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor;

II - Pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos.

Em 1972, o Conselho Federal de Educação (CFE) emitiu pareceres acerca da organização do ensino de 1º e 2º graus, complementando a Lei nº 5.692/1971. O CFE emitiu o Parecer nº 45/72, confirmando a orientação tecnicista na legislação e fixando o currículo mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional. Cabe ressaltar, também, foram emitidos os Pareceres nº 339/1972, formação especial para o 1º grau, e o de nº 871/72, normas para a organização curricular.

Na esfera de planejamento, o Ministério da Educação lançou o Plano Quinquenal de 1975 – 1979, compondo-se como principal objetivo atingir 100% de escolarização da faixa etária de 7 a 14 anos até 1980. Além disso, algumas metas do Plano eram:

Expandir a oferta de vagas do ensino médio e superior; capacitar recursos humanos para incrementar a produtividade do ensino; reformular os currículos nos três níveis de ensino; promover a interação de escola e comunidade; implantar e expandir as universidades; eliminar gradativamente o analfabetismo de adolescentes e adultos e “prestar assistência técnica e financeira às instituições particulares de ensino, visando, como também a melhoria de ensino. (LIRA, 2010, p.84).

Ainda no ano de 1975, o CFE redefiniu o conteúdo previsto na Lei nº 5.692/1971, alterando significativamente a divisão entre a educação geral e a formação especial, permitindo assim, aumentar a importância de disciplinas de caráter geral e flexibilizando a profissionalização obrigatória.

Em 1976, através da Resolução nº 58, o Conselho Federal de Educação determinou a inclusão obrigatória de uma Língua Estrangeira Moderna no currículo do 2º grau,

²⁵BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm>. Acesso em: fevereiro de 2015.

recomendando-se a sua inclusão no currículo de 1º grau, salienta-se que muitas instituições já ministravam língua estrangeira, mas não de cunho obrigatório.

Através do Parecer nº 540/77 emitido pelo CFE, foi explicado o tratamento dos componentes determinados pelo Artigo 7º da Lei nº 5.692/1971, descaracterizando-os como disciplinas e enfatizando-os como elementos educativos. Como exposto no artigo abaixo:

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observando quanto à primeira o disposto no Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969.

Parágrafo único. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de ensino de 1º e 2º graus.

Quanto às aulas de Ensino Religioso citado no parágrafo único do Art.7º, observa-se o desenvolvimento da disciplina no Colégio Júlio de Castilhos, através da descrição de conteúdos expostos no Plano Curricular de 1978 da escola. (Anexo G).

Percebe-se através do documento, uma educação religiosa totalmente voltada ao catolicismo, com base de ensinamento a Bíblia. O Brasil caracteriza-se como um Estado laico a partir de 1891, no entanto a disciplina de educação religiosa não é extinta do currículo da Educação Básica.

Outro aspecto de destaque, exposto no documento é a “Valorização da mulher”, apresentando-se descrito como “Mãe – Nossa Senhora; Namorada – Namoro; Esposa – Matrimônio”, estabelecendo dessa forma, o lugar social e restrito da mulher em uma sociedade governada unicamente por homens.

No ano de 1979, através da Resolução nº7, o Conselho Federal de Educação permitiu o desdobramento dos Estudos Sociais em História e Geografia nas últimas séries do 1º grau e alterou a nomenclatura dos conteúdos Integração Social e Iniciação às Ciências, para Estudos Sociais e Ciências, respectivamente. Dessa forma, as antigas nomenclaturas passaram a indicar não mais conteúdos, mas sim, a forma de tratamento das disciplinas.

A Lei nº 5.692/1971 sofreu alterações referentes à profissionalização do ensino do 2º grau, implicando em algumas mudanças na proposta curricular, dispensando as escolas da obrigatoriedade da profissionalização, voltando à ênfase à formação geral. Pela Lei nº 7.044/82, a qualificação para o trabalho, antes visada pela Lei nº 5.692/1971, foi substituída pela preparação para o trabalho; retirando definitivamente, a obrigatoriedade da habilitação profissional no 2º grau.

O currículo do Colégio Júlio de Castilhos, também se desenvolveu em práticas

extraclasse, como narrado pela professora Ruth e Neiva, acerca de um projeto ambientalista denominado *Kaa-eté*.

A professora Ruth Bulhões, em seu relato, retoma um assunto também referido por Neiva, a criação do Grupo Ecológico *Kaa-eté*²⁶ – *Movimento Ecológico no Julinho*, logo após o término de uma das maiores greves do magistério, a Greve de 1979. Ruth justifica que a sua “*militância maior foi através do movimento ecológico*”.

O grupo surgiu a partir da participação de uma palestra do agrônomo José Lutzemberger, que sensibilizou os alunos quanto a questões ambientais, como a preservação da Amazônia, por exemplo.

Inicialmente, era composto por cerca de dez alunos do segundo grau, com idades entre 15 e 17 anos, contava com a colaboração e intermediação de diversos professores, principalmente da professora de Biologia – Ruth Bulhões e da de Geografia – Neiva Schäffer.

Segundo Neiva (2001, p. 35) “o *Kaa-eté* teve nos alunos o centro de iniciativa e funcionamento. E esta participação no grupo representou sempre, para os alunos, uma perspectiva de crescimento cultural e de positivo envolvimento social. ” Exemplificando, dessa forma, mais uma vez o engajamento dos alunos julianos em questões sociais.

Outro aspecto citado por Ruth são as inúmeras palestras organizadas pelos professores, em que eram discutidas as políticas de proteção da Floresta Amazônica. Em uma dessas ocasiões, a professora rememora durante a entrevista, e também relata em seu depoimento escrito no livro *Eu vivi esta história no Julinho 1900 – 2000*, a pergunta de um aluno impressionado com o que ouvira, perguntando-lhe: “Professora, por que os políticos não gostam do Brasil? Por sua juventude e inexperiência aquele menino não percebia todos os interesses que estavam em jogo, naquele momento, em nosso País. ” (BULHÕES, 2000, p.107). Assim, para além do currículo oficial, das questões relativas às disciplinas de Moral e Cívica e OSPB, compreende-se que de alguma maneira as passeatas ambientalistas e o ativismo compuseram o currículo do Julinho.

Em seguida ao relato descrito, Ruth descreve uma significativa passeata realizada pelo movimento contra a poluição do Guaíba, no centro de Porto Alegre. Ruth escreve como seu entusiasmo com a causa ambientalista, contagiou os alunos, motivou-os a participar do movimento, naquele momento a professora sente-se orgulhosa em ver o grupo que auxiliou a fundar dentro de uma escola, ganhar força e proporções maiores:

²⁶ O termo em língua indígena significa mata virgem ou mata fechada.

A minha responsabilidade era muito grande, visto serem eles ainda tão jovens e terem participado da manifestação estimulados por meu entusiasmo. De repente, os participantes, mesmo sob ameaça, continuaram o protesto, mudando o percurso da passeata. Vi-me como uma mãe entre dois sentimentos: o temor e o orgulho, por ver a faixa do *Kaa-eté* – Movimento Ecológico no Julinho, ser desfraldada, com coragem e brio, por dois jovens julianos, quase meninos. E pensei: o *Kaa-eté* fez o seu rito de passagem, atingiu a maioridade. (BULHÕES, 2000, p. 107)

Constata-se através do relato de Ruth que o grupo foi um movimento muito significativo para os alunos, tornando-os mais atuantes e críticos, mas lendo a narrativa infere-se também, que o crescimento da consciência cidadã e o envolvimento com o movimento foi intenso e expressivo igualmente para os professores.

Professora Neiva também participou do movimento ambientalista conforme já escrito, e abaixo ela descreve como o movimento influenciou em sua luta contra as ações do governo, mencionando o caráter pedagógico de uma passeata e não uma luta de fato, ou seja, fez “uma distinção clara o que representa e o que é representado” (CHARTIER, 1991, 184), utilizando-se assim de uma tática para realizar suas práticas contra as ações do governo, uma vez que a tática “opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões”²⁷ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas [...] consegue estar onde ninguém espera. É astúcia. (CERTEAU, 1996, p.100-101).

“Com passeatas ambientalista, que a gente puxava esses alunos para fazer passeata, esse tipo de movimento que era de caráter pedagógico, não estava lutando contra o governo, estava lutando contra as ações do governo, é diferente...não o governo tudo bem, estamos lutando contra o Ouroville²⁸, estamos lutando contra Borregaard²⁹. Então, são focos que ficam difusos. A gente tem um contexto, diz respeito pela luta essas questões de magistério, então, também, nas questões de magistério afloram as questões das organizações políticas.” (Neiva Schäffer. 17 de setembro de 2014).

Tu não fazias uma luta direta. Através da discussão ambiental, Neiva e Ruth despertavam nos alunos o engajamento em causas para além da escola, motivando-os a se aprofundarem no assunto, indo para além da causa regional, apresentando-lhes que o assunto

²⁷ Grifo do autor.

²⁸ Loteamento Ouroville em Porto Alegre da empresa Barra de Ouro, um dos loteamentos implantados sobre nascentes de rios, encostas de morros e áreas de preservação ambiental. Mais informações acerca do assunto em: *Abertura política, militância múltipla e protestos públicos em defesa de causas ambientais*, de Wilson de Oliveira.(2009).

²⁹ Indústria de Celulose Borregaard, situada na cidade de Guaíba, no estado do Rio Grande do Sul, na década de 1970 houve discussão quanto à instalação e o funcionamento da indústria. Mais informações acerca do assunto em: *Meio Ambiente e Ditadura no Brasil: A luta contra a Celulose Borregaard (1972-75)*, de Elenita Malta Pereira.(2014).

está diretamente envolvido com decisões que abarcam a política pública e o governo, a causa existia e a luta política estava estabelecida:

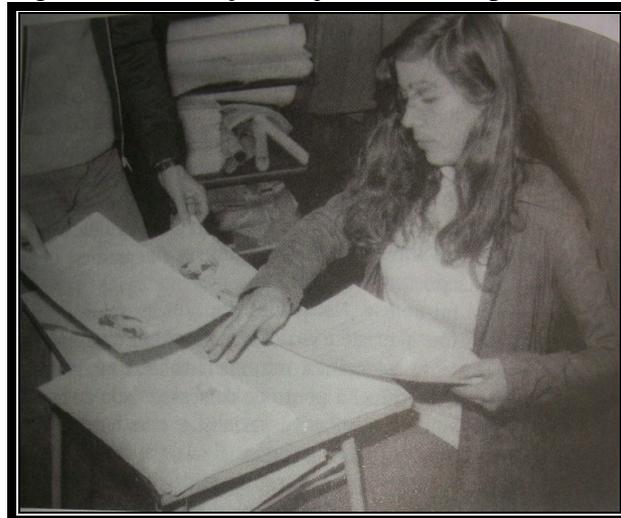
“A questão ambiental era o caminho da luta política, tu não fazias uma luta direta, mas tu questionavas o desmatamento, a poluição [...] era muito comum que os alunos comessem discutindo a poluição, as queimadas, e passasse para o Grêmio, porque imediatamente eles percebiam que não é a tua luta individual por melhorias dos canos de água perto da tua casa, que essa coisa tem política pública, e ao ter um tipo de política pública, tem a ver com que modelo de estado se constrói.” (Neiva Schäffer. 17 de setembro de 2014).

No livro *O Julinho sempre foi notícia*, no capítulo escrito pela professora Neiva, há algumas imagens demonstrando a atuação e o desenvolvimento das atividades do grupo *Kaa-eté*, eram práticas, com o intuito, também de divulgar os ideais do Grupo.

As práticas configuravam-se como a venda do jornal do grupo próximo ao Julinho, convites de outras escolas aos alunos julianos para que palestrassem acerca do tema, convite de Universidades para que os alunos relatassem suas atividades e seu engajamento com as causas ambientais, ocorria também, entrevistas com autoridades da época, como a realizada em 1979, com o então Secretário de Saúde do Estado, Germano Bonow.

As figuras 12 e 13 registram algumas das ações descritas acima, em que a primeira imagem, figura 12, evidencia a produção do jornal do grupo por uma aluna integrante do projeto. A segunda imagem, figura 13, explicita a promoção de um concurso, oferecido pelo grupo aos alunos do Colégio Júlio de Castilhos, a fim de valorizar àqueles que se identificassem com a causa ambientalista.

Figura 12: Produção de jornal do Grupo *Kaa-eté*



Fonte: Schäffer (2001, p.44)

A produção de um jornal tinha como objetivo divulgar informações e conhecimentos, difundindo assim, noções de preservação ambiental, além disso os exemplares dos jornais eram divulgados pela mídia, dando a oportunidade de difusão do trabalho do Grupo, que dessa forma era reconhecido pela sua luta ambientalista.

A figura 13 expõe a promoção de um dos concursos realizados pelo grupo *Kaa-eté*, demonstrando assim, outra prática voltada para a divulgação do grupo e conscientização ambientalista, junto a isso, também auxiliavam os demais alunos com bolsas de estudo. O texto da Charge remete-se a uma propaganda da empresa aérea Varig, vigente na época.

Figura 13: Concursos realizados pelo Grupo *Kaa-eté*



Fonte: Schäffer – Via Jornal Correio do Povo de 05-06-1979. (2001, p.45).

Os concursos do grupo envolviam produções textuais, como charges, poesias, crônicas, acerca do assunto explorado no grupo: questões ambientais, relacionados a fatos recorrentes na época, essas ações ocorriam, a fim de promover uma discussão e conscientização sobre o tema, como também, com o intuito de premiar os alunos.

Dessa forma, as professoras ministravam as suas aulas, diante de uma realidade ditatorial, de vigilância permanente, utilizavam-se de práticas extraclasse para continuar no engajamento político e social, envolvendo-se com os alunos e questões ideológicas delas, como exemplificado, no caso a questão ambiental.

No que tange à educação básica, conforme foi possível observar, mudanças significativas ocorreram no período ditatorial. Essas mudanças refletiram diretamente em alterações curriculares no Colégio Júlio de Castilhos, disciplinas foram acrescentadas, cursos

técnicos implantados, conforme visto nos documentos escritos como o Regimento Escolar e o Plano Curricular.

As professoras, utilizando-se de algumas táticas, adaptavam-se conforme a situação estabelecida, ministrando as disciplinas de Moral e Cívica e OSPB. Práticas extraclasse também permearam o currículo do Julinho, como a criação do Grupo *Kaa-eté*, além disso as professoras puderam exercer a sua militância, em suas áreas de atuação, dentro e fora da escola, motivando os alunos a engajaram-se em suas questões ideológicas.

4.2 “A razão e a hora de quem vive um ideal”³⁰: o ativismo dos alunos julianos na ditadura civil-militar

Foi um rebuliço lá em casa
 Manifestos, passeatas
 Festivais de minissaías
 Meu irmão limpando a arma
 Meu irmão,
 E a revolução?

(Nei Lisbôa)

Os alunos do Colégio Júlio de Castilhos tiveram papel fundamental e significativo no processo de construção da história desta instituição. Visto que, eram alunos atuantes, críticos e engajados tanto em movimentos escolares como sociais, participando de manifestos, passeatas, lutando pelos seus ideais. Segundo Gutiérrez (1999, p.26), ex-aluno juliano, “o Colégio Júlio de Castilhos, é, para os porto-alegrenses, sinônimo de inconformidade e rebeldia.”

Dessa forma, esta seção desenvolve-se acerca do ativismo do aluno juliano no período da ditadura civil-militar, na tentativa de compreender a repercussão do processo de repressão, nas diferentes formas de ativismo estudantil, que os alunos tenham organizado nesse processo. Afinal, como o aluno do Colégio Júlio de Castilhos se envolveu com o movimento político? Qual a repercussão desse envolvimento dentro do Colégio?

Durante o processo de garimpar documentos, foram encontrados os livros descritos no capítulo dois, que conferiram a possibilidade de historicizar o Colégio Júlio de Castilhos no contexto da ditadura.

Assim, são analisadas as narrativas escritas de dois ex-alunos presentes nesses livros, que explicitam algumas atuações dos alunos no movimento na escola e fora dela, relacionando-as quando possível, a charges publicadas na época, a dispositivos legais e às

³⁰ Versos da música “E a revolução” – Nei Lisbôa, irmão de Luiz Eurico Tejera Lisbôa.

narrativas das professoras, construindo dessa forma, uma possível caracterização do aluno juliano no período ditatorial.

O Colégio Estadual Júlio de Castilhos tem em sua história, significativa atuação e formação política de seus professores e alunos, por vezes marcada pelo exercício efetivo dos alunos do Grêmio Estudantil.

Juntamente ao início da ditadura civil-militar, começou um processo progressivo de imposição de leis autoritárias, ocorreram decretos, também, contra o movimento estudantil e suas entidades representativas.

Na Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, Ministro da Educação na época, instituía a ilegalidade das entidades estudantis, na qual constava: “Art. 14. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”³¹.

Ainda com o objetivo de coibir a existência de entidades estudantis, no ano de 1969, sob Decreto-lei nº477, de 26 de fevereiro, atribuía às autoridades universitárias e educacionais do MEC o poder de desligar e suspender estudantes, professores e entidades consideradas subversivas pela ditadura³². Observa-se isso, no excerto abaixo, do decreto-lei:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo

³¹BRASIL. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128637/lei-4464-64>>. Acesso em: fevereiro de 2015.

³² Em 1968, a partir de reuniões do Conselho de Segurança Nacional, originou o AI-5, assinado em 13 de dezembro.

BRASIL. Decreto-lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: fevereiro de 2015.

de cinco (5) anos;

II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

Baseado nessa legislação, e no Decreto-lei nº228, de 28 de fevereiro 1967, em que o governo reformulou a organização e as formas de representação estudantil, a professora Ione rememora o fato da proibição do Grêmio Estudantil no Colégio, caracterizando o Grêmio do Julinho como uma organização política e diferenciado dos demais grêmios, que apresentavam outros objetivos:

“Então, por exemplo, naquela época foi proibido ter Grêmio Estudantil. Porque os nossos Grêmios eram Grêmios de atuação política claro. Têm escolas que tem Grêmio de xadrez, com Grêmios de outros objetivos. O Grêmio do colégio, em geral da faculdade, da universidade, nas escolas grandes, os Grêmios eram mais de organizações políticas. Então, proibiram, não podia ter Grêmio.” (Ione Osório. Porto Alegre, 03 de julho de 2014).

A sede do Grêmio Estudantil³³ do Julinho foi fechada no final do ano de 1967, Cláudio Gutiérrez, em seu livro *A Guerrilha dos Brancaleones* (1999) relata como ocorreu o significativo fato.

Com o fechamento do Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos, os alunos decidiram que o Grêmio funcionaria em uma barraca em frente ao Colégio. A manifestação e a passeata da Catedral foram considerados os atos derradeiros para a expulsão dos alunos julianos, Cláudio Gutiérrez, Vítor e Nilton Bento. Para a passeata, os alunos partiram do Julinho e encontraram-se com estudantes de outras escolas como Parobé e Infante Dom Henrique, primeiramente concentraram-se na praça da Matriz. Logo após, foram em frente à Assembleia Legislativa e entregaram um documento da UMESPA ao Deputado Estadual Pedro Simon, junto a um abaixo assinado pleiteando a manutenção da gratuidade de ensino.

Dali partiram para outros locais da cidade como o Consulado Americano, Prefeitura, Rua da Uruguai, Rua da Praia, onde esperaram os colegas universitários. Nesse momento, a polícia já começara a organizar um dispositivo de repressão. Quando o grupo de estudantes retornou à Assembleia, há um embate entre os policiais e os estudantes dentro da Catedral, como descrito no jornal “O Julinho”, edição nº 4, de maio de 1967, com o título: “ E existe um povo que a bandeira empresta para cobrir tanta infâmia e covardia”:

Iria iniciar a missa das seis horas. A polícia penetra no templo, perseguindo e espancando todos quantos estivessem lá dentro. Viravam bancos, devastavam confessionários, espancavam meninas e meninos junto ao altar-mor. Átila, o

³³ A criação do Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos ocorreu no ano de 1943.

sanguinário e bárbaro Átila, quando invadia cidades, poupava seus templos e os que se refugiavam neles...”. (GUTIÉRREZ, 1999, p. 35).

Percebe-se a partir da escrita de Cláudio Gutiérrez, que o fechamento do Grêmio Estudantil do Julinho, na década de 1960, aconteceu de maneira atribulada e violenta. O funcionamento da entidade, definitivamente, não era bem vista pelo governo no espaço escolar juliano. Com isso, mudanças ocorreram e na década de 1970 o Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos ressurgiu com algumas alterações.

Renomeado e reconfigurado, observa-se a existência da entidade, na década de 1970, dentro do Colégio Júlio de Castilhos, conforme consta no Regimento do Colégio de 1976 (p. 19)³⁴:

Art. 48 O Centro de Integração estudantil Júlio de Castilhos (CEIJUC) é o órgão do Colégio, reconhecido oficialmente pelo Diretor Geral, ouvido o CE, que representa o Corpo Discente junto à Escola e à Comunidade, e que assessora a Direção Geral na função integradora.

Art. 45 O CEIJUC é constituído por todos os alunos do Colégio.
Parágrafo Único – O CEIJUC será orientado por um Professor do Colégio, indicado pelo Diretor Geral.

Nota-se que para a entidade existir precisava-se do reconhecimento do diretor e de um professor atuando como coordenador, tal função foi desenvolvida pela professora Ione, que relata a respeito do fato, além de expor características de alunos que integravam o movimento:

“Aqui no Julinho foi criado o CIEJUC (Centro de Integração Estudantil Júlio de Castilhos). O CIEJUC na verdade era um centro de integração estudantil, mas ele era uma organização com alunos muito conscientes, muito interessados politicamente. ” (Ione Osório. Porto Alegre, 03 de julho de 2014)

Apesar dos fatos ocorridos na década de 1960, com alunos integrantes do Grêmio, a entidade não se desmobilizou completamente, mudaram-se os objetivos da existência da entidade, mas a consciência política permaneceu talvez em atitudes mais moderadas do que anteriormente, mais presente.

No Plano Curricular de 1978, do Colégio Júlio de Castilhos, encontram-se as atividades desenvolvidas pelo CIEJUC no referido ano, são prioritariamente atividades esportivas e culturais, justamente pela reconfiguração do Grêmio Estudantil para Centro de Integração Estudantil. (Anexo H).

³⁴ O equívoco sequencial (Art. 48 ao invés de Art. 44) é apresentado no documento original.

O relatório do CEIJUC foi apresentado à Coordenação Pedagógica, descrevendo atividades desenvolvidas no ano de 1978 pela entidade, como: torneios esportivos (vôlei, basquete e futebol de salão), Baile da Rainha Juliana, Concurso Literário, lançamento de jornal, Festival de Canção, entre outras, com isso, percebe-se ser um grupo ativo com compromissos culturais diversos. Segundo Gutiérrez (1999, p.36) “uma entidade estudantil que só se envolvesse em manifestações culturais e esportivas, que não fosse nada subversivo.”

A atuação e a formação política vivenciada no Colégio pode ser tematizada nesse estudo por meio da atuação de três alunos: Luiz Eurico Tejera Lisbôa, Jorge Basso e Nilton Rosa, ex-alunos julianos mortos durante a militância contra a ditadura civil-militar no final da década de 1960, início da década de 1970.

Esses alunos militantes marcaram a história do Colégio, e são rememorados até os dias atuais. Percebe-se isso, através do reconhecimento da instituição, visto que na entrada da escola há um pôster figurando os três alunos, homenageando-os, além disso, o nome do auditório do colégio é Luiz Eurico Lisbôa, tal homenagem rende significado especial, também a Suzana, esposa de Luiz Eurico, como descrito abaixo:

De todas as emoções que vivi na luta por justiça e pelo resgate dos horrores cometidos pela ditadura militar, desde a descoberta do corpo de Luiz Eurico, em 1979, até hoje, poucas se comparam ao que senti (e sinto) ao ver seu nome gravado nas paredes da escola em que o descobri: Luiz Eurico Tejera Lisbôa é o nome do auditório do Julinho. Lá eu o encontro sempre (às vezes, sorrateiramente, o visito), e lá, onde tudo começou, está gravado o sacrifício de sua vida, para que as gerações futuras compreendam seu gesto e se ponham vigilantes – *para que nunca mais aconteça!* (LISBÔA, 2000, p.159).

Podemos perceber o envolvimento com a situação política brasileira de alunos do Julinho no relato de Suzana Keniger Lisbôa (2000), no texto *Luiz Eurico, Jorginho Basso e Nilton Rosa, Presentes – Agora e Sempre!*, que faz parte do livro *Julinho- 100 anos de história* (2000).

Segundo a escrita de Suzana Lisbôa, ao ingressar no Julinho no ano de 1967, vinculou-se ao Grêmio Estudantil, e logo se viu participando de lutas diárias como: o uso da minissaia, contra o corte dos cabelos dos meninos, contra a censura de uma peça de Satre, pela gratuidade do ensino, entre outras.

Os alunos utilizavam o jornal do Grêmio *O Julinho* para manifestarem suas inconformidades com a repressão, “edições do jornal “O Julinho” questionavam o autoritarismo da escola, a ditadura e a reforma do ensino. Sob a acusação de desenvolver atividades subversivas, o Grêmio começou a sofrer perseguições. ” (GUTIÉRREZ, 1999, p.33).

Retomando uma das lutas diárias de Suzana Lisbôa, o uso da minissaia, pode parecer de menor importância, frente à morte de militantes, no entanto também é significativa, pois expressa a repressão, o controle diante de uma estética almejada pelos estudantes, mas coibida pelas autoridades.

Essa situação é exemplificada na charge de Sampaio³⁵, publicada no período da ditadura, nota-se como realmente o uso de minissaia causava uma estranheza, principalmente, ao público masculino da época.

A charge de Sampaio, Figura 14, apresenta uma mulher usando minissaia caminhando em uma via pública, a mulher está cercada prioritariamente por homens, cujos olhos estão voltados para a sua vestimenta. Diante de tal atitude masculina, a mulher questiona se “nunca viram uma mulher de saia?” Entende-se, assim, que a vestimenta feminina, no caso o uso da minissaia, não era uma luta isolada da aluna adolescente Suzana, mas das mulheres em geral, pois repercutia nas ruas também.

Figura 14: A juventude na década de 1960: as saias encurtam. Charge de Sampaio



Fonte: Rodeghero, Guazzelli e Dienstmann - Acervo pessoal de Maria Lucia Sampaio (2013, p.72)

Outro militante, que realizou suas primeiras discussões políticas dentro do Julinho foi

³⁵ Sampaio: pseudônimo de Paulo Sampaio (1931-1999) foi um cartunista e caricaturista brasileiro. Começou a carreira em 1955, como chargista de O Clarim. Trabalhou nos jornais: A Hora, Diário de Notícias, Folha da Tarde, Folha Esportiva e Correio do Povo, de Porto Alegre.

Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez³⁶; autor do livro *A Guerrilha Brancaleone* (1999). Como já mencionado, Gutiérrez foi expulso do Colégio após ser fichado no DOPS, juntamente com outros alunos como o Luiz Eurico, ao tentar reabrir o Grêmio Estudantil.

Na obra, Cláudio Gutiérrez narra a trajetória de um grupo de militantes políticos, a maioria alunos egressos do Julinho, em busca de uma nova tribuna de debates. “Éramos parte de uma geração em uma época em que utopias de igualdade e liberdade inflamavam a juventude de todo o mundo”. (GUTIÉRREZ, 1999, p.15).

Cláudio Gutiérrez era um jovem do movimento político-social, que se insurgiu contra a ditadura civil-militar. Na obra, é narrado a partir do relato do Bairro Bom Fim, em Porto Alegre, no final da década de 1960, um panorama da militância de esquerda na cidade: “A rebeldia dos estudantes encontra canais de expressão através de grupos organizados. No Julinho, os mais ativos são o Partido Comunista Brasileiro, a Ação Popular e os Possadistas [...]” (GUTIÉRREZ, 1999, p.29).

Cláudio Gutiérrez (1999, p.33), também, escreve a respeito da relação da direção do Colégio Estadual Júlio de Castilhos com os alunos, relata como manifestações culturais promovidas pelo Grêmio influenciavam no local, e como a estética desejada pelos alunos importunava o senso ético, estético e moral do diretor:

No Julinho, a direção do Colégio baixara normas disciplinares que teriam a oposição dos alunos. Provocara horror ao Diretor e ofendia seu senso de ética, moral, estética e disciplina que os jovens usassem cabelos compridos e jovens, minissaia. Era uma batalha inglória, boa parte dos lares de Porto Alegre de então já dispunha de aparelhos de televisão. [...] No Julinho, o embate político quanto à reforma (do ensino) somava-se a questões de costumes e a oposição da direção a atividades culturais promovidas pelo Grêmio, como um debate com a participação de Vinícius de Moraes no Clube de Cultura e uma peça teatral de Brecht.

Na charge da figura 15 observa-se um grupo de jovens com os cabelos compridos, cobrindo os olhos, sob a frase “os cabelos crescem”. Estética almejada pelos jovens da época que já sofriam influência de moda de artistas nacionais e internacionais, assim como o uso da minissaia, esse fato refletia-se não somente no Julinho, mas na sociedade da época, conforme se percebe através da charge de Bendati³⁷.

³⁶ Sob o processo nº 2825 -1200 98-1, Cláudio Antônio foi indenizado no valor de R\$ 30.000,00, pois segundo o recorrente sua primeira prisão foi devido a ter encaminhado ao diretor do Colégio Estadual Júlio de Castilhos um abaixo-assinado pedindo a reabertura do Grêmio, pois era dirigente do UGES; não citou companheiros de prisão; não indicou testemunhas; alegou ter sofrido sevícias e maus-tratos, mencionou como conseqüências da prisão: perseguições contínuas ao longo de sua vida e tensão em países como o Chile e o Uruguai. (Resistência e Memória – Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil – 1961 – 1979, p.154).

³⁷ Aníbal Bendati: Brasileiro naturalizado, nasceu na Argentina em 1930. Responsável por histórias em quadrinhos publicadas nas revistas portenhas, no entanto devido a problemas políticos, gerado por suas charges,

Figura 15: A juventude na década de 1960: os cabelos crescem. Charge de Bendati



Fonte: Rodeghero, Guazzelli e Dienstmann - Acervo pessoal de Maria Mercedes Bendati (2013, p.72)

Tal rigidez do diretor do Colégio Júlio de Castilhos, na época, talvez se devesse ao fato do cargo ser ocupado por pessoas indicadas pelo Secretário de Educação, conforme expresso na narrativa da professora Ruth, e descrito nos Regimentos de 1976 e 1979:

“Eu fui bem recebida pelos interventores. [...] Uma amiga minha, depois contou pra mim, que eu fui auxiliar-k., e eu não me dava conta (risos) que eu estava auxiliando até certo ponto, quem era o diretor, setor pedagógico eram tudo interventores, os que foram trabalhar nas vice-direções eram os professores. ”
(Ruth Bulhões. Porto Alegre, 09 de julho de 2014).

Ruth, em seu relato, menciona o fato de ter atuado como vice-diretora na década de 1970, no retorno de sua licença. Menciona que foi alertada pela amiga por ter sido auxiliar do diretor, o que considera engraçado, pois tal fato passou despercebido na época para ela, que estava envolvida com problemas familiares. Os diretores, na época, eram indicados pelo governo a ocuparem o cargo, denominados interventores na narrativa de Ruth, então ser chamada de auxiliar de diretor, era sinônimo de auxiliar do governo. Como consta nos Regimentos de 1976 e 1979:

“Art. 6º – O Diretor Geral é um Professor do Colégio escolhido pelo Senhor Secretário

imigrou para o Brasil em 1957. Trabalhou na Última Hora do RJ, transferindo-se para a Última Hora, em Porto Alegre, que ajudou a fundar em 1960. Colaborou também no Jornal do Dia, Correio do Povo, Tchê, O Pasquim (RJ). Bendati foi professor de diagramação nos cursos de jornalismo da UFRGS e da PUCRS.

de Educação e Cultura, entre os integrantes de uma lista de 5 (cinco) nomes sugerida pelo Conselho Escolar³⁸.” (Regimento Escolar de 1976, p.3).

O vice-diretor era um professor do Colégio, como dito por Ruth e descrito no Regimento de 1976: “Art. 8º O Vice-Diretor Geral é um Professor do Colégio, devidamente habilitado na forma da lei e escolhido pelo Diretor Geral para auxiliá-lo em suas funções”. (Regimento Escolar de 1976, p.5).

Ao longo do livro de Cláudio Gutiérrez, é possível conhecermos fatos através de relatos e imagens da militância de esquerda do grupo de estudantes após a saída do Colégio, mostrando que o desconforto com a situação política ultrapassou as paredes da escola. O grupo, posteriormente, foi denominado de *Brancaleones*, com a seguinte justificativa:

A denominação *Brancaleones*, extraída do filme de Mario Monicelli, terminaria, inclusive, por impor-se nacionalmente como alcunha de qualquer organização cuja atuação seja marcada por seu radicalismo e atitudes desastradas. A partir dos *Brancaleones* de Porto Alegre, o termo ficou sinônimo de outro neologismo que era muito utilizado nos meios esquerdistas, *porra-louca*. (GUTIÉRREZ, 1999, p.7).

Características dos alunos julianos, também se observam através dos relatos das professoras, segundo elas, uma das características relatada é a liberdade com responsabilidade proporcionada aos alunos, esse fato permeava o Colégio, antes mesmo do ingresso das professoras, conforme recorda Ione:

“Aqui no colégio, era o colégio da liberdade com responsabilidade, eu lembro quando eu entrei aqui, a gente era entrevistada primeiro pelo pedagógico, e elas disseram “o lema nosso aqui é liberdade com responsabilidade. ” Então, não tinha essas grades aqui na frente o colégio. ” (Ione Osório. Porto Alegre, 02 de julho de 2014).

Verifica-se também, a discussão mais argumentada por parte dos alunos, e a busca por novos espaços de discussão para além da sala de aula, como já inferido por Cláudio Gutiérrez. Segundo as professoras, os alunos diferenciavam-se, pois percebiam que os problemas sociais eram mais amplos e não somente local:

“Tu tinhas alunos com uma discussão mais argumentada, podia estar longe de uma argumentação política, mas ele estava argumentando na ciência, caía na questão que ciência também depende de uma política pública. Então, as coisas

³⁸ O mesmo texto consta no Regimento de 1979, página 3, artigo 6º.

assim não são tão simples. Então, na medida, que esses aluninhos de 15, 16, 17 anos identificavam que a coisa era maior do que a gota d'água, do que a rua, do que a cidade, aí eles passavam a ir para o Grêmio. Mas o Grêmio, na época, estava amordaçado, sem ação. ” (Neiva Schäffer. Porto Alegre, 17 de setembro de 2014).

No que a professora Ione concorda, ao relatar que “os alunos tinham uma curiosidade enorme, eles queriam falar, eles queriam debater”, ou seja, pode-se dizer que os alunos lembrados pelas professoras, eram inquietos, críticos diante dos problemas sociais da época.

Em meio a esse espaço de liberdade com responsabilidade, de discussão e aprendizagem, constava no Regimento do Colégio Estadual Júlio de Castilhos de 1976 (p. 58), os deveres e o que era vedado aos alunos:

Art. 166 – São deveres do aluno:

- a) respeitar as normas que disciplinam a vida da comunidade escolar;
- b) freqüentar com assiduidade, pontualidade e interesse as aulas e participar das demais atividades escolares;
- c) zelar pela ordem, pelo asseio e pela conservação do prédio, bem como por todo o material e demais pertences do colégio, responsabilizando-os pelos danos causados e indenizando-os, se for o caso;
- d) integrar-se na dinâmica do processo educativo;
- e) cumprir as disposições deste Regimento.

Art. 167 – É vedado ao aluno:

- a) entrar nas aulas e sair delas sem a permissão do Professor;
- b) rasurar boletins e outros documentos referentes a sua vida escolar;
- c) usar, sem a devida autorização, o nome do Colégio para qualquer tipo de propaganda, campanha ou promoção;
- d) utilizar-se de livros, impressos, gravuras e escritos imorais ou subversivos, bem como de armas objetos perigosos, substâncias nocivas ou tóxicas.

Um aspecto interessante de observar é o item D do artigo 167 transcrito anteriormente, uma vez que foi citado no relato de uma professora o uso do cigarro em sala de aula, considerando, ou não, o hábito de fumar uma substância nociva na época.

“Ao invés de nós termos atitudes gerais na escola, não, como não existia, o Júlio sempre foi muito livre nesse posicionamento, então eu estabelecia, naquela época os alunos podiam fumar em sala de aula, eu não permitia, eu levava dois meses argumentando por que eles não podiam fumar, mas não deixava. No fim era um teste, eles aceitavam e atendiam, o último argumento que eu tinha era porque eu não quero, mas em geral eu fazia todo um argumento de saúde, de atitude, etc.” (Neiva Schäffer. Porto Alegre, 17 de setembro de 2014).

Três anos após o Regimento citado, pode-se constatar que há mudanças nos deveres dos alunos e o que é vedado a eles, como descrito abaixo no excerto retirado do Regimento de 1979 (p.62,63):

Seção II

DOS DEVERES

Art.169 – São deveres do aluno:

- a) respeitar as normas que disciplinam a vida da comunidade escolar;
- b) freqüentar com assiduidade, pontualidade e interesse as aulas e participar das demais atividades escolares;
- c) zelar pela ordem, pelo asseio e pela conservação do prédio, bem como por todo o material e demais pertences do Colégio, responsabilizando-se pelos danos causados e indenizando-os se for o caso;
- d) integrar-se na dinâmica do processo educativo;
- e) cumprir as disposições deste Regimento.

Art. 170 – É vedado ao aluno:

- a) entrar nas aulas e sair delas sem a permissão do professor;
- b) rasurar boletins e outros documentos referentes à sua vida escolar;
- c) usar, sem a devida autorização, o nome do Colégio para qualquer tipo de propaganda, campanha ou promoção;
- d) utilizar-se de livros, impressos, gravuras e escritos imorais ou contrários à ordem constituída, de armas, objetos perigosos, substâncias nocivas e tóxicas;
- e) fumar em sala de aula.

Nota-se que fumar em sala de aula torna-se vedado, conforme o item E, do artigo 170, e que o item D, do artigo 170, como exposto acima é reformulado, além disso, outra palavra substitui o termo “subversivo”, expressão recorrente no período ditatorial e que remete ao período até os dias atuais.

Destaca-se, também o item A do artigo 170, do Regimento de 1979, apresentando-se o mesmo item A do artigo 167, do Regimento de 1976, o ato de “entrar e sair da sala de aula”, visto que foi mencionado por uma das professoras:

“Entrar na aula a hora que tu queres e sair da aula a hora que tu queres, questão que tu tens de liberdade, mas tens que ser responsável para depois ter nota. [...] O aluno entrava e saia a hora que ele queria.” (Ione Osório. Porto Alegre, 02 de julho de 2014).

Esse era um item vedado teoricamente, expresso no Regimento Escolar, mas como os profissionais que atuavam no Julinho caracterizavam-se por proporcionar aos alunos “liberdade, mas com responsabilidade”, a teoria, neste caso, não se constituía na prática.

Sabe-se que são possíveis histórias com lacunas, contudo, a partir de documentos orais e escritos é possível perceber o ativismo, a rebeldia, a contravenção dos alunos, no contexto

da época de tensão e disputa, assim como o desafio adolescente diante de toda e qualquer autoridade que impõe regras e padrões.

Verifica-se que os alunos, representados neste estudo, do Colégio Júlio de Castilhos, caracterizavam-se pela inquietação social do momento, seja instigado pelas professoras em sala de aula, seja pelo conhecimento da realidade que cercava a vida de todos.

Tem-se consciência que aqui, se representa um pequeno grupo de alunos que frequentou a Instituição em questão, no entanto, nota-se que para esses estudantes, alguns fatos ocorriam além dos muros da escola. Além disso, eles exerciam dentro do ambiente escolar debates, criação de jornais, peças de teatro com o intuito de mobilizar a Instituição, os colegas, os professores e porque não, a população a refletir diante da situação política e social imposta.

Lutava-se por direitos, desde um corte de cabelo almejado, a liberdade de expressão. Eram lutas diárias, com mais ou com menos expressão, mas sempre com o intuito da restauração da democracia, do direito a liberdade de expressão.

4.3 “*Eu, honestamente, não senti nenhuma pressão*”³⁹: práticas pedagógicas e espaços de subversão

José Saramago escreveu uma vez que “somos a memória que temos, sem a memória não saberíamos quem somos⁴⁰”. Como já citado, quatro professoras rememoraram suas vivências do período da ditadura civil-militar, e mesmo que eu esperasse que o período analisado, fosse relatado de lutas e batalhas diárias dentro da sala de aula, por meio de discursos inflamados, visto que o Colégio se caracterizava como tal para alguns que conheciam a Instituição, a realidade e a memória operam de formas bem distintas.

Nos relatos das professoras surgem elementos que demonstram que mesmo percebendo a situação restritiva de suas práticas, as professoras reagiam às situações ou não. Uma vez que, suas percepções sociais produziam “estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.” (CHARTIER, 2002, p. 17).

Através de táticas as professoras do Colégio Júlio de Castilhos conviviam com as

³⁹ Entrevista concedida à Luciana Vivian da Cunha por Ruth Bulhões. Porto Alegre, 09 de julho de 2014.

⁴⁰ Trecho inicial do texto “Recordações” de José Saramago. Disponível em: <caderno.josesaramago.org> Acesso em: 25 out. 2015.

situações impostas no Colégio por conta da ditadura, pois “são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – as circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço.” (CERTEAU, 1996, p. 102).

Assim, nesta seção, busca-se identificar e compreender elementos que apontam implicações do período da ditadura militar, a partir das memórias das professoras e de documentos escritos, analisando dessa forma, determinadas práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores do Colégio Júlio de Castilhos na década de 1970 e as possíveis repercussões dessas práticas em um contexto de repressão produzido pela ditadura.

“*Eu honestamente não senti nenhuma pressão*”, assim começa o relato da professora Ruth, no dia 09 de julho de 2014, apesar da questão inicial do roteiro de entrevista (Apêndice A), não ter qualquer relação com sentir-se pressionado ou ter vivido algo heróico na época. Essa frase demonstra que o lembrar é único, intransferível e pessoal, e o lugar social que vivemos, está diretamente relacionado às vivências e lembranças que teremos.

Além disso, para Ruth o fato do período da ditadura civil-militar ser citado, já se referia a relatos de opressão, Chartier (2002, p.17) afirma que as percepções sociais de uma determinada situação não são de forma alguma discursos neutros, “daí, para caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.”

Nos relatos das professoras, um ponto abordado relacionava-se a algo marcante. Mesmo sem ter vivenciado uma atuação significativa, segundo as suas memórias, quase todas tiveram algo lembrado, com exceção da professora Ilse que disse:

“Eu não me lembro, mas aqueles alunos que morreram, que foram presos, torturados, três, mas não eram do meu turno, eu não me lembro...Não, não me lembro de nada.” (Ilse Hahn. Porto Alegre, 24 de novembro de 2014.)

Esse relato demonstra que “trabalhar com narrativas não é simplesmente recolher objetos ou condutas diferentes, em contextos narrativos diversos, mas, sim, participar na elaboração de uma memória que quer transmitir-se a partir da demanda de um investigador.” (ABRAHÃO, 2003, p.85).

Sobre a memória dos indivíduos Halbwachs (1990, p.153) afirma que

Cada indivíduo é membro de diversos grupos, participa de diversos pensamentos sociais, seu olhar mergulha sucessivamente em vários pensamentos coletivos. [...] Além do mais, seus pensamentos recuam mais ou menos longe, mais ou menos depressa no passado ou no tempo de cada grupo.

As entrevistas foram realizadas individualmente, em dias distintos, porém identifica-se uma teia de memórias em que uma relata a outra colega, firmando assim, embora singular, a coletividade da memória. A memória é tecida por retalhos de fatos que aconteceram com elas e com os outros colegas no Colégio Júlio de Castilhos, é, portanto, segundo Halbwachs, memória coletiva.

A professora Neiva, ao relatar sobre um fato ocorrido com a sua colega Ione, recorda como se envolveu com o fato, tentando solucioná-lo, utilizando-se de conhecidos e como isso mobilizou os colegas de forma geral, a maioria estava solidária a colega, que estava sendo repreendida. Observa-se, também, o papel da mídia censurada na época, envolvendo-se inclusive em fatos escolares, questões ideológicas de professores. No entanto, ao final de sua narrativa Neiva avalia a atitude do jornalista, justificando-a que se configurava como tal, ou por convicção ou por interesse do governo.

“Do final dos 70, início dos 80, acho que isso a Ione te relatou, foi a discussão do jornalista que chamou a Ione de “trotskysta”⁴¹,[...]isso nos mobilizou muito, foi muito ruim, e eu me lembrei do P. B⁴²., também, que eu fiz um manifesto contra o governo, por uma questão de greve e ele pegou aquele material e apresentou assim, criticando. No outro dia, eu esperei por ele, no escritório dele, era contrária as posições do governo, quando eu escrevo uma coisa, aquilo não é mais meu, o que eu escrevo é de quem pega o papel na mão, “portanto tu podes fazer como tu fizeste, tudo que tu fizeste, mas tu leste mal, tu não sabes ler, porque tu leste ou foste mal-intencionado”, ele não sei, ele foi se apagando, eu liguei pra T.C, foi ex-aluna daqui e era minha vizinha. Digo, T. aconteceu isso e isso...vou te mandar a carta o que ele disse e o que eu fui lá dizer pra ele, mas ela trabalhava com ele no mesmo programa, no mesmo horário, quando foi à noite, ele veio: “ontem foi um ato falho, não sei o quê...Daí a T.: “eu bem desconfiei, porque ela não é de fazer essas coisas”, então foi assim, tranquilo... Assim, os jornalistas também tinham um temor, não se colocando por convicção ou por interesse ao lado do governo. ” (Neiva Schäffer. Porto Alegre, 17 de setembro de 2014)

Na narrativa acima, compreende-se que o fato não foi algo que aconteceu diretamente a Neiva, mas algo em que ela se envolveu indiretamente em prol de uma colega, usando de suas influências com conhecidos no meio da comunicação. Outro aspecto a destacar, é que, o tal acontecimento, foi relato pela professora Ione, mas não tão em detalhes e com tanta ênfase quanto como pela professora Neiva. Dessa forma, “para que a memória dos outros venha assim a reforçar e completar a nossa [...] é preciso que as lembranças desses grupos não

⁴¹ Referência a Leon Trotsky (1879-1940), um dos ideólogos que assim como Karl Marx e Antonio Gramsci, influenciaram os movimentos sociais da época.

⁴² A identidade de algumas pessoas foram preservadas, por opção da autora.

deixem de ter uma relação com os acontecimentos que constituem meu passado. ” (HALBWACHS, 1990, p.98).

A professora Ione, ao narrar o fato a seguir pegou sua caixa de colorir, e como escrito na poesia *Álbum de colorir* de Mário Quintana (2009, p.159), coloriu suas memórias dizendo: *“teve tanta coisa boa, aliás eu não me lembro de coisa ruim, vou te confessar. ”* O paradoxo entre bom e ruim entrou em cena, mesmo não sendo mencionado que a memória deveria ser marcada com um dos adjetivos. Todavia, em seguida da fala, Ione faz um longo e emblemático relato, emocionando-se.

A situação expõe sua relação com os alunos, todavia em uma situação fora da sala, através de sua narrativa percebe-se sua compreensão de relacionamento de adulto com o jovem, de autoridade com as pessoas:

“Houve uma ocasião em que os alunos estavam correndo pelo corredor, prendendo o diretor e chamaram a polícia. E claro, polícia em escola nunca é bom, porque mesmo que o policial tenha as melhores intenções de acalmar as coisas, a própria farda, a própria uso de arma, cacetete, isso aí assusta. E a gurizada fica mais agressiva, fica mais em pânico, e as pessoas em pânico fazem coisas que até elas duvidam. ” (Ione Osório. Porto Alegre, 02 de julho de 2014).

Ainda sobre o relato acima, vale lembrar, como já mencionado neste estudo, o diretor do Colégio era um cargo de indicação do governo, talvez esse fato, tivesse causado a indisposição entre alunos e diretor, gerando a situação descrita.

Em seguida, recorda como ficou a par da situação, e sua reação ao perceber o que estava ocorrendo com os estudantes, descrevendo sua atitude instantânea e espontânea ao perceber que seus alunos estavam sendo presos, sentindo-se responsável por eles:

“Eu me lembro que eu estava chegando pelos fundos, e vi aquela correria de aluno, e policiais querendo pegar alunos e eu vi que eles pegaram alguns alunos do Grêmio, que claro o Grêmio concentrava essa discussão política, aí eles pegaram alguns meninos, esses que eram lideranças, e quando eu vi jogarem eles no camburão eu fiquei apavorada, e nisso estava vindo o meu marido para me buscar, e eu entrei no carro dele [...] e disse segue aquele camburão que eu quero saber pra onde estão levando nossos alunos.” (Ione Osório. Porto Alegre, 02 de julho de 2014).

Finaliza o seu relato, com a descrição dos acontecimentos na delegacia e a sua preocupação com a integridade dos alunos menores de idade e que haviam sido presos,

destacando a abordagem sensacionalista da imprensa:

“Eles foram naquela ruazinha que tem o Pronto Socorro e tem aquela rua Jacinto Gomes, ali tinha uma delegacia...

Eles desceram com os guris, e eu desci atrás e entrei, eu me lembro que tinha repórteres, tinha imprensa, e eles me diziam “o que a senhora é deles? ”, e eu dizia: eu sou professora do Colégio, “ah, então vamos tirar uma foto junto”, de jeito nenhum, não vim posar para fotografia. Eu quero saber o que vão fazer com eles, eles são menores de idade, a maioria era menor, tinha alguns que eram maiores, mas eu sei que fiquei lá com eles até que foram liberados, chamaram pai. ” (Ione Osório. Porto Alegre, 02 de julho de 2014).

Em sua narrativa, Ione justifica a prisão dos alunos, a sua impressão em relação à atitude dos policiais, e alerta que o cuidado prevenia “*represálias piores*”:

“Foram presos, porque estavam criando confusão no Colégio, arruaça, que realmente eles estavam fazendo, só que não precisam fazer, tanta violência, eles entraram aqui batendo com aqueles cacetetes para assustar a gurizada, eles batiam com aqueles cacetes naquelas ...a parte de cima é tudo vidro e na parte de baixo é um alumínio [...] e fazia um barulho horrível, era mais pra assustar. ” (Ione Osório. Porto Alegre, 02 de julho de 2014).

A atitude dos policiais assustou não somente os alunos, mas foi uma atitude presenciada por todos da escola, deixando a professora Ione sensibilizada pelo jogo de forças entre as autoridades do governo e a rebeldia dos alunos julianos.

“Assustou muito os professores, os alunos ficaram muito assustados, eu fiquei apavorada com aquilo, mas como eu estou dizendo eles não fizeram nada mais violento com esses alunos, levaram e perguntaram[...] Eu fiquei muito perturbada, porque uma coisa é tu ver adulto contra adulto e outra coisa é tu ver adulto contra uma gurizada, os adolescentes, é uma violência, pra mim[...] Mas eram fatos que aconteciam, a gente tinha que estar se cuidando, se prevenindo, os alunos que se cuidassem para não sofrerem umas represálias piores. ” (Ione Osório. Porto Alegre, 02 de julho de 2014).

A defesa dos alunos adolescentes, a luta pelo direito de liberdade, a não-violência, permeiam a narrativa da professora Ione, nota-se que o envolvimento do professor ia para além das paredes da sala de aula. Sabe-se que educar não é uma tarefa fácil e tão somente restrita a conteúdos, isso se mostra no relato de Ione, e assim a professora justifica as suas

escolhas e condutas (CHARTIER, 2002) diante da situação de opressão policial apresentada.

Ione envolvia-se em outras práticas dentro da escola, além de professora, coordenadora do Grêmio Estudantil, ela também presidia na década de 1970, o Centro de Professores Júlio de Castilhos⁴³, tornando-se porta-voz do Julinho, já que o Colégio era visado pela imprensa na época. O Colégio Júlio de Castilhos configurava-se como uma referência das instituições de ensino, segundo Ione, era o primeiro espaço educacional a ser consultado a respeito de assuntos recorrentes na época relacionados ao magistério. Como relata:

“Eu, por exemplo, fui eleita mais de uma vez presidente do Centro de Professores, que também era como um grêmio político, e qualquer coisa que acontecia de magistério, de greve a imprensa vinha aqui ver como estava o Julinho, filmava as salas e eu era Presidente do Centro e dei várias entrevistas. ” (Ione Osório. 02 de julho de 2014).

Ione prossegue rememorando como a ocupação de um cargo de visibilidade e representatividade de professores, gerava consequências nem sempre positivas, e que reprimendas em relação a suas atitudes ou falas existiam, principalmente, oriundas de autoridades de dentro e fora da escola:

“De vez em quando tinha “os puxões de orelhas”, às vezes até o diretor, a própria direção da escola, às vezes outras autoridades, tinha um oficial de exército que era muito amigo do meu marido e ele dizia “pelo amor de Deus, diz pra Ione ficar quieta, se ela for presa tu me avisa”, mas nunca aconteceu nada disso, era um medo que passava, era um medo de várias condições. ” (Ione Osório. 02 de julho de 2014).

As repercussões ditatoriais também ocorriam dentro da sala de aula, percebendo-se tais fatos por meio de um livro didático, de um recurso disponível, ou até mesmo um aluno fora do padrão.

“Teu manejo de conteúdo é o teu manejo.” Neiva, em sua fala, expressa como manejava o seu conteúdo de Geografia, diante de dados presentes em livros didáticos financiados pelo Governo. A professora relata a falta de informações sérias e como isso influenciava na prática docente durante o período ditatorial:

⁴³ A criação do Centro de Professores Júlio de Castilhos foi no ano de 1947.

“Teu manejo de conteúdo é o teu manejo, o risco era a falta de informação segura pra ti trabalhar o conteúdo. Vou te dar um exemplo: havia um período da ditadura que não tinha informações sérias: em 1974, houve uma epidemia de meningite no Brasil, as famílias não sabiam, então tu queres trabalhar com saúde, quando uma ditadura não pode se mostrar como doente, porque ela está mal, então tu eliminas estes dados, a educação não pode ir mal, então tu eliminas a reprovação, tu não tens dados. Então, muitos professores talvez não tivessem essas informações, tu não podes culpar o magistério... são situações, são informações que estão disponíveis hoje na democracia, que estão nos livros e que na época com outros livros escolhidos, com livros didáticos. ” (Neiva Schäffer. Porto Alegre, 17 de setembro de 2014).

Já a professora Ilse, indica em sua narrativa, os embates orais que produzia com alguns alunos ao ser questionada sobre política, por exemplo:

“A gente via que tinha pessoas estranhas fiscalizando as salas de aula, sentadas entre os alunos, e eles me perguntavam: “O que a senhora pensa da política? ”, eu saía na tangente assim: “meu filho, têm duas coisas que eu não falo: política e religião, o resto pode me perguntar qualquer coisa. ” Eu nunca expus as minhas ideias, porque eu sabia que era perigoso. ” (Ilse Hahn. Porto Alegre, 24 de novembro de 2014.)

Observa-se nos relatos que “combates linguísticos” (CERTEAU, 1996, p.103) ocorriam entre as professoras e os supostos infiltrados no Colégio para observá-las, gerando assim um “jogo de forças” (CERTEAU, 1996, p.103) entre os observadores do governo, que queriam vigiar e reger as professoras de acordo com os interesses do regime ditatorial, e as professores que tinham a autoridade e propriedade para o desenvolvimento de suas aulas.

Além disso, Neiva indica em seu relato uma “hábil utilização do tempo” (CERTEAU, 1996, 102), uma vez que se utilizava de suas aulas para expor dados que julgava pertinentes e verdadeiros, contrariando assim, os dados apresentados pelo governo nos livros.

Ilse continua a sua narrativa expondo o fato de ter um aluno diferenciado em sua turma de primeiro ano do 2º grau, turma em que lecionava na época:

“Eu tive um ano, uma pessoa na minha sala de aula, e eram todos alunos de 1º ano que eu estava lecionando naquela época, e essa pessoa mais velha, e eu pensei: “ele é mais velho que eu, ou é impressão minha?” Ele tinha um bigodinho, cabelo liso para trás, um tipo esquisito. Eu percebi que não prestava atenção no que eu dizia, não tomava nota de nada, só ficava atento me ouvindo [...] E um dia, eu fui direto pra ele: “Fulano, o que foi que eu falei nesse sentido?” Ele se embaralhou todo, aí eu disse pra ele: “Tu tens que prestar mais atenção, enquanto eu estou explicando”, ele se sentiu constrangido e não apareceu mais. ” (Ilse Hahn. Porto Alegre, 24 de novembro de 2014).

A não neutralidade do discurso de Ilse mostra a sua representação para uma pessoa infiltrada do governo, caracterizando-o fisicamente, como se houvesse um padrão de aluno, e o fato de não responder devidamente a questão a ele feita, o que também não é tão incomum em um ambiente educacional. Ao ser solicitada a rememorar o seu passado no período ditatorial, a professora logo remete a lembrança do aluno que não se enquadrava nos padrões, pois ouvia-se na época que havia pessoas do governo infiltradas no Colégio. Dessa forma, segundo Chartier (1991, p.184) “a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma “imagem” capaz de repô-lo em memória e de “pintá-lo”⁴⁴ tal como é.”

Em um relato informal de uma ex-aluna do Colégio Júlio de Castilhos no período estudado, foi informado que o material na época era parco e precário. Para tal, um dos pontos abordado ao longo da entrevista, foi justamente os recursos didáticos disponíveis na época. Surpreendi-me com a narrativa das professoras, quando em sua maioria relatou as boas condições de trabalho, com bons recursos didáticos disponíveis, desconstruindo dessa forma, uma ideia prévia que havia criado a respeito do assunto.

Ione narra acerca de um setor especializado para a produção de materiais para os professores, e como isso facilitava, junto a essa memória, fala do início dos cursos profissionalizantes, já que para a inserção dos mesmos na escola, espaços tiveram que ser criados e materiais adquiridos.

“Tinha o SRT (serviço de recursos audiovisuais) lá a gente podia pedir cartazes, tinham pessoas que faziam cartazes, tinha retroprojeter, passava as provas no mimeógrafo, tinha mapas, mas, a gente tinha que carregar de uma sala para outra, tinha recursos[...]

Lecionava tanto para o clássico como para o científico, depois houve a reforma do ensino, em que era obrigatória a parte profissionalizante, aí é que vieram os materiais de laboratório. ” (Ione Osório. Porto Alegre, 02 de julho de 2014).

Da mesma forma que Ione, Ruth corrobora a ideia de matérias disponíveis para uso pedagógico na escola na época, lembrando de alguns equipamentos específicos para o ensino de Biologia.

“Nós tínhamos uma espécie de mapas de Biologia, que eu usava bastante, que era uma caixa, tipo acendia uma luz [...] ali tinha todos os símbolos do nitrogênio, carbono e eu usava bastante [...] nós tínhamos filme, super oito, mas lá embaixo tinha uma sala, a gente tinha retroprojeter. ” (Ruth Bulhões. Porto Alegre, 09 de julho de 2014).

⁴⁴ Grifo do autor.

Assim como o meu pensamento prévio foi modificado, também foi ratificado através da fala da professora Ilse, no momento em que ela inicia sua narrativa expondo duas ferramentas básicas para qualquer professor:

“Olha, aquela época a gente tinha o giz, a voz e eventualmente eu dava aula nos locais que eu escolhia o filme [...] Alguns filmes que tinha no Colégio, o que eu podia aproveitar e, às vezes, eu mostrava através do projetor.” (Ilse Hahn. Porto Alegre, 24 de novembro de 2014).

Tal escassez de material, conforme descrita no relato da professora Ilse, talvez possa ser justificada através de um problema do Colégio exposto no Plano Global de 1976-77 em que diz: “O Colégio Estadual Júlio de Castilhos dada a sua dimensão e o número de alunos que abriga, luta com dificuldades financeiras que refletem na sua administração.” (p.14). E tem como objetivo: “suprir, ao menos em parte, suas necessidades financeiras.” (p.14). Na década de 1970, o Colégio Júlio de Castilhos contava com aproximadamente 5.000 alunos, pois após a Reforma de Ensino, passou a receber alunos oriundos de outras escolas como o Colégio Senador Ernesto Alves e o Colégio Parobé, que ingressavam no Colégio para cursar o Científico, já que cursavam o curso técnico nas referidas escolas, ou seja, os alunos frequentavam duas escolas concomitantemente.

Não há como definir, o que é mais importante, ou o mais verdadeiro diante das memórias de outrem, são possíveis versões, de possíveis histórias narradas no presente de fatos ocorridos no passado, pois “a história não é todo o passado e também não é tudo o que resta do passado.” (HALBWACHS, 1990, P.86).

Sendo assim, a partir das memórias das professoras, percebe-se em suas vivências, que o envolvimento com os alunos, seja defendendo-os ou conscientizando-os de sua realidade, é de suma importância em um período de resistência e opressão. Uma vez que, o professor como mediador de aprendizagem, torna-se muitas vezes, formador de opinião não somente a respeito de conteúdos relacionados à sua disciplina, mas também, à política, à cidadania, oportunizando, dessa forma, a seus alunos uma formação de consciência crítica acerca de diversos assuntos que compõem seu espaço.

Neste tópico, o objetivo foi a partir daquilo que os sujeitos dessa pesquisa recordam, bem como documentos escritos, compreender como se davam determinadas práticas docentes dentro de um ambiente educacional durante o período ditatorial.

Percebe-se que as práticas das professoras se davam dentro e fora da sala de aula, que o envolvimento com os alunos era para além dos conteúdos de sua disciplina, envolvia

questões emocionais e ideológicas, misturando-se às vezes, com luta política, dependendo das representações elaboradas de cada ato, ao rememorar o ocorrido.

Por ser um Colégio com certa visibilidade na sociedade gaúcha, o Colégio Júlio de Castilhos tornava-se referência educacional para a imprensa, em assuntos relacionados ao magistério, fato que fazia com as professoras se tornassem vigilantes de suas atitudes, como prevenção de possíveis represálias futuras.

As repercussões e as representações da ditadura dentro do ambiente escolar ocorreram de variadas formas como a percepção dos dados não confiáveis apresentados no livro didático, o aluno diferenciado em sala de aula, e os próprios diálogos estabelecidos com os alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória é uma mágica não desvendada.
Um truque da vida. [...]

A memória não é apenas uma pedra com hieróglifos entalhados, uma história contada.

Memória lembra dunas de areia, grãos que se movem, transferem-se de uma parte para outra, ganham formas diferentes, levados pelo vento. Um fato hoje pode ser relido de outra forma amanhã. Memória é viva.

(PAIVA, 2015, p.18, p.117)

Considerando que “todos os documentos que nos chegam do passado são plenos de relações, de jogos de sentido e significação [...] Memórias fragmentadas de um tempo que não conseguiremos jamais tomá-lo em sua totalidade. ” (LUCHESE, 2014, p.149), assim finaliza-se esta dissertação, com a certeza de um texto inacabado, pois se algumas escolhas foram feitas, como dito em capítulos anteriores, outros fragmentos da história da Instituição estudada não constam neste estudo.

Dessa forma, por meio de memórias de ex-professoras e documentos escritos, objetivou-se identificar diferentes elementos relacionados à possibilidade de compor uma história do Colégio Júlio de Castilhos de Porto Alegre durante o período da ditadura civil-militar, compreendendo a partir desses elementos, os distintos aspectos relacionados às práticas do cotidiano escolar e sua relação com um contexto social de repressão política, vigente na época pesquisada.

A composição deste trabalho foi realizada por “vozes variadas” (BURKE, 1992, p.15), embasando-se pelos relatos de quatro ex-professoras do Colégio Júlio de Castilhos e documentos escritos, como já mencionado. Assim, vários fatos que apareciam nas narrativas das professoras foram possíveis de serem exemplificados, através dos documentos escritos, como o Regimento Escolar, o Plano Curricular e o Plano Global. Com isso, ocorreu um processo de triangulação entre os relatos orais e os documentos escritos, construindo assim, uma possível história do Colégio Júlio de Castilhos no período ditatorial.

Nesta pesquisa as escolhas indicaram que o Colégio Estadual Júlio de Castilhos construiu sua história a partir de feitos de professores e de alunos que lá passaram, estudaram, se formaram, atuaram como profissionais. Sabe-se que a memória pode realizar contornos como um rio, que entre o que realmente ocorreu e o que foi recordado transfigura-se na ação

do tempo. Contudo, segundo Almeida (2009, p. 216) a memória:

Carrega as marcas da relatividade, da descontinuidade e da impossibilidade de se atingir um conhecimento pleno daquilo que se passou. Entretanto, guarda o mérito de trazer nuances do passado, que podem estar esquecidas e, por vezes, se encontram inatingíveis em outras formas de documentação, além de dar visibilidade aos sujeitos na construção da história.

Apesar de ser rememorado um período de tensão, a maioria das entrevistas fluiu de forma leve, visto que as professoras relatavam principalmente no início da entrevista, que não havia percebido, sentido nada, ou que não eram militantes. No entanto, essa justificativa pode-se aliar ao fato de apresentarem um comportamento “adequado” na época: “*a gente tinha que ter muito cuidado [...] a gente sabia que existia pessoas aqui de dentro que a gente tinha que se cuidar*”⁴⁵ ou seja a vigilância de suas atitudes era constante.

Observava-se, na maioria das vezes, como, com quem e o que dialogar “*eram pessoas que mais, na minha percepção que mais nos orientavam a não nos movimentar, a ficar calmos, muitas vezes nos aconselhavam*”⁴⁶, pois, pessoas assim, poderiam ter problemas com o governo, como realmente tiveram como consta na seção “A ditadura civil militar no espaço do Colégio Júlio de Castilhos”. Em suma, violências eram presenciadas, ouvidas, ou contadas relacionadas à repressão ditatorial, então quem se precava, cuidando-se, talvez não sofresse as consequências.

Além disso, ao rememorar acerca de um ambiente escolar, onde múltiplos atores passam, torna-se inevitável uma história perpassar e fundir-se a outra, compondo dessa forma, uma memória coletiva, como relatado pelas professoras: “*Final dos 70, início dos 80 acho que isso a Ione te relatou[...]*”⁴⁷, “*Por que sempre a Neiva dizia assim: se não começasse a greve, talvez não tivesse saído o Kaa-etê*”⁴⁸.

Quanto aos documentos escritos, reflete-se a respeito da dificuldade de acessibilidade a eles e a precariedade de preservação, causando dessa forma, possíveis lacunas de fontes inacessíveis ou inexistentes na construção deste estudo. Contudo, ressalta-se a importância de ter acesso a documentos escritos com dados diversos acerca de uma escola, como um Plano Curricular por exemplo, contendo informações pertinentes nas mais diversas esferas: curricular, pedagógica, estatística, entre outras.

⁴⁵ Entrevista concedida à Luciana Vivian da Cunha por Ione Osório. Porto Alegre, 03 de julho de 2014.

⁴⁶ Entrevista concedida à Luciana Vivian da Cunha por Neiva Schäffer. Porto Alegre, 17 de setembro de 2014.

⁴⁷ Entrevista concedida à Luciana Vivian da Cunha por Neiva Schäffer. Porto Alegre, 17 de setembro de 2014.

⁴⁸ Entrevista concedida à Luciana Vivian da Cunha por Ruth Bulhões. Porto Alegre, 09 de julho de 2014.

Rastros do governo ditatorial civil-militar permeavam o ambiente do Colégio, dentro de uma sala de aula, de um questionamento tendencioso, de um livro didático, da escolha de um diretor. Como disse a professora Ione “*o Colégio sempre se caracterizou por ser uma herança e uma resistência tanto de alunos como de professores*”⁴⁹, e talvez, justamente por ter assumido essa característica ao longo do século XX, fosse um Colégio mais visado e vigiado pelo Governo.

Na tentativa de vislumbrar tais rastros, os capítulos precedentes a este, estruturou-se através da legislação vigente na época, considerando que foi um período de significativas mudanças na educação, com documentos escritos existentes na escola como o Regimento Escolar, o Plano Curricular e o Plano Global.

No que diz respeito às práticas pedagógicas, as ex-professoras relatam como conviviam com as condições impostas pela ditadura, dentro do Colégio Júlio de Castilhos. Eram situações que refletiam dentro e fora da sala de aula, assim, muitas vezes, utilizavam-se de táticas para contornar ações do governo através de desenvolvimento de projetos, ministrando as aulas de Educação Moral e Cívica e OSPB, reorganizando conteúdos, atuando como coordenadora do Grêmio, participando de passeatas. Dessa forma, convertiam algumas táticas em práticas, visto que o cotidiano escolar nos revela inúmeras possibilidades, em que as táticas, os improvisos são constantes, podendo-se exemplificar essa situação, no momento em que assumiram a docência das disciplinas de Moral e Cívica e OSPB, ou quando não se utilizavam de registros escritos em aula.

Quanto ao currículo, nota-se que algumas leis de cunho nacional foram implantadas no Colégio, podendo-se citar, a implantação da disciplina de Educação Moral e Cívica e OSPB, as quais tinham dois períodos semanais e primeiramente eram ministradas por pessoas designadas pelo governo, e posteriormente foram assumidas pelas professoras de História e Geografia do Colégio.

Além disso, uma das mudanças mais expressiva no currículo de ensino de 2º grau durante a década de 1970 foi a obrigatoriedade da educação básica, o ensino de 2º grau e suas novas implicações, como o ensino profissionalizante, modificando consideravelmente o currículo escolar. Nesse momento, o ensino básico estava popularizando-se em um país que ainda apresentava um alto índice de analfabetismo.

Em relação ao ativismo estudantil, percebe-se que por meio de lutas diárias, com maior visibilidade ou não, os alunos caracterizavam-se por suas inquietações quanto a

⁴⁹ Entrevista concedida à Luciana Vivian da Cunha por Ione Osório. Porto Alegre, 03 de julho de 2014.

aspectos sociais, políticos, estéticos ou culturais da época, podendo-se exemplificar essas lutas, como o uso de minissaia e o cabelo comprido, assim como teve alunos com lutas muito significativas além dos muros da escola.

Distingue-se a importância que o Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos teve na vida dos estudantes, principalmente até os anos de 1960, apresentando-se como um espaço de debates e desenvolvimento de cidadania dos alunos que lá frequentaram. Além disso, permeava a escola a ideia de “liberdade com responsabilidade” aos alunos, tornando-os responsáveis pelas suas atitudes, desde que cumprissem com as suas obrigações estudantis.

Assim, com base nas narrativas descritas neste estudo, compreende-se que mesmo os que não reconheciam suas lutas políticas, lutaram pelos seus ideais, e que mesmo os que frequentaram o Colégio em um período tão atribulado, conforme alguns relatos, pouco perceberam, baseando assim, as suas representações acerca do período vivenciado.

Dessa forma, a partir dos documentos orais e escritos constata-se que o Colégio Júlio de Castilhos teve uma atuação significativa no período ditatorial, seja através de movimentos ambientalistas, seja através de atitudes corajosas, diante de um governo repressivo. Exemplificadas através da atitude dos alunos Luiz Eurico e Cláudio Antônio na tentativa de reabertura do Grêmio Estudantil, e das passeatas ambientalistas, de cunho pedagógico, das professoras Neiva e Ruth.

Para concluir, não poderia encerrar este texto, sem escrever sobre os sentimentos que permearam a escrita desta dissertação. Na introdução deste trabalho, elucidado sobre a minha formação na área de Letras. Portanto, meu conhecimento de História do Brasil, foi constituído basicamente nos bancos escolares da década de 1990, início dos anos 2000, ou seja poucos anos após o fim da ditadura no Brasil e ainda refletia-se o ensino da moral e do civismo do período ditatorial, ensinava-se “uma história de grandes personagens e seus feitos , ausente de lutas e movimentos sociais, plena de um povo pacífico e ordeiro; uma história que desconhecia os primeiros anos da década de 1960 [...]” (ROLLEMBERG, 2014, p. 46)

Então, muitas leituras foram realizadas, livros resenhados, filmes vistos, analisados, pesquisados para a realização deste trabalho. Algumas pessoas vivenciaram a ditadura de maneira mais perceptível do que outros, outras não se envolveram em movimentos sociais conforme descrito neste trabalho.

Além disso, gostaria de relatar que não tem como ficar indiferente ao conhecer casos como a busca de Zuzu Angel pelo seu filho, o desaparecimento de Rubens Paiva, o caso das “mãos amarradas” de Manoel Soares, ler a extensa lista do “Catálogo – Resistência e

Memória” entre tantos outros casos que, infelizmente, ficaram no anonimato. Momentos de pausa, suspiros profundos foram necessários, olhos marejados. Conhecer a história de pessoas que lutaram pela democracia, pelos seus direitos, pela liberdade de expressão é um misto de sensações, impressões e expressões.

Com certeza, essas pessoas fizeram a diferença na história brasileira no período da ditadura civil-militar, registro aqui, o nome de alguns: Neiva Schäffer, Luiz Eurico Lisbôa, Ione Osório, Suzana Lisbôa, Ruth Bulhões, Cláudio Weyne, Décio Nunes, Eugênia Griemberg... *Mas foi uma época que graças a Deus passou*⁵⁰!

⁵⁰ Entrevista concedida à Luciana Vivian da Cunha por Ione Osório. Porto Alegre, 03 de julho de 2014.

FONTES-DOCUMENTOS

Pesquisa e Elaboração do Setor de Currículos da Coordenação Pedagógica, realizados por: Profª Maria Thereza Tocchetto Lago e Profª Sybilla Lattuf Simões

Plano Curricular de 1978 do Colégio Estadual Júlio de Castilhos

Plano Curricular de 1979 do Colégio Estadual Júlio de Castilhos

Plano Global 1976-77 do Colégio Estadual Júlio de Castilhos

Regimento do Colégio Estadual Júlio de Castilhos – 1976

Regimento do Colégio Estadual Júlio de Castilhos – 1979

COPSTEIN, Cora Schilling (Org.). **Eu vivi esta história no Julinho**. Porto Alegre: Didática Sul, 2000.

COPSTEIN, Cora Schilling; SCHÄFFER, Neiva Otero; SILVA, Márcia Ivana de Lima e (Orgs.). **O Julinho sempre foi notícia**. Porto Alegre: Suliani, 2001.

GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. **A Guerrilha Brancaleone**. Porto Alegre: Proletra, 1999.

LIMA, Otávio Rojas (Org.). **Memórias do “Julinho”**. Porto Alegre: Sagra, 1990.

TIETBÖHL, José Nunes. **O Julinho que eu vi**. In: LIMA, Otávio Rojas (Org.). **Memórias do “Julinho”**, Porto Alegre: Sagra, 1990.

FONTES ORAIS

Entrevista concedida à Luciana Vivian da Cunha por Ione Osório. Porto Alegre, 02 de julho de 2014.

Entrevista concedida à Luciana Vivian da Cunha por Neiva Schäffer. Porto Alegre, 17 de setembro de 2014.

Entrevista concedida à Luciana Vivian da Cunha por Ruth Bulhões. Porto Alegre, 09 de julho de 2014.

Entrevista concedida à Luciana Vivian da Cunha Ilze Lindemann Hahn. Porto Alegre, 24 de novembro de 2014.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica**. História da Educação, v.7, n.14, p.79-93, setembro de 2003.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALMEIDA, Doris Bittencourt. **As memórias e a história da educação: aproximações teórico-metodológica**. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v.13, n.27, p.211-243, jan-abr de 2009.
- AMADO, Janaína. **O grande mentiroso: Tradição, veracidade e imaginação em História Oral**. In: História, São Paulo, p. 125-136, 1995.
- ASSIS, Renata Machado de. **A educação brasileira durante o período militar: a escolarização dos 7 aos 14 anos**. Revista Educação em perspectiva, v.3, n.2, p. 320-339, jul.dez de 2012.
- BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso de arquivos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008.
- BORTOT, Ivanir José; GUIMARAES, Rafael. **Abaixo a repressão: Movimento Estudantil e as Liberdades Democráticas**. Porto Alegre: Libretos, 2008.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BRASIL. Lei nº5.692/1971. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm>. Acesso em: Fevereiro de 2015.
- BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: Novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. UniversidadeUFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. DIFEL, 2002.
- CHARTIER, Roger. **O Mundo como representação**. Revista Estudos Avançados 11 (5), p.173-191, 1991.
- COPSTEIN, Cora Schilling (Org.). **Eu vivi esta história no Julinho**. Porto Alegre: Didática Sul, 2000.
- COPSTEIN, Cora Schilling; SCHÄFFER, Neiva Otero; SILVA, Márcia Ivana de Lima e (Orgs.). **O Julinho sempre foi notícia**. Porto Alegre: Suliani, 2001.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. **Nas margens do instituído: Memória/Educação**. História da Educação.ASPHE/FaE/UFPel. Pelotas, p.39-46, abr. 1999.

ESPERANÇA, Antônio Cesar dos Santos. **O ensino da matemática no Instituto Júlio de Castilhos**: um estudo sobre as provas do Curso Complementar. Dissertação. 2011. 133f. Instituto de Matemática- Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

EVAGELIDIS, José Esteves. **O Colégio Canadá nos arquivos do DEOPS-SP**. Dissertação. 2011. 119f. Programa de Mestrado em Educação – Universidade Católica dos Santos, Santos, 2011.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.24, nº47, p.29-60, 2004.

FLORIANO, Décio Nunes. **Depoimento**. In: LIMA, Otávio Rojas (Org.). Memórias do “Julinho”. Porto Alegre: Sagra, 1990.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapas físicos**. Disponível em: < <http://mapas.ibge.gov.br/es/fisicos/regionais> > Acesso em: abril de 2015.

GARCIA, João Carlos Bona. **O início da militância política**. In: BIZ, Osvaldo (org.). Sessenta e quatro- Para não esquecer. Porto Alegre: Literalis, 2012.p 131-141.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recantos da memória**: Reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Editora Oikos, 2012.

GRIMBERG, Eugênia. **Noventa anos do Colégio Júlio de Castilhos**. In: LIMA, Otávio Rojas (Org.). Memórias do “Julinho”. Porto Alegre: Sagra, 1990.

GUILHERME, Karina Clecia da Silva. **Ditadura militar e educação**: uma análise do centro cívico escolar (1971 1986). Dissertação. 2011. 154f. Mestrado em Educação: História Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Pulo, 2011.

GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. **A Guerrilha Brancaleone**. Porto Alegre: Proletra, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Pulo: Vértice, 1990.

HOLANDA, Chico Buarque de. **Roda Viva**. Ed. Sabiá: Rio de Janeiro, 1968.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A legislação de educação no Brasil durante a ditadura militar**: um espaço de disputas. Tese. 2010. 367f. Centro de Estudos Gerais – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Programa de Pós- Graduação em História .Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

LISBÔA, Suzana Keniger. **Luiz Eurico, Jorginho Basso, Nilton Rosa, Presentes** – Agora e Sempre! In: LEDUR, Paulo Flávio; LIMA, Otávio Rojas (Orgs.). Julinho: 100 anos de história. Porto Alegre: AGE, 2000.

LUCHESE, Terciane Ângela. **Modos de fazer História da Educação**: Pensando a operação historiográfica em temas regionais. História da Educação, Porto Alegre, v.18, n.43, p.145-

161, mai-ago de 2014.

MAGALHÃES, Justino. **Contributo para a história das instituições educativas** – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério e MAGALHÃES, Justino (Org.). Para a história do ensino liceal em Portugal – Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894- 1895). Braga: Universidade do Minho, 1999, p. 63-77.

MARTINS, Pollyana Maria Ribeiro Alves. **Era uma vez...memórias de professores no Ensino Agrícola: um estudo sobre experiência de vida.** Dissertação. 2012. 98f. Instituto de Agronomia - Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012.

MONTEIRO, Charles. **Breve História de Porto Alegre.** Porto Alegre: Letra & Vida, 2012.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Abertura política, militância múltipla e protestos públicos em defesa de causas ambientais.** CADERNOS CERU, série 2, v. 20, n. 1, junho de 2009, p. 223-239.

PAIVA, Marcelo Rubens Paiva. **Ainda estou aqui.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

PEREIRA, Devyson Carvalho Duarte. **Memórias negociadas: o regime militar no livro didático de história do Ensino Médio (1967-1988).** Dissertação. 2011. 150f. Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.

PEREIRA, Elenita Malta. **Meio Ambiente e Ditadura no Brasil: A luta contra a Celulose Borregaard (1972-75).** Revista de História Iberoamericana, v.7, n. 2, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social.** In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p. 200 – 212.

POPKEWITZ, T. **Reforma educacional: uma política sociológica** – poder e conhecimento em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUINTANA, Mario. **Caderno H.** São Paulo: Editora Globo, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. **Catálogo resistência em arquivo: memórias e histórias da ditadura no Brasil** – Coordenação de Nôva Marques Brando [et al.]. Porto Alegre: CORAG, 2014.

RODEGHERO, Carla Simone; GUAZZELLI, Dante Guimaraens; DIENSTMANN, Gabriel. **Não calo, Grito: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

ROLLEMBERG, Denise. **Esquerdas revolucionárias e luta armada.** In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida N. (Orgs.). O Brasil republicano 3: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 41-91.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva.** São Paulo:

Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

TIETBÖHL, José Nunes. **O Julinho que eu vi**. In: LIMA, Otávio Rojas(Org.). Memórias do “Julinho”, Porto Alegre: Sagra, 1990.

VIEIRA, Sofia Lerche. **A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto**. In: Estudos Pedagógicos, Brasília, p.291-309, 2007.

Apêndice A - Roteiro de Entrevista

Cabeçalho:

- 1) Nome do **entrevistador**: Luciana Vivian da Cunha
- 2) Data da realização da entrevista:
- 3) Local:
- 4) Projeto: Dissertação de Mestrado do PPG em Educação da Unisinos
- 5) Nome do **entrevistado**:
- 6) Formação:
- 7) Período de atuação na escola:

Roteiro:

- 1) Relate suas vivências na época da ditadura civil-militar no CEJC...
- 2) Há algum fato muito marcante, que se destaque mais?
- 3) Como eram as condições físicas de trabalho (material didático, estrutura da escola, etc)? A que você atribui essas condições físicas de trabalho na escola?
- 4) E as condições pedagógicas? Em que situações se notavam restrições? (citar a ata de supervisão da SEC, o regimento escolar)
- 5) E quanto as suas práticas dentro da escola? Quem as delegavam e como?
- 6) De um modo geral como era o clima dentro da escola? Comentava-se algo sobre a ditadura civil-militar?
- 7) Como era relação professor – aluno? Comentava-se sobre os “censores”?

Apêndice B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: “A Liberdade pequena: repercussão da ditadura civil-militar no Colégio Estadual Júlio de Castilhos (década de 1970)” realizada por Luciana Vivian da Cunha mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, orientada pela Profª Dra. Luciane Sgarbi S. Grazziotin. O objetivo deste estudo é através de documentos orais e escritos entender o cotidiano do Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, no período referente à ditadura civil-militar na década de 1970.

Tal estudo se justifica pela ausência de estudos semelhantes, evidenciando assim uma lacuna no que diz respeito à história da educação de em Porto Alegre. Os procedimentos metodológicos estão fundamentados na *História Oral* a partir de entrevistas com ex-professores da instituição e Análise Documental Histórica a partir de documentos encontrados no acervo da escola e/ou doados/emprestados pelos depoentes. Ressalva-se que o material coletado para esta pesquisa servirá apenas e unicamente para fins de estudo, pois, na perspectiva da História Oral o depoimento do entrevistado é considerado como documento histórico, esse posicionamento baseia-se em estudos realizados no Brasil e internacionalmente por autores como Janaína Amado, Marieta de Moraes Ferreira, Michel Pollak, Alistair Thomson, entre outros. Assim, por se tratar de pesquisa com propósito historiográfico, ou seja, que conta a História de um tempo e espaço de uma instituição escolar, informa-se que a **identidade do entrevistado será revelada, se esse estiver de acordo e ciente que o estudo não proporcionará nenhum constrangimento para seus participantes**. Sempre que julgar necessário você poderá solicitar informações sobre o andamento da pesquisa e/ou seus resultados pelo e-mail luciana728@gmail.com, e pelo telefone (51) 8131 1359. Enfatiza-se novamente que o presente estudo trata-se de uma pesquisa de cunho historiográfico e não apresenta nenhum tipo de risco ou dano aos seus participantes. Ressalva-se também que você poderá desistir do estudo a qualquer momento.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome	Assinatura do Participante	Data
------	----------------------------	------

Nome	Assinatura do Pesquisador	Data
------	---------------------------	------

Apêndice C – Revisão de Literatura (Revistas)

FONTE: História da Educação ASPHE						
DESCRITORES	TÍTULO	AUTOR	ANO	METODOLOGIA	REFERENCIAL	RESUMO
Memórias de professores	As memórias e a história da educação: aproximações teórico-metodológicas -	Dóris Bittencourt Almeida	2009	História Oral	<p>CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações.</p> <p>ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, A Memória é de Quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. In: História da Educação.</p> <p>PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da História: novas perspectives.</p> <p>SANTOS, Boaventura Sousa. Um discurso sobre as ciências. Porto: Edições Afrontamento, 2002.</p> <p>THOMSON, Alistair, FRISCH, Michael e HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais.</p> <p>Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. VIDAL, Diana. A fonte oral e a pesquisa em história da Educação: algumas considerações.</p>	O artigo apresenta e reflete sobre as contribuições da memória e da história oral para a história da educação . Tais reflexões foram fundamentais na construção de um estudo referente à formação docente rural, durante as décadas de 1950 e 1960. Assim, por meio da metodologia da história oral, procurou-se analisar o processo de memória de sujeitos discentes e docentes da Escola Normal Rural de Osório/RS, a partir dos discursos e dos conteúdos de verdade produzidos em entrevistas. A pesquisa conclui que o processo de memória não é algo individual, não representa exatamente o que se passou, mas é fruto de uma construção social de um grupo de indivíduos, que constitui uma comunidade de memória, marcada pela referência à Escola, sempre presente na construção de suas identidades.

	Memórias de professores: discursos orais sobre a formação e a profissão	Maria João Mogarro	2005	Entrevista (História de vida)	<p>BOURDIEU, P. (1998). O que falar, quer dizer. Lisboa: Difel.</p> <p>BOURDIEU, P. (1989). O poder simbólico. Lisboa: Difel.</p> <p>THOMPSON, P. (1992). A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.</p>	<p>As produções teóricas desenvolvidas no âmbito dos novos caminhos da história da educação, privilegiando os modelos etnometodológicos e os instrumentos da nova história cultural e intelectual, colocam num lugar de significativa centralidade os discursos produzidos pelos atores educativos no interior do seu espaço social. Os testemunhos orais analisados foram concedidos por professores e alunos de uma instituição de formação de docentes do ensino primário e são relativos às suas experiências educativas e profissionais. Estas memórias orais representam poderosos pontos de entrada para várias problemáticas do campo da educação: as experiências enquanto alunos; as histórias de vida de professores; o gênero e a condição de ser professor; os episódios e os contextos da profissão; os quotidianos escolares; os rituais, as cerimônias e as festas; o estatuto social; a cultura profissional; os princípios éticos e deontológicos; a identidade profissional.</p>
--	---	--------------------	------	-------------------------------	---	--

PERÍODO: 2005 – 2015 (Por ser um trabalho que utiliza as memórias, trabalhando na perspectiva da História Cultural, considerou-se os últimos dez anos de publicação válidos como estado da arte para esta pesquisa)

40 ITENS - 2 pertinentes à pesquisa realizada.

<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/search/search>

FONTE: História da Educação ASPHE							
DESCRITORES	TÍTULO	AUTOR	UNIVERSIDADE	ANO	METODOLOGIA	REFERENCIAL	RESUMO
Ditadura e Educação	As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename	Juliana Miranda Filgueiras	Universidade Federal de Alfenas	2015	Análise documental	CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. São Paulo: Vozes, 1990.	Neste artigo se analisa a constituição e realizações da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático e da Fundação Nacional do Material Escolar. Os dois órgãos foram criados pelo MEC nos anos 1960, mas possuíam diretrizes diferentes para os livros didáticos. Enquanto a Colted tinha o objetivo de estimular a expansão da indústria do livro, a Fename deveria produzir materiais didáticos para distribuição ou venda a preço de custo. O estudo revelou que a criação dos órgãos respondiam aos debates sobre a urgência de se organizar a expansão do ensino, com o crescimento do público escolar e o conseqüente problema do livro didático. As políticas seguiam ainda as orientações da Unesco, que indicavam o incentivo à produção de manuais pelas editoras privadas, além da assistência aos estudantes carentes.

1 ITEM

1 pertinente ao estudo realizado

<http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/search/search>

FONTE: Revista Brasileira de História da Educação						
DESCRITORES	TÍTULO	AUTOR	ANO	METODOLOGIA	REFERENCIAL	RESUMO
Ditadura e Educação	A Editora do Brasil S/A nos anos 1960-1970: A consolidação de uma editora brasileira no mercado didático e o ensino de educação moral e cívica	Katya Zuquim Braghini	2012	Análise documental		Por meios da análise de fontes diversas, apresentamos um histórico da Editora do Brasil S/A, editora brasileira, familiar, surgida em 1947, que passou por um surto de crescimento nos anos 1960, para figurar, no início dos anos 1970, como uma das mais importantes editoras do país. Essa análise aponta para o alinhamento da Editora com o regime militar , tanto em discursos, que denotavam a disposição da Editora em defender o fechamento das liberdades civis, quanto pelas práticas, já que os seus editores mantinham relacionamento com grupos, civis e militares, interessados no retorno da disciplina de educação moral e cívica (EMC) ao currículo escolar, fato este que muito contribui para o fortalecimento da Editora no mercado didático.
	Ensino de história e cultura escolar: fontes e questões metodológicas	Antonio Simplicio Neto	2010	Análise documental	Vidal, Diana. Culturas escolares: estudos sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005. Viñao Frago, Antonio. Sistemas educativos, culturas escolares y reformas: continuidades y	O presente artigo trata de questões metodológicas e relacionadas às fontes quando da realização de pesquisas acerca da cultura escolar, mais especificamente no que se refere à disciplina escolar história. Tratamos fundamentalmente de dois tipos de fonte documental: 1) Registros manuscritos internos de escolas da rede estadual de São Paulo (décadas de 1960 e 1970) e 2) Relatórios de estágio dos alunos de prática de ensino de história da Feusp (1972-79). Discutimos as práticas escolares relativas ao ensino de história durante a ditadura militar brasileira.

					câmbios. Madrid: Morata, 2006.	
--	--	--	--	--	-----------------------------------	--

2 ITENS

2 pertinentes ao estudo realizado

<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/search/search>

FONTE: Revista HISTEDBR On-Line

DESCRITORES	TÍTULO	AUTOR	ANO	METODOLOGIA	REFERENCIAL	RESUMO
Memórias de professores	HISTÓRIA DA E MEMÓRIAS DE PROFESSORES	Thiago Rodrigues Nascimento	2011	Ensaio teórico (história da educação) História Oral	<p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação? 33ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.</p> <p>CATROGA, Fernando. Memória, História e Historiografia. Coimbra: Quarteto, 2001.</p> <p>CARLOS; ARAÚJO, Maria Paula (Orgs.). 1964 – 2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004. p. 364 – 377.</p> <p>FONSECA, Selva Guimarães. Ser professor no Brasil: história oral de vida. 3ª ed. Campinas/SP: Papirus, 2006.</p> <p>SARLO, Beatriz. Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.</p>	<p>O presente texto foi produzido a partir das muitas questões que surgem na relação entre história da educação e História. A vivência em um Programa de Pós-Graduação em História Social levantou indagações como: Qual seria nosso lugar, enquanto pesquisadores da história da educação? Estaríamos vinculados à História ou à Educação? Quais seriam nossos referenciais teóricos? Traçamos, a partir destes questionamentos, um breve histórico do processo de constituição da história da educação e da pesquisa produzida neste campo demonstrando que, apesar da persistência de certo distanciamento entre esta disciplina e a História, nos últimos anos, a partir de um processo de ampliação do “território” do historiador, a Educação tornou-se objeto da História. Processo que vem contribuindo para a diminuição das barreiras de um campo que busca a sua consolidação. Compreendendo a Educação como objeto da História, apresentamos a história oral e suas possibilidades e os usos das memórias de professores enquanto fonte para o estudo da história da educação brasileira. Assim, deslocamos o enfoque, ainda tradicional entre os pesquisadores, concedido às fontes escritas.</p>

	A VOZ DOS PROFESSORES BAIANOS NO INÍCIO DA REPÚBLICA: A REVISTA DO ENSINO PRIMARIO (1892-1893)	Elizabeth Conceição Santana	2009	Análise documental		Este artigo trata de um periódico criado por professores de escolas públicas primárias do Estado da Bahia, Brasil, em 1892, três anos depois da República no país. Na revista os professores falam acerca de suas condições de trabalho, da realidade das escolas, das normas legais impostas pelas autoridades governamentais e das políticas públicas para a educação. Além de representar um diagnóstico da educação, os textos refletem a tensão entre políticas públicas para a construção de um sistema de educação no Estado e as dificuldades para expandir a escola elementar na primeira República.
	“CIVILIZAR O RURAL?": MEMÓRIAS DE PRÁTICAS EM TORNO DA AULA PÚBLICA MUNICIPAL NO MORRO DOS BOIS – NOVO HAMBURGO/RS (1933-1952)	José Edimar de Souza	2013	História Oral Análise documental	BURKE, Peter. O que é história cultural? Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005. GHIRARDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação. São Paulo: Cortez, 2009	Este estudo analisa narrativas de dois professores, cujas memórias ajudam a compreender como foram se processando os acontecimentos em torno das instituições escolares e das práticas culturais , nos tempos da <i>Aula Pública</i> do Morro dos Bois, em torno dos anos 30 e 50 do século XX. Halbwachs, Chartier e Viñao Frago , entre outros, auxiliam na articulação entre memória e contexto sócio-histórico analisado sob a ótica da História Cultural. O conjunto de indicadores empíricos evidencia um saber incorporado ao fazer docente naquela comunidade - de fato, um legado de práticas que se preservam até os dias de hoje - em especial originário da família Scherer. Ao desenvolver os procedimentos analíticos, percebem-se também limites e possibilidades no uso da memória.

6 ITENS

4 pertinentes ao estudo realizado

<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/search/search>

FONTE: Revista HISTEDBR On-Line

ESCRITORES	TÍTULO	AUTOR	ANO	METODOLOGIA	REFERENCIAL	RESUMO
Ditadura militar Educação	EDUCAÇÃO INFANTIL NO PERÍODO MILITAR: NUANCES POLÍTICAS DE SUA IMPLANTAÇÃO NA ESCOLA ESTADUAL JOÃO PINHEIRO (ITUJUTABA, MG, 1964 A 1985)	Carlos Henrique de Carvalho, Ana Emília Cordeiro Souto Ferreira	2014	Análise documental Entrevista	CUNHA, Luiz A.; GÓES, Moacyr. O golpe na educação. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. GERMANO, José W. Estado militar e educação no Brasil (1964–1985). 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. SOUZA, Rosa de Fátima. In: SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004	Este artigo tem por propósito apresentar e discutir a base legal que possibilitou a implantação da educação infantil no Brasil, durante o período de vigência da Ditadura Civil Militar no País (1964 a 1985) . Mas para proceder tal estudo examinamos como foi esse processo de instauração da educação infantil na Escola Estadual João Pinheiro, no município de Ituiutaba (MG). Por outro lado, também é nosso objetivo discorrer sobre algumas das práticas pedagógicas desenvolvidas nas primeiras séries dessa modalidade de ensino, procurando situá-las no âmbito do comportamento social já determinado pelo próprio contexto educacional vigente à época, ou seja, configurado a partir das diretrizes política-institucionais instauradas pelo Estado Militar.
	A LEI 5.692 DE 1971 E A PRESENÇA DOS PRECEITOS LIBERAIS E ESCOLANOVISTAS: OS ESTUDOS SOCIAIS E A FORMAÇÃO DA CIDADANIA.	Mara Regina Martins Jacomeli	2010		CUNHA, L. A.; GOÉS, M. de. O golpe na educação. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. FAZENDA, I. C. A. Educação no Brasil anos 60: o pacto do silêncio. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1988. NAGLE, J.. A Reforma e o ensino. São Paulo: EDART, 1973.	O texto discute como a Lei 5.692 de 1971, elaborada na ditadura militar, abordou temáticas sociais do currículo para o ensino fundamental. A formação para a cidadania fez parte do projeto educacional dos militares para a “mansidão” e os Estudos Sociais representaram os conhecimentos para tanto. A escola foi usada para divulgar valores desejáveis e manter a sociedade “pacífica”, apesar da retórica liberal que defendia as liberdades individuais. Para além dessa retórica, os “porões da ditadura” calavam quem não concordasse com as imposições do regime militar. A ênfase nos Estudos Sociais traduziram quais conhecimentos seriam ministrados nas escolas, cumprindo com um papel muito importante: quebrar as resistências

						sociais, via um currículo carregado de valores morais e éticos, pensados para a formação do cidadão no período.
	MOVIMENTO DE PROFESSORES E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM MATO GROSSO DO SUL (1979-1985)	Amarilio Ferreira Jr.	2009	Análise documental Entrevista	<p>FERREIRA Jr., Amarilio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. Educação & Sociedade, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006b.</p> <p>FERREIRA Jr., Amarilio; BITTAR, Marisa. Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985). São Paulo: Pulsar, 2006a. 105p.</p> <p>RIBEIRO, Maria Luisa S. A formação política do professor de 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez Editora, 1984. 280 p.</p> <p>SADER, Emir. A transição no Brasil; da ditadura à democracia?. São Paulo: Atual Editora, 1990. 92 p.</p> <p>VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.</p>	<p>Este artigo tem como objeto de estudo, com base numa perspectiva marxista, o movimento sindical protagonizado pelos professores públicos em Mato Grosso do Sul durante a transição democrática ocorrida entre 1979 e 1985. A criação de Mato Grosso do Sul, em 1979, após a divisão de Mato Grosso, impôs a necessidade de formação de um sistema estadual de educação pública do ensino de 1º e 2º graus na nova unidade federativa. E, por consequência, iniciou-se o processo de constituição da categoria social dos professores públicos e as suas demandas por melhores condições de vida e de trabalho. Em pleno contexto da ditadura militar (1964-1985), os professores sul-mato-grossenses formaram um amplo movimento associativista reivindicatório que os transformaram num dos principais atores sociais na luta contra o regime político imposto depois de 1964. As dissensões que se estabeleceram entre os professores e os primeiros governos de Mato Grosso do Sul vincaram a própria institucionalidade da escola pública de 1º e 2º graus. Portanto, parte-se do pressuposto de que o estudo de tais conflitos possibilita traçar, pelo viés da luta sindical travada pelo movimento de professores, uma panorâmica histórica sobre a educação sulmato-grossense na sua gênese.</p>

7 ITENS

3 pertinentes ao estudo realizado

<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/search/search>

Apêndice D – Revisão de Literatura (Teses e dissertações)

Banco de teses CAPES

Descritores: *ditadura militar e educação*

45 REGISTROS ENCONTRADOS – 4 PERTINENTES AO ESTUDO REALIZADO.

33 – Dissertações (Mestrado acadêmico e profissional)

12 – Teses (Doutorado)

TÍTULO	AUTOR	UNIVERSIDADE	ANO Tipologia	METODOLOGIA	REFERENCIAL	RESUMO
MEMÓRIAS NEGOCIADAS: O REGIME MILITAR NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO (1967 1988)	Devyson Carvalho Duarte Pereira	Universidade Federal Fluminense	2011 Dissertação	Análise documental	*Maurice Halbwachs *Jacques Le Goff, *Pierre Nora	O estudo tem como objetivo analisar os LDS de História do Brasil produzidos durante o Regime Militar, entre os anos iniciais da Ditadura (1967) e o período da abertura política, em 1988, a partir da hipótese de que os LDS de História podem ser considerados “lugares de memória” uma vez que, intencionalmente ou não, esse tipo de material didático pode produzir uma determinada visão compartilhada sobre a realidade social dentre a geração de estudantes aos quais se destina. O estudo apoiou-se em teóricos da memória como Maurice Halbwachs e Jacques Le Goff, sobretudo, Pierre Nora que considera também os livros didáticos como “lugares de memória”. Da mesma forma, foi incorporada a contribuição recente de pesquisadores da História da Educação que se debruçaram sobre o LD, como Circe Maria Bittencourt, Arlette Medeiros Gasparello, Décio Gatti Juniro, Alain Choppin, entre outros. Utilizou-se como metodologia a

						análise das fontes documentais selecionadas – um conjunto de livros didáticos de história, destinados ao Ensino Médio, que tiveram maior circulação nas escolas do Rio de Janeiro e São Paulo entre os anos de 1967 e 1988, período que coincide com o início da Ditadura Militar e se estende aos anos da abertura política – que foram trabalhadas a partir dos temas, conceitos e imagens sobre o Regime Militar que veicularam no período em foco.
O COLÉGIO CANADÁ NOS ARQUIVOS DO DEOPS/SP	José Esteves Evangelidis	Universidade Católica de Santos	2011 Dissertação	Análise documental	*Bardin *Le Goff	O estudo tem como tema o Colégio Canadá durante a época da ditadura militar no Brasil, entre os anos de 1964 e 1979. É objetivo do estudo analisar as atividades do referido educandário, localizado na cidade de Santos (SP), por meio dos registros descritos nos arquivos da polícia política” do Estado de São Paulo. A periodização se justifica por incluir o contexto histórico que determina o golpe militar de 1964 e o início do processo de abertura política, em 1979. Inserida na linha “Instituições Educacionais, História, Política e Processos de Gestão”, a pesquisa é de natureza documental, descritiva e analítica, de abordagem qualitativa, realizada nos arquivos do extinto Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), que fazem parte do acervo permanente do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Foram encontrados neste acervo 27 documentos referentes ao Colégio Canadá, produzidos entre maio de 1966 e maio de 1977. A

						documentação, analisada fundamentalmente por meio das produções de Bardin e Le Goff, demonstra que a vigilância era cotidiana e constante no colégio, e revela clara preocupação da polícia com as manifestações dos estudantes do colégio em relação ao regime de exceção, o qual produzia efeitos no ambiente escolar e em toda a sociedade.
--	--	--	--	--	--	--

Banco de teses CAPES

Descritores: *memórias de professores*

108 REGISTROS ENCONTRADOS – 11 PERTINENTES AO ESTUDO REALIZADO

92 - Dissertações (Mestrado acadêmico e profissional)

16 – Teses (Doutorado)

TÍTULO	AUTOR	UNIVERSIDADE	ANO Tipologia	METODOLOGIA	REFERENCIAL	RESUMO
TRAJETÓRIAS DE PROFESSORES DE CLASSES MULTISSERIADAS: MEMÓRIAS DO ENSINO RURAL EM NOVO HAMBURGO/RS (1940 A 2009)	José Edimar de Souza	UNISINOS	2011 Dissertação	História Oral Análise documental		Este estudo trata da história do ensino rural no período de 1940 a 2009, a partir da memória de oito professoras e dois professores que atuaram em classes multisseriadas da rede pública municipal, na região de Lomba Grande, município de Novo Hamburgo/RS. Memórias são analisadas sob a perspectiva do tempo social”, no sentido que trata Halbwachs. A pesquisa, de natureza qualitativa, utiliza a metodologia da História Oral, valendo-se de entrevistas semi-estruturadas, além da análise documental a partir de documentos escritos. Sob o referencial da História Cultural, a análise está estruturada em duas dimensões: as memórias de

						<p>formação e as memórias da prática pedagógica. A partir das trajetórias -se aspectos referentes a estratégias construídas pelos professores para darem continuidade a sua escolarização, construindo formas próprias de qualificar seu trabalho em classes multisseriadas.</p>
<p>MEMÓRIAS E ENVELHECIMENTO: NARRATIVAS DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS APOSENTADOS</p>	<p>Vanessa Domingues Ilha</p>	<p>Universidade de Passo Fundo</p>	<p>2011 Dissertação</p>			<p>O principal objetivo deste trabalho foi analisar as histórias de vida dos professores aposentados da Universidade de Passo Fundo a fim de rememorar suas lembranças, elucidar suas memórias e compreender como construíram suas identidades. Analisar suas trajetórias de vida a partir da memória coletiva é uma maneira de compreender como o presente aciona o passado construindo essa história e também poderemos entender a aposentadoria, guardadas raras exceções, como a etapa profissional que acompanha o envelhecimento humano (fisiológico), uma vez que, cronologicamente, ambas ocupam as mesmas casas decimais na idade. Observando as memórias narradas desde a infância, a formação escolar e profissional, aposentadoria e pós-aposentadoria, a perspectiva da contemporaneidade feita por meio das narrativas das histórias de vida é um estreitamento das relações entre o passado e o presente. Em termos metodológicos, a pesquisa qualitativa, de caráter multidisciplinar, permite que se responda a questões particulares, que, geralmente, não podem ser quantificadas, pois abrangem o universo da subjetividade.</p>

<p>CONSTITUINDO-SE PROFESSOR(A): PERCURSOS, HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DOCENTES EM BENTO GONÇALVES (1930-1960)</p>	<p>Claudia Scussel Luci</p>	<p>Universidade de Caxias do Sul</p>	<p>2011 Dissertação</p>	<p>História Oral</p>	<p>Halbwachs, Alberti, Ferreira e Amado</p>	<p>O presente trabalho estuda a história da formação docente a partir das práticas educativas vivenciadas por quatro professores(as) atuantes em sua carreira profissional no município de Bento Gonçalves(RS), enquanto alunos(as) das décadas de 1930 a 1960. Embasada no referencial teórico da História Cultural, utilizo Chartier, Foucault e as reflexões de Pesavento. A condução metodológica da pesquisa foi pautada na História Oral, tendo como referenciais Halbwachs, Alberti, Ferreira e Amado. Investigou-se, através de memórias e relatos autobiográficos, a relação existente entre as experiências pedagógicas vivenciadas na posição de alunos(as) e a sua prática em sala de aula enquanto professores(as). Nas representações do “ser professor(a)” traduziu-se o sentimento de perdas que ocorreram com o passar do tempo com relação à visão simbólica da docência. Ficou evidenciada também a importância da disciplina e do respeito à autoridade do professor nos diferentes momentos pedagógicos, marca central desta pesquisa.</p>
<p>MEMÓRIAS, NARRATIVAS E HISTÓRIAS: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE SÃO GONÇALO-RJ</p>	<p>Daniela Bruno Quintanilha</p>	<p>Universidade do Estado do Rio de Janeiro</p>	<p>2011 Dissertação</p>			<p>O presente texto traz o resultado da pesquisa desenvolvida junto a professores e professoras da educação de jovens e adultos (EJA) da rede municipal de educação do município de São Gonçalo - RJ. A pesquisa teve como compromisso maior reunir narrativas sobre uma história que vem sendo tecida coletivamente na EJA deste</p>

						município; narrativas em que “ações microbianas” (CERTEAU, 1994) tecidas no cotidiano da rede revelam uma trajetória repleta de desafios, redes de solidariedade, contradições e disputas e que vem sendo trilhada por professores e professoras na luta pela efetivação de um direito historicamente negado a grande parte da população brasileira: o direito à escolarização.
TRAJETÓRIAS, FORMAÇÃO E DOCÊNCIA DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA EM RONDONÓPOLIS-MT: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE SUAS MEMÓRIAS NO PERÍODO DE 1930 AOS ANOS 2000	WILSON JOSE Soares	UNIVERSIDADE EST.PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/	2012 Doutorado	História Oral		O objetivo deste trabalho centra-se na compreensão da trajetória de formação e docência de um grupo de professores de Geografia aposentados em Rondonópolis-MT. A pesquisa é de caráter qualitativo com uso da metodologia da História Oral . As análises são de cunho interpretativo no contexto das memórias de nove professores com idade entre sessenta e dois a oitenta e cinco anos. Para chegar aos resultados, busquei, no referencial teórico, dialogar com autores que discutem a pesquisa a partir da memória e da formação de professores. As memórias revelam duas condições distintas: os que tiveram formação mais sólida e se dedicaram exclusivamente ao magistério e, os que se formaram em cursos vagos ou muito fragmentados ou atuaram em mais de uma atividade remunerada.
QUE SEJAM AS MÃES DA PÁTRIA HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DO CURSO NORMAL	Marcela Loivos Considera	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	2011 Dissertação			O Curso Normal Rural de Cantagalo, único do gênero, em todo o estado do Rio de Janeiro, foi criado em 1952, durante o governo de Ernani do Amaral Peixoto. Depoimentos de ex-alunos e ex-educadores da instituição revelam que as egressas do Curso Normal

RURAL DE CANTAGALO						Rural não conseguiam aplicar o que aprendiam em sua docência, e que nem a mentalidade dos dirigentes escolares da época e das comunidades para as quais retornavam as ruralistas permitia as tão comentadas inovações pedagógicas. O presente trabalho investiga questões que remetem a uma determinada assimetria ou descontextualização entre a formação das professoras do Curso Normal Rural de Cantagalo e o arcaísmo que vigorava na rede de ensino primária, nas mentalidades e na infraestrutura da ambiência escolar.
E.E.DR. TOMÁS ALVES - HISTÓRIAS E MEMÓRIAS	Rosangela Cristina Goncalves	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	2011 Dissertação	Narrativas		A pesquisa está centrada na análise dos relatos e representações das memórias dos alunos /professores egressos da EE. Dr. Tomás Alves, e o que a escola representou na vida desses estudantes. O estudo analisa o processo de formação do Distrito de Sosas e as circunstâncias que levaram a necessidade do funcionamento da escola, priorizando o período de 1975 até o ano de 2005. Estas datas são significativas, pois em 1975 a escola completou 50 anos e em 2005 a escola passou a ser Escola de Tempo Integral ETI. A dissertação destaca a importância de se preservar a história da instituição através dos relatos orais e do acervo oficial de documentos, assim como o prédio enquanto patrimônio escolar material.
MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE FORMAÇÃO DE	Valdirene de Souza Ferreira	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	2012 Dissertação	História Oral	*Nóvoa	O estudo investiga as trajetórias de formação dos/as professores/as dos primeiros anos escolares, que atuaram nas décadas de 1940 a

PROFESSORES(A S) DOS PRIMEIROS ANOS ESCOLARES (1940-1960) JAGUARUNA SC						<p>1960, no município de Jaguaruna (SC), do ponto de vista não formal (trajetória de vida) e formal (formação inicial e continuada). Para responder aos objetivos propostos pela pesquisa, convidei três professores/as já aposentados da rede municipal e estadual de ensino que lecionaram no município em questão entre as décadas de 1940 e 1960. Na tentativa de captar o relato das experiências vividas pelos/as professores/as, enquanto suporte metodológico fiz uso da História Oral Temática. Busquei também os estudos sobre a identidade e a formação docente entendendo que Nóvoa é o principal autor. Os caminhos trilhados para chegar ao magistério foram diversos, revelando um processo individual e intimista.</p>
--	--	--	--	--	--	--

Anexo A – DOCUMENTO DE AFASTAMENTO – DÉCIO FLORIANO

COMISSÃO ESTADUAL
DE
INVESTIGAÇÃODÉCIO NUNES FLORIANO

CARGO: Professor.

1. Comunista militante. Tendo participado de movimentos comunistas desde 1945 e das frentes legais dêste, como "ALIANÇA PELA PAZ".
2. Promotor de movimentos subversivos, como a greve ilegal do Magistério, em 1964.
3. Elemento ligado ao líder comunista Jacob Gonder.
4. Partidário da "FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR PELAS REFORMAS DE BASE".
5. Reagiu contra a Revolução Democrática de 31 de março, inclusive concitando e comparecendo ao comício do Largo da Prefeitura, do dia 1º de abril.

Recebi o original desta fôlha, em

Anexo B – DOCUMENTO DE AFASTAMENTO – EUGÊNIA GRIMBERG

COMISSÃO ESTADUAL
DE
INVESTIGAÇÃO

Divinópolis

EUGENIA GRINBERG

CARGO: Professor.

Arce

GG - CASA CIVIL
Proc. No 8066-0700
71 13

1. Elemento de idéias esquerdizantes e por cuja divulgação se empenhou, inclusive através de recomendação de livros didáticos de autores de reconhecida posição esquerdista.
2. Aplaudiu a promoção de solidariedade a Cuba, realizada em frente ao Colégio Júlio de Castilhos.
3. Concitou o comparecimento ao Comício do Largo da Prefeitura, de 12-4-64, de apôio à resistência armada contra a Revolução Democrática.
4. Após a vitória deste Movimento, afirmou em aula, no Colégio Júlio de Castilhos que a vitória agora havia sido dos gorilas, mas que, no futuro, as forças populares reagiriam e se tornariam vitoriosas.

Recebi o original desta fôlha, em

63

Anexo C – CONTEÚDOS DE EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA


GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Colégio Estadual Júlio de Castilhos
PORTO ALEGRE RIO GRANDE DO SUL

Parecer descritivo do conteúdo programático
Educação Moral e Cívica
CEJC
junho de 1978

O conteúdo programático da cadeira de Educação Moral e Cívica, do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, sofreu alteração, em 1978, comparativamente ao que vigorou nos dois anos anteriores.

A modificação foi feita, em comum acordo, pelos professores que ministram a disciplina em pauta.

Conquanto o programa anterior apresentasse aspectos básicos da disciplina, aspectos esses respigados dentre o que o Conselho Nacional de Educação Moral e Cívica apresenta como sugestão, e conquanto se tenham obtido os objetivos propostos, houve a Cadeira por bem, dentro da flexibilidade permitida pelo CNEM, introduzir alguns tópicos mais diretamente pertinentes ao homem em si. Essa a razão por que, após dois pontos introdutórios, o terceiro item do programa enfoca o homem como pessoa, com seu dualismo espiritual e material, como personalidade, como ser social, portador de direitos e sujeito a deveres.

A seguir, uma unidade atinente aos valores e à escala hierárquica deles.

Depois, um enfoque da moral e liberdade, ressaltando o homem como ser responsável consigo, com os outros, com Deus e com a Pátria.

Em seguida, e vinculado aos anteriores, vêm noções sobre a religião e suas implicações na vida do homem, ou melhor, de todo homem.

Justifica-se a presença e o relevo dado às unidades citadas, em primeiro lugar, porque realmente fazem parte da educação moral e cívica

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Colégio Estadual Júlio de Castilhos
PORTO ALEGRE
RIO GRANDE DO SUL

de qualquer cidadão; em segundo lugar, para suprir, de alguma forma, a ausência da cadeira de Filosofia.

Em prosseguimento, está a unidade relativa à família, com diversos subitens.

Juventude brasileira, com suas características, dentro da realidade social, seus valores, seus protestos, constitui objeto de estudo, depois de analisada a família.

Em seqüência, o item sobre a Pátria, abrangendo seu significado, e ressalto especial do que se entende por civismo e patriotismo, além das aspirações e objetivos nacionais.

Como antepenúltima unidade, uma análise da cultura brasileira.

Uma aula está destinada ao significado do trabalho para o homem, como elemento realizador das potencialidades humanas.

Por último foi inserido um capítulo pertinente à ecologia, assunto tão decantado e tão necessário de ser assimilado pelas gerações surgentes.

Pelo que foi exposto, é atendido, s.m.j., o essencial da Educação Moral e Cívica: o homem, em suas principais dimensões e, especificamente, como ser moral e cívico.

Reinhold Aloysio Ullmann
Prof. Reinhold Aloysio Ullmann

16.06.78

Anexo D – CONTEÚDOS DE OSPB

COLÉGIO ESTADUAL "JÚLIO DE CASTILHOS"

Justificativa do Plano de Curso da 3a.série do Curso Colegial.
A seleção dos conteúdos programáticos para a 3a.série do 2º grau de O.S.P.B. teve em vista que:

- 1-Os alunos devem estar a par da Organização Social e Política de seu país, para se constituírem cidadãos úteis à Pátria.
- 2-O educando deve ser estimulado a ter uma atitude positiva ao desenvolvimento brasileiro, mantendo-o atualizado no que concerne a sua política interna e externa.
- 3-Os jovens necessitam ser preparados para a vida em grupo, interiores dentro do contexto social, político e administrativo do país e do mundo.
- 4-Os alunos devem estar a par de toda a evolução brasileira desde os primórdios de sua colonização até os dias atuais.
- 5-O espírito de nacionalidade deve ser despertado em nossos jovens, no estudo de nosso passado e presente no que diz respeito a parte político-administrativa e social do país.
- 6-A conscientização do brasileiro para uma mentalidade heliocêntrica para o desenvolvimento de nosso país, ao mesmo tempo que auxilia os países vizinhos a obter o seu desenvolvimento.

Clara Luiz Lagalhas Vieira

Pelo grupo de trabalho do Plano de Curso de O.S.P.B.

Anexo E – FINALIDADES, JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS

- 8 -

2. Finalidade:

- I - Oportunizar condições que favoreçam a educação integral do aluno.
- II - Preservar e expandir o patrimônio cultural da escola.
- III - Cultivar valores imutáveis.
- IV - Testemunhar aquilo que ensina.

3. Justificativa

- Lei 5692, de 11/08/1971
- Lei 4024, de 20/12/1961
- Resolução 8/71 CFE
- Resolução 2/72 CFE

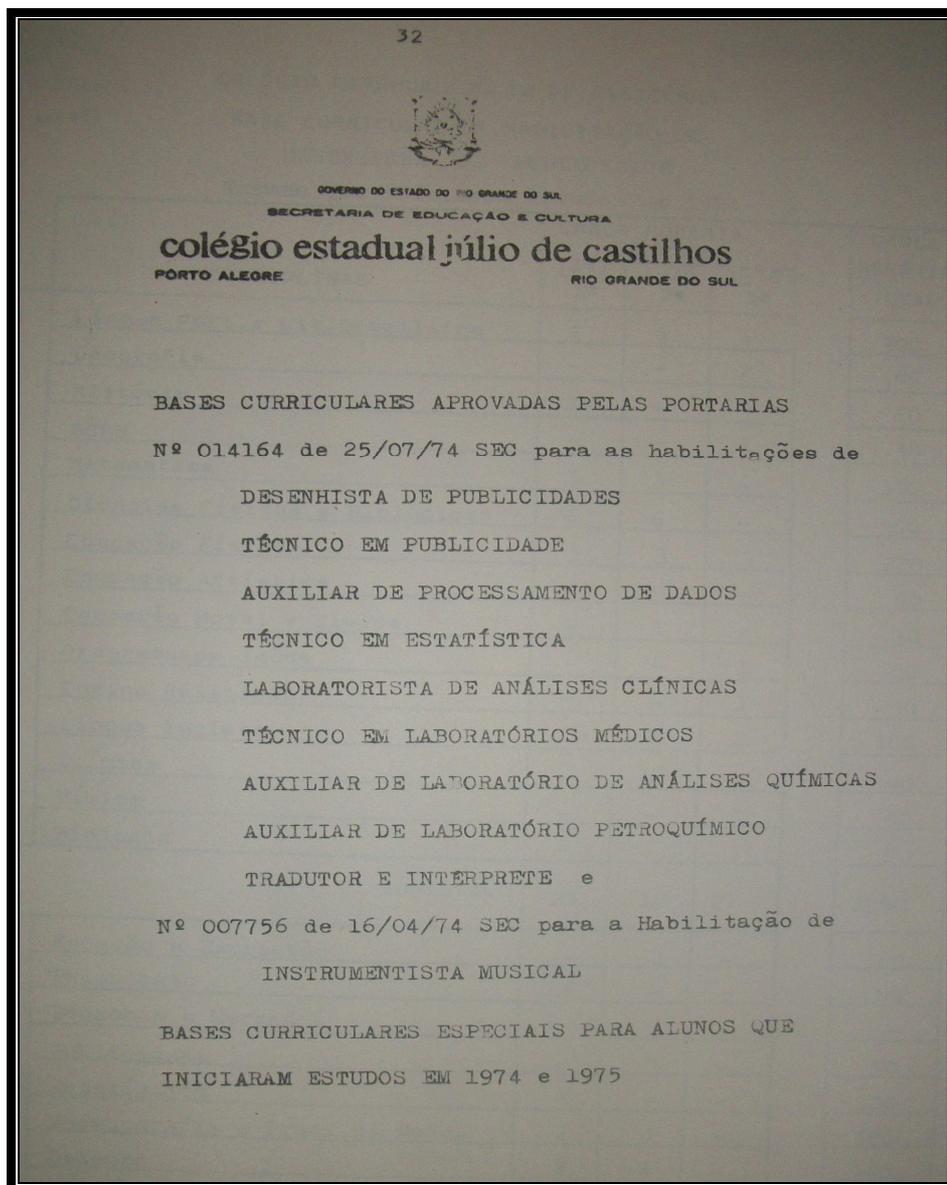
4. Objetivos

4.1 - Gerais

O Colégio Estadual Júlio de Castilhos se propõe a possibilitar ao educando condições para o desenvolvimento de suas potencialidades buscando:

- a) - O aperfeiçoamento de sua personalidade, para promover-lhe a auto-realização;
- b) - A formação profissionalizante básica, para habilitá-lo ao ingresso na força do trabalho, possibilitando-lhe ao mesmo tempo a continuidade dos estudos a nível de 3º Grau;
- c) - A consciência de suas responsabilidades para torná-lo cidadão útil a si mesmo, à família e à Comunidade.

Anexo F – HABILITAÇÕES DO COLÉGIO JÚLIO DE CASTILHOS



Anexo G – CONTEÚDOS DE ENSINO RELIGIOSO

1978

CONTEÚDOS DE ENSINO RELIGIOSO

Autoconhecimento - Valores e contravalores do Homem

Relacionamento { família
 escola
 comunidade

Campanha da Fraternidade

Valorização da Mulher { Mãe - Nossa Senhora
 Namorada - Namoro
 Esposa - MATrimônio

Importância da Mulher na vida Homem e vice-versa

Vocação existencial
Vocação do Cristão
Cristo, Modelo do cristão
Cristo, Libertador
Evangelho como iluminador de experiências
A Bíblia como base de fé.

JUSTIFICATIVA

"Ensino Religioso não é transmissão de conceitos e conteúdos, mas sim formação de homens de fé e orientação de como agir para assumir a verdadeira vocação humana e espiritual."

Partindo-se do princípio de que a auto-aceitação e o bom inter-relacionamento família, escola e comunidade preparam um terreno favorável à fé e relacionamento com Deus, colocamos estes temas na primeira metade do ano.

Levando-se em conta a faixa etária dos alunos e o período de adolescência, apresenta-se-lhes, na segunda metade do ano, Cristo, modelo de Amigo, Modelo do cristão e Libertador dos males e opressões que afligem o homem.

A Bíblia é apresentada como base de fé e o Evangelho como iluminador das experiências humanas.

*Maria dos Santos Pizzato
Coordenadora do Ensino Religioso*

Anexo H – ATIVIDADES DO CEIJUC

4/8/78

CENTRO DE INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL JÚLIO DE CASTILHOS



CIEJUC

FUNDADO EM 23 - 9 - 72
PORETO ALBRETE - RS

Of. nº 32/78 Porto Alegre, 12 de abril de 1978.

A gestão 77/78 do CIEJUC vem por meio desta apresentar à coordenadora Pedagógica do colégio Estadual Júlio de Castilhos o planejamento de suas promoções para o ano de 1978.

- Torneio Início de:

Futebol de salão	Dias 9, 16 e 23 de abril Local: Ginásio de 18º BIMTE abril
Basquete	Local: Ginásio do CIEJUC abril
Volei	Local: Ginásio do CIEJUC

- Lançamento do jornal do CIEJUC, o qual denominar-se-á -
"Jornal Dois" abril

- Curso de Teatro A partir do mês de abril, prolongando-se até o final do ano.
Local: Sala de projeção, do CIEJUC

- Baile da Rainha Juliama Dia 26 de maio
Local: Sociedade Condoleiros

- Concurso Literário Junho

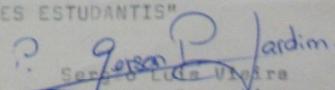
- Festival Aberto de Canção Estudantil (promoção conjunta com Ceipa)
Julho Local: Ginásio do IPA

- Campeonato de Futebol agosto
Local: a ser determinado

- Baile do Julinho Setembro
Local: a ser determinado

Sem mais a colocar enviamos as nossas mais efusivas

"SAUDAÇÕES ESTUDANTIS"


 Gerson P. Jardim
 Coordenador Executivo